



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

-----ATA N.º 6-----

-----Aos, trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois reuniu a Assembleia Municipal de Felgueiras, em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, devidamente convocada, nos termos do n.º 1 do Artigo 32.º do *Regimento*, para ter início às dezanove horas e trinta minutos, com a seguinte ORDEM DO DIA: ---

1. APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ARTIGO 25.º, N.º 2, ALÍNEA C), DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PARA CONHECIMENTO;
2. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA DE 2021;
3. PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DE NOVOS PROJETOS DE INVESTIMENTO OU A SUA REPROGRAMAÇÃO;
4. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS ORÇAMENTAIS DE 2022;
5. MINUTA DE TRANSAÇÃO JUDICIAL - TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA - UNIDADE ORGÂNICA 1 - PROCESSO N.º 112/10.2BEPNF - AÇÃO ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA;
6. INVESTIMENTO DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS;
7. VENDA DE AÇÕES E DE AQUISIÇÃO DE TERRENOS DA PTT;
8. MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS PARA O ANO 2022 – ALTERAÇÃO;
9. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FELGUEIRAS;
10. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS – NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO;
11. PROJETO "LIGAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE CABEÇA DA PORCA (FELGUEIRAS) À A11 – DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL;



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL  
DE FELGUEIRAS

Praça da República - Margaride  
4610-116 Felgueiras

T. 255 318000 F. 255 318170  
geral@cm-felgueiras.pt  
www.cm-felgueiras.pt



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

12. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE MARGARIDE (SANTA EULÁLIA), VÁRZEA, LAGARES, VARZIELA E MOURE;
13. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE MARGARIDE (SANTA EULÁLIA), VÁRZEA, LAGARES, VARZIELA E MOURE;
14. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS E A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MACIEIRA DA LIXA E CARAMOS;
15. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS E A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA COVA DA LIXA E BORBA DE GODIM;
16. PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL;
17. PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS DE PASSAGEIROS (TRANSPORTES EM TÁXI);
18. PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA – ZEDL;
19. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE EXPLORAÇÃO DE MODALIDADES AFINS DOS JOGOS DE FORTUNA OU AZAR NO MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS;
20. PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO, COBRANÇA E PAGAMENTO DE TAXAS E DEMAIS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS - TABELA DE TAXAS E PREÇOS E RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA;
21. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATIVIDADES DIVERSAS;
22. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS;
23. PROJETO DE REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E DE PUBLICIDADE;
24. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO - TABELA DE TAXAS E RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

-----O Senhor Presidente da Assembleia, José da Silva Campos, assumiu a presidência da Mesa, sendo coadjuvado pela Primeira Secretária, Margarida Paula Leite Faria Teixeira de Sousa, e pela Segunda Secretária, Simone Manuela Dias de Magalhães, nos termos da legislação em vigor. -----

-----Feita, a chamada, pelas 19,50 horas, verificou-se a presença de quarenta membros dos quarenta e sete que constituem este Órgão. -----

-----Estiveram, presentes, na reunião, conforme lista de presenças que se anexa à presente ata (Doc. n.º 1), os membros a seguir mencionados:-----

----- **DEPUTADOS:** -----

-----Agostinho do Vale Ferreira, António Alfredo Macedo Alves, António Joaquim Ribeiro da Silva, António Jorge Ferreira da Silva, Carla Cristina Neto Lobão, Catarina Isabel Assis de Sousa, Diana Margarida Teixeira Ribeiro, Eduardo Ribeiro Teixeira, em substituição de Maria de Fátima Fernandes de Castro (artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro), Elisa Odete Serdoura Rodrigues, Hernâni Jorge Teixeira, José Carlos Santos Lopes, José Carvalho Mendes, José da Silva Campos, José Eduardo Teixeira e Silva, em substituição de João Fernando Lopes de Sousa (artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro), José Manuel da Costa Martins, Júlia Maria Gomes Silvério Peixoto, Leonel Fernando Pinto Coelho da Costa, Luís Paulo Leite Pinto, Margarida Paula Leite Faria Teixeira de Sousa, Mário Rui Pinheiro Gaspar, Paulo Jorge Brochado Soares, Rui Miguel Ribeiro de Oliveira, Sandra de Fátima Mendes Teixeira, Sandro Davide Sousa Afonso, Simone Manuela Dias de Magalhães e Vítor José Mendes Silva. -----

-----**PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:**-----

-----**Aião** – José Manuel Fernandes Pinto, **Airões** – Nuno Miguel Teixeira Lopes, **Friande** – Júlio da Silva Pereira, **Idães** – Sílvia Perpétua Lopes da Cunha, **Jugueiros** – Hugo Emanuel Pinto Sampaio, **Penacova** – Joaquim Jorge Leite Marinho, **Pinheiro** – Gina Maria Sousa Costa, **Pombeiro de Ribavizela** – Bartolomeu Virgílio Borges Pereira, **Refontoura** – João Filipe Faria Valente, **Regilde** – Américo Jorge Vaz





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Monteiro, **Revinhade** – Paulo Eduardo Macedo Pereira, **Sendim** – José Carlos Pinto da Silva, **União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos** – Marco César Teixeira, **União das Freguesias de Margaride (Santa Eulália), Várzea, Lagares, Varziela e Moure** – José António Lemos de Araújo, **União das Freguesias de Pedreira, Rande e Sernande** – Lúcia Alexandra Sampaio Valente de Melo Ribeiro, **União das Freguesias de Torrados e Sousa** – Fernando Miguel da Costa Aires Faria, **União das Freguesias de Unhão e Lordelo** – Mário Ribeiro da Costa, **União das Freguesias de Vila Cova da Lixa e Borba de Godim** – José António de Sousa Guimarães, **União das Freguesias de Vila Fria e Vizela (São Jorge)** – Sandra Alice da Silva Loureiro e **União das Freguesias de Vila Verde e Santão** – Hélder Filipe Magalhães e Silva. -----

-----Estiveram, presentes, pela Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca e os Senhores Vereadores A. Fernando Fernandes, Ana Medeiros, Joel Costa, Rosa Pinto, Ricardo Freitas, Virgílio Ferreira, Vitor Vasconcelos e Hugo Martins.-----

-----Seguidamente, e após verificação do quórum, pelas 20,00 horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal proferiu o seguinte; *"Em primeiro lugar cumprimentar todos os Srs. Deputados, o Público em geral, todo o auditório da Rádio Felgueiras que nos escuta e que nos vai acompanhar durante esta sessão, também e dar um cumprimento especial aos Vereadores que hoje pela primeira vez estão aqui, que substituem outros colegas seus que, por razões imponderáveis, pediram para ser substituídos nos termos do Regimento. Temos quórum, vamos começar com o primeiro ponto desta ordem de trabalhos."*-----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Leonel Costa para o mesmo efetuar um ponto de ordem à Mesa.-----





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

**----- O Senhor Deputado Leonel Fernando Pinto Coelho da Costa, e líder do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu o seguinte: -----**

-----"Quero fazer um ponto de ordem à Mesa a respeito da condução dos trabalhos, isto porque na reunião de abril, na última reunião aprovamos o novo Regimento da Assembleia Municipal que está em vigor para a reunião de hoje. Ora, tendo nós aprovado, que as reuniões da Assembleia Municipal serão filmadas e difundidas online pelos serviços do Município, vulgo transmissão via Youtube, tenho de questionar a razão disso não acontecer hoje. Decorridos dois meses sobre a aprovação deste Regimento é importante percebermos que diligências é que a Mesa da Assembleia tomou para que houvesse essa transmissão da reunião do dia de hoje e também porque penso que acaba por ser função da Câmara operacionalizar isto, que diligências é que a Câmara Municipal tomou para que houvesse essa transmissão. Porque, de facto começamos mal e logo na primeira reunião em que este novo Regimento está em vigor começa logo por ser incumprido. Portanto, esta intervenção serve para pedir estes esclarecimentos e também espero colher aqui da parte do Senhor Presidente da Assembleia e da parte do Executivo Municipal o compromisso de que isto não vai voltar a acontecer e que na próxima sessão da Assembleia Municipal, os Felgueirenses a qualquer momento poderão aceder àquilo que de facto se discutiu."-----

**----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José da Silva Campos, proferiu o seguinte:-----**

-----Muito obrigado pela sua intervenção. A resposta que eu tenho a dar-lhe é a seguinte: Conforme o Senhor Deputado referiu esta é a primeira reunião após a aprovação do nosso Regimento que diz que compete à Câmara assegurar as transmissões das nossas sessões. Esse pedido e essa decisão ou a implementação desse serviço foi pedido à Câmara Municipal, aliás como tinha sido na Comissão Permanente, e neste momento o ponto da situação é o seguinte: A Câmara Municipal não tem condições técnicas internas neste momento. Concluimos que internamente,



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL  
DE FELGUEIRAS

Praça da República - Margalide  
4610-116 Felgueiras

T. 255 318000 F. 255 318170  
geral@cm-felgueiras.pt  
www.cm-felgueiras.pt



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

que os serviços não têm meios para fazerem a transmissão. Ainda tentamos junto da Escola Profissional, que nos dá o apoio como sabem relativamente a questões de controle informático e de votações, para ver se era possível através dos mecanismos que detêm fazer essa transmissão já hoje. Mas não têm. Aliás fomos contactados por um Órgão de Comunicação Local indagando se haveria possibilidades de eles estarem a filmar, essa possibilidade o Regimento di-lo com toda a naturalidade sendo que a questão que colocavam é que se eventualmente a Câmara Municipal tivesse meios técnicos podiam usufruir desses meios técnicos, aproveitando esses mecanismos para a transmissão. Não me comprometi, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, porque não sabia se até hoje tínhamos ou não implementado tudo isso. Depois, há duas questões; a Câmara Municipal vai pôr isso a concurso ou adjudicar? Como sabem a AM tem um Orçamento próprio, que faz parte do Orçamento Geral da Câmara Municipal, a verdade é que nós não temos poderes para contratar. A Assembleia Municipal é um Órgão fiscalizador, mas não tem poderes para fazer qualquer tipo de adjudicação e de compra e, portanto, estamos aqui impedidos de o fazer. Sei que a Câmara está a fazer essas diligências e espero sinceramente que na próxima sessão, que será daqui por dois meses, possamos então estar já aqui com esse sistema implementado, com meios técnicos da Câmara ou com meios técnicos da Escola Profissional. Como sabem, a Escola Profissional tem um Conselho de Administração que gere as verbas e que toma as decisões relativamente ao Orçamento e ao financiamento que a Câmara lhes atribui e, portanto, se houver a possibilidade de ser feita pela Escola Profissional far-se-á certamente, mas, não o sendo, a Câmara Municipal vai recorrer aos meios normais de adjudicação, contratualização ou aquisição de equipamentos. Portanto, era esta a informação que eu tinha que vos dar e agradeço ao Senhor Deputado Leonel Costa o facto de ter chamado aqui à atenção porque também eu ia fazê-lo mais adiante. Portanto, ainda bem que pôs essa questão em primeiro lugar. **Penso que, dada esta explicação, e não sei se a Câmara**







**quer falar, mas penso que já respondi também em nome da Câmara Municipal, a situação concretamente é esta.** Iriamos iniciar os nossos trabalhos, cumprimentando aqueles que chegaram depois de se ter aberto esta sessão. O primeiro assunto que temos, **aprovação de ata**, para aprovar ou rejeitar é a ata da nossa última reunião da nossa Assembleia, que é a ata número cinco que vos foi remetida, certamente a leram e, portanto, se houver alguém que discorde da ata, que tenha alguma alteração a sugerir, que o faça, que se inscrevesse para o poder clarificar e eventualmente fazer essa correção, senão, iríamos pôr à votação com a anotação de que só vota quem fez parte da última reunião da Assembleia Municipal. Quem não participou na última reunião não vota a respetiva ata. Portanto, alguém tem alguma sugestão a fazer? Vamos então votar.” -----

-----De seguida, procedeu-se à votação da ata número cinco, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade.**-----

-----De imediato passou-se ao: -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José da Silva Campos, proferiu o seguinte:**-----

-----“Iriamos, agora analisar aquilo que foi a atividade do Presidente da Assembleia Municipal e da sua Mesa. Também vos foi remetido, quer os documentos, quer as participações, quer o correio recebido. Portanto, quem tiver alguma dúvida ou quiser algum esclarecimento sobre o mapa que vos foi enviado façam o favor de colocar o assunto. Se não houver passamos imediatamente ao ponto seguinte.” -----

-----**Seguidamente, foi aberto o período de inscrições para a emissão de votos de louvor, congratulação, de saudação, de protesto ou de pesar, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 36.º do Regimento.**-----

-----Inscreveram-se, para usar da palavra: -----





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

-----O Senhor Deputado Vítor José Mendes da Silva, do Grupo Político Municipal do PSD, procedeu à leitura dos seguintes votos de louvor: -----

----- **VOTO DE LOUVOR**-----

-----**"Associação Desportiva de Várzea Futebol Clube"**-----

-----À Associação Desportiva de Várzea Futebol Clube, que na presente época 2021/2022, alcançou a subida de divisão ao segundo escalão da Associação de Futebol do Porto. -----

-----O histórico feito, foi alcançado no passado dia 1 de maio de 2022, na cidade da Lixa, fruto do empate no jogo com o F.C. Termas de São Vicente, carimbando assim o momento mais alto da história do clube ao longo dos seus já 50 anos de história. -----

-----Este é um feito que vem acompanhando a crescente evolução do clube, que cada vez mais oferece excelentes condições para a prática de futebol e que muito dignifica o trabalho que vem sido desenvolvido ao longo dos últimos anos, sendo assim cada vez mais uma instituição de renome e respeitada no nosso concelho e motivo de orgulho de todos os Varzeenses. -----

-----Por ser uma das instituições de referência do concelho e como tal merecem toda nossa consideração e reconhecimento. -----

-----Assim, propomos a aprovação deste voto de louvor e que do mesmo seja dado conhecimento à Associação Desportiva de Várzea Futebol Clube. -----

----- **VOTO DE LOUVOR**-----

-----**"Jéssica Teixeira"**-----

-----À Jéssica Teixeira, da Salta Fronteiras Associação, pelo título de Campeã Nacional Feminina de Boccia de BC5. -----

-----Decorreu no passado dia 7 e 8 de maio, em Braga, no Complexo Desportivo da Universidade do Minho, o 1º Campeonato Nacional de Boccia-Feminino e Masculino. --

-----A prova organizada pela Paralisia Cerebral – Associação Nacional de Desporto, reuniu todos os melhores jogadores nacionais, incluindo os que constituem a seleção



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL  
DE FELGUEIRAS

Praça da República - Margaride  
4610-116 Felgueiras

T. 255 318 000 F. 255 318 170  
geral@cm-felgueiras.pt  
www.cm-felgueiras.pt





nacional, dando ainda mais protagonismo à referida prova.-----

-----O nível competitivo foi bastante elevado, num fim de semana cheio de jogos. ----

-----Graças ao primeiro lugar na categoria BC5, ficou assim apurada para o Campeonato Nacional de Boccia – Individual Absoluto, o qual se realizou nos dias 18 e 19 de junho em Leiria, obtendo um honroso 3º lugar. -----

-----Por ser uma atleta em destaque e uma das instituições de referência do concelho e como tal merecem toda a nossa consideração e reconhecimento. -----

-----Assim, propomos a aprovação deste voto de louvor e que do mesmo seja dado conhecimento à Jéssica Teixeira e à Salta Fronteiras Associação. -----

----- **VOTO DE LOUVOR**-----

----- **“União Futebol Clube de Sousa”** -----

-----Ao União Futebol Clube de Sousa, pela conquista do Campeonato Amador de Futebol da Associação de Modalidades Amadoras de Fafe (AMAF), bem como da Taça de Futebol da denominada Associação. -----

-----No passado dia 28 de maio de 2022, o União Futebol Clube de Sousa conquistou o Campeonato Amador de Futebol da AMAF. A concretização do feito, aconteceu no seu campo de jogos contra a equipa do Desportivo Ases de São Jorge, após uma vitória por 2-0.-----

-----Ainda, no dia 26 de junho do presente ano, no campo de futebol de Antime, no concelho vizinho de Fafe, o União Futebol Clube de Sousa fechou com chave de ouro a sua época desportiva, após derrotar a equipa do Grupo Desportivo de Pardelhas, na final da Taça de Futebol da AMAF.-----

-----Sendo assim, o culminar de uma excelente temporada, na qual o palmarés do clube ficou ainda mais rico, sendo já o clube identificado com um dos mais ganhadores do futebol amador da região e dos que mais títulos tem ganho sob a insígnia da freguesia de Sousa e do concelho de Felgueiras.-----

-----Por ser, uma das instituições de referência do concelho e como tal merecem toda





a nossa consideração e reconhecimento. -----

-----Assim, propomos a aprovação deste voto de louvor e que do mesmo seja dado conhecimento ao União Futebol Clube de Sousa.-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José da Silva Campos, fez a seguinte intervenção:** -----

-----"Temos três votos de louvor, de forma que íamos votar já estes três. Eu, se não se importassem, se os Srs. Deputados não fossem contra, íamos votar estes votos em conjunto. Alguém se opõe? Para não estarmos a fazer votações individuais depois ficaria na ata, é evidente que os votos que sejam sufragados será de igual modo para todos. Alguém se opõe? Então vamos votar."-----

-----De seguida, procedeu-se à votação dos Votos de Louvor: - **Aprovados por unanimidade.**-----

-----**O Senhor Deputado Eduardo Ribeiro Teixeira, do Grupo Político Municipal do PSD, procedeu à leitura dos seguintes votos de louvor:** -----

-----**VOTO DE PESAR**-----

-----**"Cláudia Calçada"**-----

-----Faleceu no passado dia 3 de junho de 2022, com 29 anos, a jovem Cláudia Calçada, natural da freguesia de Lagares, do nosso concelho de Felgueiras. Uma jovem que devotou grande parte da sua vida ao desporto, praticante de várias modalidades, com principal realce no futebol feminino, onde foi atleta do F.C. Felgueiras, entre outros, sendo sempre referenciada como uma atleta exemplar.-----

-----Neste, momento de dor para a família e amigos, é com profunda tristeza que esta Assembleia vem expressar os mais sentidos pêsames e o Grupo Político do PSD, vem propor a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento da jovem Cláudia Calçada e solicitar que o teor do mesmo seja dado conhecimento à família.-----

-----**VOTO DE LOUVOR**-----

-----**"90 anos do Futebol Clube Felgueiras"**-----





-----O Futebol Clube de Felgueiras, símbolo maior do desporto concelhio e grande embaixador da cidade e do concelho de Felgueiras, festejou no passado dia 8 de maio, 90 anos de existência.-----

-----Ao longo desta significativa história, que envolveu ao longo dos tempos quase todas as famílias Felgueirenses, no que respeita à sua participação enquanto atletas, dirigentes e associados, podemos afirmar que efetivamente o F.C. Felgueiras é o clube de todos os Felgueirenses.-----

-----No decorrer destes 90 anos o F. C. Felgueiras afirmou-se como um clube de referência no Vale de Sousa, região Norte e em todo o Portugal. Atualmente o clube compete nas provas da Federação Portuguesa de Futebol, Liga 3, onde no presente ano teve uma participação brilhante e quase deu acesso à Segunda Liga, objetivo a que se propôs e que lutou até ao último jogo.-----

-----São vários os escalões de formação das Escolinhas aos Júniores, passando pelos Sêniores A e B e ainda a equipa Feminina, nas quais integram mais de 300 atletas. ----

-----O Clube tem formado jogadores com enorme qualidade, mas acima de tudo o objetivo principal, além do sucesso coletivo e individual dos atletas, é fomentar a prática desportiva e transmitir valores como a responsabilidade, a solidariedade e o companheirismo, valores essenciais para uma vida em sociedade.-----

-----Por ser uma instituição de referência no concelho e que merece todo o nosso reconhecimento e apoio, propomos a aprovação deste voto de louvor, pela passagem destes 90 anos e que do mesmo seja dado conhecimento à Direção do Futebol Clube de Felgueiras.-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José da Silva Campos, fez a seguinte intervenção:**-----

-----"Tratando-se de dois votos distintos iríamos votar primeiro o Voto de Pesar pela atleta Cláudia Calçada e depois faríamos a votação para este Voto de Louvor ao Futebol Clube de Felgueiras."-----





-----De seguida, procedeu-se à votação do Voto de Pesar: - **Aprovado por unanimidade.**-----

-----De seguida, procedeu-se à votação do Voto de Louvor: - **Aprovado por unanimidade.**-----

-----**O Senhor Deputado António Alfredo Macedo Alves, e líder do Grupo Político Municipal do SIM ACREDITA – L.PS, apresentou o seguinte Voto de Louvor:** -----

----- **VOTO DE LOUVOR**-----

-----**“Associação Desportiva de Várzea Futebol Clube”**-----

-----A Associação Desportiva de Várzea é uma Associação Desportiva com 50 anos de história no desporto concelhio e nacional. Na época desportiva 2021/2022 militou na 1ª Divisão da Associação de Futebol do Porto.-----

-----Na sequência da excelente época desportiva realizada acabou por ser promovida à Divisão de Honra da Associação de Futebol do Porto, patamar competitivo mais elevado na história da Associação. Trata-se de uma conquista desportiva de elevado mérito onde estiveram envolvidos os atletas, a Direção e os adeptos. -----

-----Pela importância do clube no panorama desportivo concelhio e nacional, pela relevância desta conquista, o clube merece todo o nosso reconhecimento. Assim, propomos um Voto de Louvor e que dele seja dado conhecimento à Direção da Associação. -----

-----De seguida, procedeu-se à votação do Voto de Louvor: - **Aprovado por unanimidade.**-----

----- **Seguidamente, foi aberto o período de inscrições para declarações políticas, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 2 do Artigo 36.º do Regimento:**-----

-----Inscreveram-se, para usar da palavra: -----

-----**O Senhor Deputado António Alfredo Macedo Alves, e líder do Grupo**





**Político Municipal do SIM ACREDITA – L.PS, proferiu a seguinte declaração:**

-----"A ação governativa deste Executivo Municipal tem sido marcada, desde 2017, por vários imponderáveis que têm condicionado e dificultado a sua ação executiva. Em 2020 surgiu a Pandemia de COVID-19, com implicações financeiras de todos conhecidos. Quando este problema estava em vias de resolução, em 2022, surge a guerra na Ucrânia, com consequências financeiras para os países e para os municípios, nomeadamente, a elevada inflação e a escassez de alguns produtos.-----

-----Como se tudo isto não bastasse, o Executivo Municipal vê-se agora confrontado com uma dívida do passado, que pode ascender a mais de €9 M, num litígio que dura desde 2010, resultante de 16 empreitadas realizadas e não pagas. É uma dívida que terá um impacto gigantesco na gestão do Município, face à sua enorme dimensão e que condicionará a gestão municipal nos próximos anos. Apesar da possibilidade de um acordo, que reduzirá, de forma substancial, a mesma, os seus efeitos não deixarão de se fazer sentir e o seu impacto negativo no desenvolvimento de futuros Projetos municipais será uma realidade.-----

-----Trata-se de uma situação que nunca deveria ter ocorrido e que deveria ter sido resolvida atempadamente por quem tinha responsabilidades políticas à época de forma a impedir a oneração de juros de mora que se foram acumulando ao longo dos anos. É uma forma de fazer política que não consideramos a mais adequada aos interesses dos cidadãos.-----

-----Nesta fase, mais importante que julgar as ações políticas do passado é o momento de encontrar soluções que resolvam os problemas do presente e projetem o futuro.-----

-----Este Executivo Municipal, confrontado com este problema, encetou um conjunto de diligências no sentido de resolver este litígio, conseguindo um acordo que permite extinguir este processo e minimizar o impacto financeiro para o Município mantendo o superior interesse público. Poderá ser o culminar de um processo que já dura há





demasiado tempo e que não dignifica o concelho. -----

-----Apesar deste acordo, as consequências para a gestão do município serão enormes e condicionarão a sua ação nos próximos anos. No entanto, acreditamos que serão criados, por este Executivo Municipal, os mecanismos necessários para reduzir e mitigar os seus efeitos de forma a manter os investimentos que o concelho carece. ----

-----Mesmo com todos estes imponderáveis o Executivo Municipal continua a sua linha orientadora de gestão com vista à resolução de grandes problemas do passado. Já foi assim com o PDM, já foi assim com a Zona de Acolhimento Empresarial do Alto das Barrancas, será assim com o Parque Tecnológico do Tâmega e com a variante de Cabeça de Porca.-----

-----Este é um Executivo com capacidade para gerar projetos impactantes e estruturantes para o futuro do concelho, capaz de posicionar o município como ancora regional para a inovação tecnológica, atraindo investimento que permitirá um maior desenvolvimento e empregabilidade para mão-de-obra cada vez mais qualificada. -----

-----Este deverá ser o caminho mesmo que alguns, **sempre os mesmos**, tentem, de forma menos clara, criar dificuldades neste percurso, denegrindo a imagem do concelho. -----

-----Mantemos, e reforçamos a nossa confiança. Com este Executivo Sim Acredita-Livre-PS o concelho terá um futuro melhor!"-----

-----**O Senhor Deputado Leonel Fernando Pinto Coelho da Costa, e líder do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte declaração: -----**

-----"Hoje é incontornável falarmos de um dos assuntos que infelizmente está na ordem do dia, refiro-me à notícia da Sábado. Que ninguém espere que entremos em questões pessoais, porque o que é do foro estritamente pessoal temos de respeitar, respeitaremos. Este também não é o local próprio para discutir a forma como outras entidades sugeridas ou como são tomadas as suas decisões. Por outro lado, entendemos que o que é da justiça tem de ser discutido no local próprio e num estado





de direito como o nosso, a provarem-se os factos, então que hajam consequências. Da mesma forma, se não se provarem, que seja reposta a verdade e o bom nome dos envolvidos. A nossa preocupação é outra. É estritamente política, porque na notícia são referidos muitos factos da gestão municipal que, a serem verdade, são muito graves. Não queria comentar o comunicado do Senhor Presidente de Câmara nas redes sociais, mas não posso deixar de lhe dizer que quem foi atacado não foi Felgueiras, foi o Senhor, quer a título pessoal, quer enquanto Presidente de Câmara. Se bem que isso, claro, afeta também o bom nome de Felgueiras, a nível nacional, como aconteceu no passado agora ressuscitado. Mas uma coisa é certa. No seu comunicado, o Senhor só se pronunciou sobre a questão da emissão da licença. Mais nada! Nesta Assembleia Municipal, teremos de ter uma resposta cabal e clarificação por parte do Presidente de Câmara, nessa qualidade, de Presidente de Câmara e não a título pessoal, quanto a todas as outras questões levantadas na notícia que, infelizmente, são muitas. Aliás, acredito que também é do seu interesse, neste Órgão, clarificar os factos. Posso equiparar esta situação a uma do início do mandato anterior em que o Senhor Presidente de Câmara nesta Assembleia, nomeadamente, lançou uma acusação sobre o estado das contas deixadas pelo PSD. Porque estávamos à vontade e queríamos o esclarecimento, eu próprio, aqui, propus uma auditoria, que veio desmentir as falsas acusações sobre o estado das contas. Questiono, por isso, se me permitem a ingerência numa bancada que não a minha, se não deveria, a bancada do SIM ACREDITA, a ela própria em defesa do seu líder participar os factos para que se prove a inocência. No seu comunicado, Senhor Presidente de Câmara, só se referiu à emissão de licença, alegadamente em proveito próprio, segundo diz a notícia, que nega ter feito. A questão que se coloca na notícia é substancialmente diferente. É a da alegada emissão de certidão, pela Câmara Municipal, a dispensar a emissão de licença. Por isso, de facto, não foi emitida, mas importa escrutinar os procedimentos e prazos de emissão daquela certidão. De facto, pelo que diz a notícia, 24 horas seria um tempo







record, mas importa perceber se todos os munícipes têm esta celeridade nas questões que certamente também afetam as suas vidas. Sabe-nos dizer qual é o prazo médio de resposta a pedidos como este? É prática ou não dos serviços municipais deslocarem-se ao local para, nestes casos, confirmar a existência de obras? A notícia da edição online, bem mais completa que a versão em papel, refere que o anterior proprietário, alegadamente como tudo o que estou a referir, fez pelo menos 4 obras de alterações e que pediu o licenciamento das mesmas, as quais não foram deferidas. Portanto, importa perceber que destino tiveram estes pedidos e pergunto ainda se quem emitiu a certidão teve isso em conta. Mas levantam-se muito mais questões, e volto a referir, estritamente com relevo para a gestão municipal que é aquilo que nos interessa. Por isso tenho de questionar se é verdade que as empresas mencionadas na notícia, alegadamente credoras de uma empresa da qual o Senhor Presidente teve intervenção, prestam ou prestaram serviços para a Câmara Municipal. E peço que nos faculte os respetivos contratos, com cadernos de encargos, relatórios de gestão desses contratos e mapas de fornecimento contínuo. No que respeita aos alegados favorecimentos das pessoas mencionadas na notícia no âmbito do processo de revisão do PDM, questiono se essas pessoas viram terrenos que até então não tinham viabilidade construtiva, passarem a tê-lo? Solicito que nos faculte os respetivos processos para fazermos o trabalho que compete a esta Assembleia Municipal que é fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, que é tão só isso que nos move. É importante clarificar este assunto para que todos nos possamos concentrar em discutir aquilo que é verdadeiramente importante para o concelho. E a esse título, desde já proponho que na próxima Assembleia Municipal possamos ter um ponto específico para discutir a reorganização administrativa que é assunto que deveria estar na ordem do dia, e não está, apesar de eu, nesta Assembleia, pelo menos em duas vezes ter sinalizado este assunto como importante, muito importante na verdade e são muitos os Felgueirenses que aguardam o que é que vai sair do processo da reorganização das





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

freguesias e aguardam com muita ansiedade.”-----

-----**Seguidamente, foi aberto o período de inscrições para discussão de assuntos de interesse político relevante, de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 2 do Artigo 36.º do Regimento:**-----

-----Inscreveram-se, para usar da palavra: -----

-----**O Senhor Deputado José Carvalho Mendes, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte:**-----

-----"O tema que pretendo abordar neste ponto é um assunto de extrema relevância para os cidadãos em geral e para os munícipes em particular de Felgueiras: O Estado da Saúde ou mais corretamente o Estado da Doença do nosso Serviço Nacional de Saúde.-----

-----Segundo o Primeiro Ministro, o SNS nunca teve tantos médicos e enfermeiros. ----

-----O Orçamento da Saúde é o mais alto de sempre, o próprio Ministro das Finanças afirmou que os recentes problemas não são devidos a constrangimentos financeiros e é bem verdade que uma parte cada vez maior dos nossos impostos são aplicados no SNS. -----

-----E o que vemos na prática? -----

-----Uma rutura em serviços essenciais de saúde e uma enorme falta de capacidade do Ministério da Saúde para encontrar respostas adequadas. A incompetência desse Ministério ficou bem patente, quando a primeira solução encontrada para a resolução do problema é o de criar uma comissão para estudar o assunto, quando dezenas de milhares de pessoas desesperavam diariamente nos serviços de urgências e quando os problemas já foram diagnosticados há vários anos.-----

-----Mas afinal a que se deve o estado atual do SNS? -----

-----O tempo disponível para discutir este assunto naturalmente que não é suficiente para abordar o assunto em profundidade e por outro lado também tenho que reconhecer que não sou um especialista na matéria, mas como cidadão tenho as





minhas opiniões e nesta intervenção, apenas referirei dois aspetos que considero terem contribuído para a situação atual.-----

-----O primeiro prende-se com a forma como o Governo tem gerido o assunto e a forma como o SNS é gerido. É certo que existem bons exemplos, como é o caso do Hospital S. João do Porto, mas na generalidade os hospitais são mal geridos e nem sempre por culpa dos gestores desses hospitais, mas sim devido a questões estruturais e de organização de todo o setor público ligado à saúde, nomeadamente questões ligadas às carreiras dos profissionais de saúde, a política dos tarefeiros e a autonomia dos gestores hospitalares. Estima-se que cerca de 25% dos gastos de saúde são devidos a ineficiências do funcionamento do SNS, não contribuindo para a resposta aos utentes. -----

-----O segundo aspeto tem a ver com aspetos ideológicos. O setor governamental da saúde foi assaltado por políticos radicais de esquerda, adversos a qualquer solução que passe por englobar o setor privado e social na resolução dos problemas de saúde. Esses políticos acabaram com a maior parte das parcerias público-privadas ao nível hospitalar, quando existia algum consenso dos benefícios dessas parcerias, aceitando, contudo que é sempre possível melhorar o nível de funcionamento das mesmas. -----

-----Ironia do destino, hospitais que no passado funcionavam sem grandes constrangimentos, passaram a ter problemas a vários níveis. Trata-se apenas de uma coincidência. -----

-----É necessário acabar com a ideia utópica de que apenas o setor público é capaz de prestar serviços de saúde. Devemos defender o bom funcionamento do setor público de saúde, e considerar o SNS como um todo, incluindo nesse serviço o setor privado e social. -----

-----Nas situações em que o setor privado e social conseguem prestar um melhor serviço e a um custo mais baixo, só uma cegueira ideológica afasta essa solução, optando por um sistema de saúde mais caro para os contribuintes e um pior serviço às





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

populações. -----

-----Esta cegueira ideológica tem contribuído para uma resposta ao nível da saúde que nem serve aos pobres. Por outro lado, esta realidade não contribui para o objetivo que é o sistema de saúde deve ter igualdade no acesso de saúde para todos.-----

-----Segundo o Centers for Disease Control & Prevention, falamos em equidade em saúde quando todos têm a oportunidade de alcançar o seu potencial de saúde plena e ninguém é prejudicado nessa meta devido à sua condição ou circunstância social. -----

-----Ora, o que está acontecer em Portugal é que essa desigualdade é cada vez maior. -----

-----A ironia é que nos últimos anos aqueles radicais de esquerda que defendem o SNS orgulhosamente só, foram os principais responsáveis para que cada vez mais pessoas procurassem alternativas a esse mesmo SNS.-----

-----Ao nível local a situação não é muito melhor. O Hospital Padre Américo, não tem capacidade de resposta e trabalha em sobrecarga há vários anos. Durante o último mês de maio assistimos a várias notícias de ruturas nas urgências desse hospital, fazendo com que dezenas de utentes tivessem de ficar horas e dias a fio no serviço de urgência, por falta de vagas no internamento, aumentando os problemas de saúde dos doentes que ocorreram a esses serviços. -----

-----Uma das razões prende-se com o facto do hospital ter sido pensado e construído para uma população de 350.000 habitantes e neste momento, serve uma população cerca de 550 mil habitantes. -----

-----E ao nível do concelho? -----

-----Se é certo que a Câmara Municipal não tem capacidade de melhorar o nível de prestações de saúde ao nível hospitalar, mas tem competências para melhorar o nível de prestação de saúde ao nível do centro de saúde.-----

-----Aproveito a oportunidade para perguntar ao Senhor Presidente para clarificar quais são neste momento as competências que a Câmara tem relativamente ao setor da Saúde.-----





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

-----Ao nível do funcionamento das unidades de saúde locais, verificam-se vários constrangimentos de ordem física e humana. Existem muitas queixas por parte dos utentes e dos colaboradores devido à falta de material de limpeza, material de expediente, funcionamento dos sistemas informáticos e ao nível do apoio à manutenção dos equipamentos, de forma a permitir uma melhor qualidade de atendimento aos utentes.-----

-----Verifica-se ainda a falta de pessoal médico e enfermeiros, em parte devido ao desvio de pessoal para o processo de vacinação, nomeadamente no centro de saúde de Jogueiros.-----

-----Ao nível do Hospital de Felgueiras, é necessário defender a melhoria dos protocolos com a ARS Norte e criar maior sinergias e articulações com as unidades de saúde local. -----

-----A maior parte dos problemas não são da responsabilidade da Câmara. Contudo face à importância que o assunto da saúde representa para as populações de Felgueiras, não posso deixar de sugerir aos membros da câmara com responsabilidade nesta área, para realizar uma maior pressão juntos dos organismos de saúde no sentido de melhorar o funcionamento das unidades de saúde local e do Hospital Padre Américo."-----

-----**Seguidamente, foi aberto o período do uso da palavra pelo Senhor Presidente da Câmara, Nuno Fonseca, de acordo com o previsto na alínea d) n.º 2 do Artigo 36.º do Regimento:**-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:**-----

-----"Dar nota, Senhor Presidente, de que tomei aqui alguns apontamentos daquilo que fui ouvindo e começo eventualmente por aquele que me parece mais importante esclarecer neste momento tendo em conta que, infelizmente, nos dias de hoje muitas das pessoas ainda andam ao som daquilo que são eventuais e supostas notícias,





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

muitas vezes carregadas de mentiras e de coisas que não correspondem de maneira nenhuma à realidade. Eu vou passar a dizer aqui duas coisas, fazer dois ou três comentários e tentar responder àquilo que foram as questões levantadas pelo Dr. Leonel Costa. De forma muito tranquila porque efetivamente, parece-me, Dr. Leonel, e permita-me aqui eu fazer um parêntesis desde já, porque este assunto foi por mim colocado em reunião de Câmara e agradecer a todos os Srs. Vereadores incluindo os da oposição, a forma corretíssima como trataram este assunto e como o abordaram sem de maneira nenhuma tentar fazer qualquer tipo de aproveitamento político. Dizer-lhes que aquilo que é pessoal, da minha vida pessoal, e da minha família, eu não tenho, nem devo, como é óbvio, dar nota daquilo que se passa. Sendo certo que as dificuldades na minha vida e no meu dia a dia, sempre as abordei com naturalidade fosse com quem fosse. Portanto, também dizer-vos que não tenho nada a esconder da minha vida. Dizer-vos que quanto àquilo que é a minha atuação enquanto Presidente de Câmara fiquei satisfeito, Dr. Leonel, por confirmar aqui que efetivamente não foi emitida licença nenhuma, mesmo que não soubesse confirmo-lhe eu que não foi emitida licença nenhuma, aquilo que foi emitido, e não para mim nem para qualquer familiar meu, que fique bem claro, foi emitida certidão relativa à dispensa de utilização. Que fique bem claro, nem para mim nem para qualquer familiar meu, para que não hajam dúvidas. As certidões, aquilo que acontece nesta Câmara, e nós não mudamos procedimentos rigorosamente nenhum, acontece exatamente aquilo que acontecia. São tratadas pelos técnicos, agora até por Técnicos Superiores, quando elas eram até no passado, desde há bastantes anos, emitidas por Técnicos Administrativos que passavam as próprias certidões. Uma certidão, para que as pessoas às vezes não fiquem baralhadas, e o Senhor Dr. Leonel é jurista e sabe bem, se for a uma conservatória de um registo predial pedir uma certidão eventualmente de um imóvel ela, é passada na hora, nem é vinte e quatro horas, nem seis horas, nem doze, é-lhe passada na hora. Aqui, nesta Câmara os procedimentos são iguais para toda a gente







independentemente do nome, porque nós não olhamos ao nome. Aquilo que quero dizer relativamente a esta matéria é que nesta Câmara Municipal há um princípio. Muitas das vezes isto acontece naturalmente, imagine uma imobiliária ou um cidadão comum, como acontece sistematicamente, tem uma escritura porventura marcada, tinha pedido a certidão já eventualmente algum tempo e tem a necessidade de fazer a escritura no dia seguinte, muitas das vezes até da manhã para a tarde vêm aqui e nós percebendo que existe essa necessidade por parte da Conservatória, emitimos o documento. Portanto, isso é o que acontece no dia a dia da Câmara. As certidões são documentos que têm, como é óbvio, o seu valor, mas como expliquei uma certidão predial pode ser passada na própria hora. Como podia ser passada nos serviços na própria hora eventualmente até no futuro para aligeirmos aquilo que são às vezes as necessidades pode-lo confirmar. Fazemos com Técnicos Superiores porque foram decisões nos mandatos anteriores, e foram colocadas sobretudo por causa de verificar a questão da legalidade urbanística, não temos nada a opor, portanto o que tem de ser é. Quanto às licenças que como diz, supostamente se fala nesse artigo, eu vou-lhe dizer, Dr. Leonel. Claro que tive de olhar para o artigo, quando falam de mim eu devo tomar nota, dizer-lhe que nesta matéria dos comunicados que fiz, Felgueiras foi não atacada, quem foi atacado foi o Presidente da Câmara. Quem foi atacado foi o Presidente da Câmara, que tem o dever e a honra e o compromisso de respeitar a posição e o Município. Portanto, a partir do momento em que o Presidente da Câmara é atacado independentemente das minhas questões pessoais ou do que possa ser, se fosse isso que não é, pudesse ter algum tipo de problema que me criasse algum tipo de constrangimentos pessoais, o problema é do Município porque é sempre o Município que anda nas bocas do mundo. Fica mal a algumas pessoas sistematicamente virem fazendo isto porque os protagonistas acabam por ser quase sempre os mesmos, mas tudo bem, quanto a isso até para mim está esclarecido. Aquilo que lhe quero dizer é que daquilo que me perguntaram, até porque dizem que nós não esclarecemos nem







ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

respondemos, nós estamos a tratar do assunto conforme tem que ser tratado. A Câmara foi questionada por um senhor que não se identificava de que revista era, depois, mais tarde, veio a identificar-se quando nós, no fundo, indagamos junto da própria revista as necessidades de esclarecimento e como é óbvio procedemos àquilo que temos de fazer do ponto de vista do código do procedimento administrativo ver aquilo que temos de responder. Porque há questões que às vezes nos são colocadas que o Município não tem que responder. Eu não tenho que dizer se tenho o meu salário penhorado, eu não tenho que dar nota disso a um jornalista. Se o Senhor me perguntar, nesta Assembleia se calhar é até estou na disponibilidade de responder. Agora, não é nenhum jornalista que me vem questionar sobre uma matéria dessas. Dizer que aquilo que está aqui em causa são processos de 1987, 1991, 1993 e 1996, aquilo que me questionaram foram processos de 1987, 1991, 1993 e 1996. É claro que se existia alguma coisa que aqui não esteja bem eventualmente quem tem de ser responsabilizado por isto não é o Nuno Fonseca nem o Presidente da Câmara atual, mas sim os Presidentes de Câmara que à data, a esta altura, tinham a obrigação de ter assegurado que efetivamente estivesse tudo legal. Portanto, que sejam apuradas as responsabilidades, se existir alguma coisa, como é óbvio, que nós internamente vamos indagar sobre o assunto, estamos a tratar disso, mas se houver aqui alguma questão terá que ser responsabilizado, e não eu, hoje ou à data de hoje. Fique então claro. Dizer-vos que relativamente à revisão do PDM, Senhor Deputado, o PDM não fui eu que decidi o que quer que seja, o PDM foi discutido com quase três dezenas de entidades, entre elas a Reserva Agrícola, e dizer que esta matéria foi aprovada não por mim, foi por nós todos aqui neste Órgão. Portanto, aquilo que está no PDM é aquilo que está refletido e aquilo que é a votação de uma Assembleia depois da concertação com as entidades. Será que alguém mete na cabeça que qualquer uma destas entidades haveria de abrir mão fosse daquilo que fosse favorecendo alguém em proveito próprio? Isso só na imaginação de alguns, ou para fazer filmes, como





qualquer um faz filmes. Eu começo a acreditar que alguns jornalistas deviam ir para realizadores e não para diretores de revistas nem para jornais. Era para realizadores de filmes. Porque filmes qualquer um faz. E se for preciso fazê-los a gente também os faz. Mas, quanto a isso o que me interessa é esclarecer-vos e aos Felgueirenses. E o esclarecimento é simples. Não tive em momento algum qualquer tipo de situação que me ponha em causa do ponto de vista pessoal nem a atuação como Presidente de Câmara que esteja aqui a favorecer A, B ou C. Nunca o fiz. Portanto, mesmo aquilo que o Senhor estava a dizer, o documento veio aqui a este Órgão para aprovar. Não é o Presidente de Câmara nem o Nuno Fonseca, quem o faz é o Órgão Assembleia que aprova todos os documentos que estão na revisão do PDM, todos. Nem um, nem dois, são todos. Quanto aos contratos, também dizer-lhe de forma clara, até podiam lá estar muitos mais, podia lá estar a Auto-Viação Landim, podia lá estar eventualmente a EDP ou muitos outros. Parece-me impressionante, é que os senhores andem ao *toque de caixa* daquilo que lhes querem dizer e isto às vezes, perdoe-me que lhe diga isto e não interprete mal, mas dá a sensação, não vou fazer inconfidências de algumas coisas que falamos em reunião de Câmara, por uma questão de respeito, mas dá a sensação que havia pessoas que estavam mortinhas, que já teriam até um dossier próprio, que não se ficaria por aqui, seria mais alargado quem sabe nos próximos tempos não teremos muito mais notícias de outras coisas e sobre outras pessoas. Estariam à espera disto para poderem ter um argumento político. Isto não são argumentos políticos. Eu fico admirado e acho bem que questione aquilo que são as questões enquanto atuação da Câmara e Presidente de Câmara. Estou a admiti-lo que o faça porque é assim que deve ser. Aquilo que lhe posso garantir quanto aos contratos é que a maior parte deles também vieram aqui para serem aprovados. São concursos públicos internacionais que vieram aqui para aprovação, não só do procedimento como também da despesa, porque são plurianuais que têm vindo cá para aprovação do Órgão. Também estou perfeitamente à vontade nisso. Aquilo que quero dizer, e é isto que eu gostava que





ficasse registado nas vossas cabeças, e na cabeça dos Felgueirenses, e por aquilo que circula muitas das vezes na comunicação social, se ouça na primeira voz, porque nunca ninguém veio ter comigo para falar sobre este assunto nem pedir esclarecimentos. Nunca ninguém veio ter comigo, que fique bem claro. Ninguém me questionou sobre isto. Pediram-nos dois ou três documentos relativamente a processos. Nunca ninguém me questionou sobre a minha atuação nem o que é que eu tinha a dizer sobre isto, que fique bem claro. Mas também lhes digo, depois disto também não estou disponível para falar com ninguém. Esclareço quando tiver de esclarecer, seja nas entidades judiciais, no Tribunal, seja aqui convosco, eu o fá-lo-ei. Não vou andar aqui a lavar roupa suja só porque dá jeito a algumas pessoas, não o faço. Dizer-lhe que nesta matéria aquilo que é a minha atuação enquanto Presidente de Câmara e enquanto cidadão seja do ponto de vista formal, do ponto de vista moral e ético, não tenho nada que não me deixe dormir tranquilo, descansado e que possa andar na rua de cabeça levantada. Eu percebo a finalidade destas notícias. Percebo que há documentos porventura até alguns deles possam incomodar aqui algumas pessoas e que me tentem limitar e silenciar de alguma forma, percebo as vontades políticas ligadas não só à Câmara, mas a outras instituições, de autênticos, permitam-me a expressão, assaltos ao poder. Mas a vida não se faz assim. A vida faz-se com seriedade. E a democracia, tal como o Senhor disse, de facto a casa da democracia é esta, faz-se respeitando aquilo que é a vontade de todos, em que todos nós temos que fazer o nosso trabalho de forma consciente e de forma séria. Portanto, cada um responderá por aquilo que faz e eu reponderei quando tiver de responder, como já o tenho feito muitas vezes. Eu nunca vos escondi aqui que já fomos muitas vezes abordados sobre situações de denúncias anónimas, mas muitas das coisas que aqui se falaram já foram abordadas por entidades que fiscalizam, portanto não tenho nada a esconder nem receio de nada, nem de ninguém. Estou perfeitamente tranquilo e é assim que eu quero continuar aqui, a fazer o meu trabalho por mais dores de cabeça que às vezes a





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

gente tenha, isto incomoda, incomoda-nos a todos sobretudo quando nos mexem na vida pessoal e quando nós temos filhos e que muitas das vezes são confrontados com isto e que não agrada a ninguém e que não desejo a nenhum de vós situações destas que acontecem e que não deviam acontecer. Quanto à reorganização administrativa dizer-vos que também estamos a tratar dessa matéria e que temos de agendar com os Presidentes de Junta. Portanto, partilhando convosco também, estamos disponíveis para fazer esse trabalho em conjunto porque acho que é de facto importante que possamos fazê-lo o mais rápido possível dentro das limitações que existem na lei e que nos permitem ir até determinado ponto e também caberá às juntas de freguesia poderem pronunciar-se sobre isso. Quanto à questão do Dr. José Mendes, eu acho que respondi a tudo. Dr. Leonel se às vezes não respondi peço que me alerte por favor. Quanto à questão do estado dos serviços de saúde, se o Senhor Presidente me permitisse passaria à Senhor Vereadora dando nota que partilhe e comungue da mesma opinião e estamos já a fazer diligências para que sobretudo aquilo que são as condições do nosso Centro de Saúde, mas também em particular, sendo uma instituição ligada à Santa Casa da Misericórdia, o nosso hospital, de reforçar aquilo que são as necessidades e sobretudo os acordos que têm neste momento assinados, mas que temos necessidade desse aumento e desse reforço.” -----

-----**A Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Roa Maria de Sousa Pinto, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:**-----

-----“Relativamente à descentralização das competências na área da saúde, e como é do conhecimento de todos, o Município ainda não as aceitou porque tem vindo desde 2019 desde que rececionamos os valores referentes à descentralização das competências a questionar, quer a DGAL quer a ARS, que tem colocado uma série de questões porque desde o início que não concordamos com os valores que estavam aqui afetos a estas competências que iriam passar para o Município. Tendo sido sempre sentido pelo Município respostas muito vagas e não satisfatórias relativamente





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

às questões colocadas, não aceitamos. Entretanto houve a pandemia o que atrasou aqui todo o processo e este ano, em março, quando voltamos outra vez a falar da descentralização e nós não tínhamos recebido minuta do auto de transferência, enviamos um ofício à ARS precisamente a pedir não só o auto de transferência, mas a minuta, mas também todos os contratos de serviços que estavam afetos a essas competências que iriam passar para o Município. No final de março foi-nos enviada a minuta com os contratos que tiveram todos que ser analisados pelos serviços respetivos, porque apesar de se tratar da saúde aquilo que estava aqui implícito na transferência das competências são a gestão dos Centros de Saúde, dos edifícios, o parque automóvel, uma série de serviços que teriam de ser analisados por diferentes serviços, recursos humanos, por isso os serviços tiveram a oportunidade de analisar, mas nesse intervalo entre final de março e a semana passada, sendo que os valores eram precisamente os mesmos, praticamente os mesmos que estávamos a falar em 2019, é óbvio que nós, mais uma vez, agora não poderíamos aceitar porque havia aqui um reforço principalmente de recursos humanos e pedimos à ARS para nos enviar a nova minuta do auto que teria aqui um ajuste de valores e neste momento estão os serviços ainda a analisar. Por isso não temos competências na área da saúde, porque não as aceitamos. Continuamos a discutir com as entidades competentes tudo aquilo que está para passar para o Município e o valor que é necessário para que essas competências passem para o Município. Nesta data, há muitos Municípios que já aceitaram e que estão neste momento a assinar autos de transferência, nós não o fizemos e continuamos neste momento em conversas com as entidades para chegarmos aqui a um consenso. Relativamente ao hospital Agostinho Ribeiro e conforme disse o Senhor Presidente os acórdãos de cooperação dos protocolos têm sido discutidos e é nossa intenção, como já o fizemos em ofícios enviados para as entidades, reforçar estes acordos de cooperação e os protocolos existentes entre a ARS e o hospital Agostinho Ribeiro.”-----





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

**-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José da Silva Campos, fez a seguinte intervenção: -----**

-----"Terminado este ponto, e penso que prestados os esclarecimentos a quem os solicitou, passávamos ao ponto seguinte. O ponto seguinte é o período aberto ao público, como sabem o nosso Regimento alterou este período que no Regimento anterior era no fim da sessão, nós alterámo-lo e temos neste momento duas inscrições de público para intervir. Fizeram-no nos termos, logicamente como não podia de deixar de ser, do Regimento. Eu ia dar a palavra ao primeiro inscrito que é o Senhor Carlos António Paiva Ferreira Seixas, que quer pôr uma questão sobre o problema do Lítio. Queria alertar que para a sua intervenção tem três minutos nos termos do nosso Regimento. Não há tolerância, como já viu não dei tolerância a nenhum dos Senhores Deputados, não dei ao Senhor Presidente de Câmara. Três minutos são três minutos."

**-----Seguidamente, foi aberto o Período de Intervenção Aberto ao Público, de acordo com o nº 1 do Artigo 35.º do Regimento.-----**

-----Inscreveram-se, para usar da palavra: -----

**-----O Senhor Carlos António Paiva Ferreira Seixas, fez a seguinte intervenção:-----**

-----"Muito boa tarde, Carlos Seixas da Plataforma SOS entre Douro e Minho. Não vamos estar com rodeios, os Senhores sabem ao que viemos. Grande parte do território e do património deste Município está como estiveram cinco Municípios do Distrito de Viana do Castelo, de onde acabo de chegar, em perigo. Grande parte do território de Felgueiras, 50% do concelho, 50% e que inclui áreas urbanas pode, segundo o que disse o Senhor Ministro do Ambiente, durante a discussão do Orçamento de Estado, ir a leilão internacional para decidir na secretaria qual é a empresa mineira que vai devastar Seixoso e Vieiros..." -----

**-----O Senhor Presidente da Assembleia ao ver o discurso interrompido por um membro da Assembleia proferiu o seguinte: "Senhor Deputado, pôr as**







ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

*questões está fora de questão, ao fim de três minutos termina a intervenção, portanto eu agradecia que se acalme, porque quem dirige os trabalhos é a Mesa. Peço desculpa, mas o cidadão tem a possibilidade de fazer a sua intervenção nos termos da legislação e do nosso Regimento. Portanto, está a perder tempo, se calhar a questão, ele tem que pôr uma questão objetiva para ver se o Senhor Presidente lhe responde ou se eventualmente a Mesa responde. Só alerta que as perguntas devem ser colocadas à Mesa ou ao Senhor Presidente da Câmara e se tivermos respostas dar-lhas-emos, se não tivermos ficará para uma próxima oportunidade o envio dessas respostas.”*-----

**-----Depois da interrupção, o Cidadão Carlos Seixas continuou a sua intervenção.**-----

-----"Eu tenho questões obviamente, eu lá chegarei. Não sabia que estava a incomodar tanto, mas enfim, eu vou continuar. Segundo o Senhor Ministro do Ambiente que aprendeu com os erros do seu antecessor, um tipo de má memória que aterrorizou o norte do país e que só percebeu à força com a contestação da população local, que somos nós que vivemos nas regiões ameaçadas pela mineração intensiva que escolhemos o modelo de desenvolvimento que queremos para a nossa terra, somos nós e não o ofício governamental que podemos garantir a sustentabilidade do nosso território. Segundo o novo Ministro do Ambiente, dizia eu, irão acontecer reuniões com todos os Presidentes de Câmara das seis áreas que podem ir a concurso para a mineração de Lítio e outros minerais. Ora não acreditamos que o Senhor Ministro queira reunir com o Senhor Presidente apenas para ouvir. Não o Senhor Ministro que tem estilo diferente do de Matos Fernandes, mas tem a mesma intenção que Matos Fernandes, ou seja, assinar contratos de prospeção e de seguida de exploração no maior número possível de concelhos, quer reunir para o convencer a si Senhor Presidente e a todos os outros Presidentes das seis áreas que podem ir a concurso acatar aquilo que ele considera um desígnio nacional. Pois bem, estamos aqui







para lhe dizer a si que vai estar cara a cara com o Senhor Ministro que está na altura de se fazer ouvir a voz da população, o grito de revolta dos que não se resignam a ver a sua região destruída por este plano de fomento mineiro. Está na altura Senhor Presidente de dizer ao Senhor Ministro que quem faz o ordenamento do território são os Municípios e os Múncipes. Está na altura Senhor Presidente dizer ao Governo que Felgueiras não aceitará que se utilizem zonas agrícolas e florestais para abrir crateras gigantes que esventrem o concelho provocando aluimentos de terra, inundações e a contaminação de cursos de água. Está na altura Senhor Presidente de dizer a Lisboa que os pareceres da Autarquia podem não ser vinculativos, mas são para ser respeitados. Que a Autarquia chumbará todo e qualquer pedido que seja da sua competência ou da competência da Assembleia Municipal, nomeadamente no que diz respeito á alteração de planos de ordenamento ou autorizações de uso mineiro. E que se for preciso avançará para a impugnação do concurso. Posso fazer as perguntas? ---

**-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José da Silva Campos, fez a seguinte intervenção: -----**

-----"Agora, não pode. Eu agradecia, já vos disse, aos Senhores Deputados que quem dirige os trabalhos, vocês votaram o Regimento, conhecem-no, é a Mesa. Esse tipo de comportamentos não é claro. Eu alertei o interveniente, tinha três minutos para pôr a questão. Falou de mais, não pode fazer perguntas porque terminou o tempo. O Senhor Deputado Eduardo Teixeira pediu a palavra, tendo o Presidente esclarecido: O Senhor Deputado não tem intervenção agora porque é a intervenção do público. Porque o Senhor não é público, o Senhor é Deputado. Não vale a pena estarmos já adiantar questões porque a questão é clara. Este período é de intervenção do público e como é de intervenção do público o Senhor como sabe não é público. Queria dizer o seguinte; parece que houve aí alguém que está preocupado com alguém que está a fazer gravação. Eu quero dizer que nos termos do nosso Regimento não é possível fazer gravações. Leiam, se fazem o favor, o nosso Regimento. Acho que é importante que





todos nós tenhamos conhecimento daquilo que aprovamos. O Regimento estabelece regras e, pior que haver regras é não haver. Eu sei que há gente que se sente bem em espaços onde não haja regras, mas aqui há regras e as regras têm que ser respeitadas."-----

**-----Seguiu-se a cidadã Senhora Ana Rita Pereira, que fez a seguinte intervenção:-----**

-----"A minha intervenção, feita na qualidade de Presidente da Associação de Defesa de Ambiente e Território e representante do Movimento SVCM que integra a Plataforma SOS entre Douro e Minho, é simples e destina-se a esclarecer todos os cidadãos que como eu se preocupam com os impactos da prospeção e exploração mineira na zona do Seixoso. É que tal como resulta da ata n.º 26 de 2 de dezembro de 2021 em reunião de Câmara, foi aprovada a participação do Município em sede de consulta pública, na se qual refere que considerando a possibilidade de remedição dos polígonos da área Seixoso/Vieiros que, e passo a citar, deverão as atividades de prospeção e pesquisa ser limitadas geograficamente aos espaços de exploração de recursos biológicos e energéticos integrados na área potencial Seixoso/Vieiros. Espaço este que está devidamente regulado no PDM. Por outro lado, desta feita publicamente, o Senhor Presidente da Câmara referiu numa sessão de esclarecimento realizada em frente à igreja da Lixa, organizada pelo Movimento SOS Seixoso que era contra a exploração do Lítio no meu concelho. Ora uma vez que estamos perante duas posições distintas a minha questão é esta: O que é que o Município fez ou pretende fazer, quer em termos jurídicos, quer em termos técnicos, para alcançar um resultado que proteja o território o direito de interesses da população? Este Município vai impedir as empresas mineiras que se estabeleçam e esventrem o nosso território? Este Município vai manter-se firme ao lado da população e proteger o território seja ele para a exploração de recursos geológicos ou não? Pergunto também, Senhores Deputados, e aqui, já que o meu colega foi impedido, o que é que vão fazer para proteger o





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

território da área Seixoso/Vieiros? Senhor Presidente, dirá ao Senhor Ministro que as empresas mineiras não são bem-vindas a Felgueiras? Dirá ao Senhor Ministro que não aceita que seja hipotecado o futuro de Felgueiras por aquilo que o Governo considera ser o interesse nacional? Pedirá ao Senhor Ministro que deixe Seixoso/Vieiros em paz?"

**-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José da Silva Campos, fez a seguinte intervenção: -----**

-----"Só queria clarificar uma questão à interveniente, é que o antecessor não foi impedido de falar. Ele não pôs as questões porque não quis. Teve tempo. O espaço reservado aos munícipes não se destina a intervenções de natureza política. Se o quiserem fazer têm que se candidatar na altura das eleições por qualquer partido ou coligações e terem assento nesta Assembleia. Portanto, queria só deixar ficar claro isto para que eventualmente, não pensem que o Presidente da Assembleia Municipal ou a Mesa cortou a palavra a alguém. Não, aqui nunca se corta a palavra. Queria dizer a este propósito, e antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, se ele entender que deve responder, que esta Assembleia Municipal criou uma Comissão específica após a discussão de um ponto único que nós tivemos aqui na nossa Assembleia Municipal, na primeira Assembleia Municipal, creio que já deste mandato, e Comissão essa com o objetivo de acompanhar a questão da prospeção do Lítio, não em qualquer parte específica, mas em todo o concelho de Felgueiras. Que está devidamente constituída e quando houver novidades certamente que a Comissão, ciente das suas obrigações perante os munícipes, por quem foram eleitos, haveremos de tomar e trazer aqui a questão nos devidos momentos."-----

**-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte: -----**

-----"Senhor Presidente, se me permitir e não me levarem a mal, na sua pessoa cumprimentava novamente todos aqueles que nos ouvem e cumprimentava também aqueles que aqui vieram porventura exprimir aquilo que era a sua opinião mesmo que





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

seja uma visão política da situação, mesmo que sejam questões levantadas e quero aqui, no fundo, também dizer que não me incomodam nada estas questões, aliás não me incomodou a forma como na altura assisti à reunião na Lixa, mesmo que porventura em determinados momentos não me sentisse que estivesse a ser respeitado, de qualquer das forma também percebi o *quente* da questão. Mas, de qualquer das formas, indo de encontro àquilo que foram as questões aqui levantadas. Cumprimentar o Senhor Carlos Seixas, do Movimento SOS, e vou fazer aqui quase um recuo àquela sessão da Lixa, e voltando aqui, no fundo, também a dar nota de duas ou três situações que acho que são importantes e aproveitando para responder também à Dr.<sup>a</sup> Ana Rita, presumo que é jurista, tenho quase a certeza absoluta, para tentar também esclarecer porventura algumas dúvidas que possam existir relativamente ao Lítio. Pois bem, Seixoso/Vieiros para nós tem uma importância grande. Nós percebemos o desconforto não só dos Movimentos, mas da população em geral, tal com eu sinto relativamente àquilo que foi a identificação, porventura mal feita, por parte de quem fez o relatório ambiental. E também disse, na sessão da Lixa, que não foi só a força, também poderá ter sido, mas não foi só a força dos Movimentos que travaram a prospeção no Minho. A prospeção foi-me confirmada pelo Ministro que não avançou por uma razão simples. Porque já existiam explorações, já nem era a prospeção, explorações de Lítio no Minho. Coisa que acabaram por me confirmar, o Senhor Carlos Seixas, nessa sessão, que não eram três licenças que existiam, mas sim quatro. Eu tinha a identificação de três, mas sim quatro que já estavam a ser exploradas. Portanto, o problema no Minho é bem maior do que aqui. Se aqui ainda estamos a falar em prospeção, no Minho já estão a fazer exploração. Dizer-vos também que para mim é claro aquilo que é a minha posição. Eu disse na altura, que o assumi publicamente, e tenho aqui uma notícia que mostrei na altura também relativamente ao Semanário de Felgueiras, de vinte do dois de dois mil e vinte, em que dizia que eu não aceitei a prospeção do Lítio. Isto para chegar ao quê, à questão do





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

ordenamento do território e da planificação. Eu gostava muito de ter chegado à revisão do PDM e ter retirado a única área geológica que existe no concelho, que é de facto no Seixoso, que está assente em duas licenças de exploração, para exploração de quartzo e feldspato que remontam, salvo o erro, a dois mil e doze, eu tenho que precisar aqui nas minhas coisas, bem anterior, àquilo que vos posso garantir bem antes dos nossos mandatos. Portanto, há explorações que vinham até de contratos de 1993, que depois vieram a ser alterados ali em 1999 por causa das empresas e que depois foram averbados e alterados em treze do quatro de dois mil e dezasseis, repito treze do quatro de dois mil e dezasseis. Bem, antes da nossa atuação enquanto Executivo Municipal. E aí sim alguma coisa devia ter sido feita para impedir, independentemente se somos nós enquanto políticos, se somos Movimentos de Cidadãos, sejam eles a organizar, sejam eles de forma individual, deveríamos ter feito alguma coisa para impedir. Não era a exploração do Lítio, era qualquer exploração geológica. Porque a partir do momento que há exploração geológica, tal como eu referi nessa intervenção na Lixa, e recordo-me como se fosse hoje, há coisas que a gente não pode tirar, que está na lei, faz parte dos princípios, são os direitos adquiridos. É a mesma coisa, imaginem que vocês cedem essa exploração a alguém e que era um terreno agrícola, ou que era urbano que nunca se lá chegou a construir nada, e eventualmente a reserva agrícola agora queria-o passar para reserva agrícola, mas a pessoa até tinha um loteamento em cima desse terreno. Nunca o pode fazer com o loteamento porque tem um direito adquirido. A partir do momento que o direito está adquirido, estão aqui vários juristas, ilustres juristas que me podem ajudar eventualmente se eu estiver a falar alguma coisa que seja menos correta a corrigir-me, a partir de um momento que há um direito adquirido nós não podemos quartejar qualquer munícipe, qualquer instituição desse direito que lhes é dado. Por isso, meus caros, até que estas empresas ou estas licenças se mantenham em vigor, a Câmara não tem o direito de tirar o espaço que lhes foi atribuído para exploração geológica, neste caso para exploração de





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

quartzo e feldspato. Entretanto, mais tarde, em 2015 também teve aqui outro tipo de licenças para areias e britas, também foi em 2015 que lhes foi atribuída mais uma licença. E digo-vos, o espaço de que estamos a falar, eu diria que é capaz de ser quase tão grande como aquele que estamos a falar agora do Seixoso/Vieiros. Não queria de deixar de responder àquilo que o Senhor Carlos Seixas, que porventura me iria perguntar. Dizer-vos de forma clara, porque acho que é serviço público e que é aquilo que temos que fazer com a população. No seguimento de uma reunião que tive com o Senhor Ministro, com o Senhor Secretário de Estado, com alguns Autarcas daqui da região, fiz questão de lhe remeter um ofício com uma súmula daquilo que aconteceu na reunião. Em que me deram nota daquilo que eram as minhas suspeitas de confirmações relativamente às questões do Minho e dizer-vos de forma vincada, para que fique claro para todos, e eu só estou aqui a apanhar, umas notas, são quatro páginas de texto em que eu vos pus de acordo, onde no mesmo, mostro a minha não concordância com o processo de concurso de atribuição de direitos de prospeção e exploração dos direitos do Lítio na zona de Seixoso/Vieiros, pelo que peço encarecidamente ao Senhor Ministro para travar todo este processo. Eu também posso deixar-vos ler. Deixo à Assembleia para poderem consultar. E, disse, por uma questão de cortesia que se não fosse acolhida as situações em que eu pedia para que fosse travado o processo, o processo de concurso de atribuição de direitos de prospeção e exploração que vão avançar, os Autarcas estarão de forma mais vincada e acutilante onde sempre estiveram. Para que não hajam dúvidas e onde tem de estar ao lado das populações na defesa do seu património e das suas gentes. Foi assim que terminei o meu ofício. Portanto, para que não fiquem dúvidas. Se o processo avançar sendo desrespeitadas as nossas gentes, nós temos que fazer um estudo efetivo, o estudo tem tantas incoerências como nós já pudemos registar, conforme eu fiz questão de dizer ao Senhor Ministro e já expliquei aqui nesta Assembleia, como é que me podem pôr um estudo a contemplar toda esta mancha, por exemplo, mais urbana aqui do







ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

centro de Margaride, quando estamos a falar de áreas urbanas onde não podiam sequer ser contempladas. Tudo isso põe em causa o relatório. O relatório tem lá uma questão de semântica que acutelou aquilo que é o próprio relatório, porque diz que só na parte final do processo se isso não fosse tirado, ou seja, é que não estaria correto até que seja o processo final que dizem isto está aqui, mas nós percebemos que há questões urbanas e isso, mas tem que ser tudo limpo. Só quando chegar à parte final do processo, se isso não estiver, aí é que nós temos uma possibilidade, como dizia aqui que estavam a sugerir eventualmente das impugnações, falamos isso na Lixa, de poder impugnar o próprio relatório. Portanto, a minha posição, enquanto Presidente de Câmara, e posso dizê-lo também enquanto aquilo que são os meus colegas que estiveram presentes comigo, é que não concordamos, de todo, com aquilo que está a ser feito. Queremos arranjar argumentos também e por isso é que a Universidade do Minho e a questão da Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, veio ao de cima e é por isso que está a ser gerido o Minho pelo meu colega de Guimarães e de Trás os Montes e Alto Douro pelo meu colega de Celorico, para que os estudos que possamos fazer nos possam defender daquilo que é a posição dos Municípios e desta região. Aquilo que nos estão a fazer acho que não é sério, não é sério pôr as coisas de forma que eu entendo que não é a mais correta não ouvindo como é óbvio e é aquilo que vocês têm defendido ouvindo sobretudo as posições da população, independentemente se uns são pro Lítio ou se são contra o Lítio. Eu acho que nunca se deve avançar para processo nenhum sem que se ouçam as partes para poder aí tirar os melhores resultados e sobretudo as melhores decisões, que é aquilo que tentamos fazer. Espero, de alguma forma, ter respondido àquilo que são as vossas preocupações, mas dar nota que a minha posição independentemente de qualquer coisa não mudar em relação à conversa que tivemos na Lixa, a minha é a mesma. Não concordo que avancem com isto. Portanto, se avançarem, sobretudo sem falarem com cada um de nós, acho que não estão a ser sérios. Acho que temos de perceber o papel do Presidente da Câmara,







ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

por mais que se queira envolver, tem que esgrimir argumentos onde eles têm que ser esgrimidos, que é pela via diplomática. Não podemos estar só numa posição de que temos guerra e vamos logo para a frente de combate, também temos que ir, mas se a gente puder conseguir resolver as questões de forma pacífica melhor ainda, poupa-nos a todos tempo, recursos e sobretudo dores de cabeça, que ninguém quer ter. Espero que tenha sido esclarecedor Senhor Presidente eu alonguei-me um bocadinho mais, mas acho que também por uma questão de respeito por todos que o devia fazer.”. ----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia fez a leitura da Ordem do Dia em voz alta, a saber:-----

1. APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ARTIGO 25.º, N.º 2, ALÍNEA C), DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PARA CONHECIMENTO;
2. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA DE 2021;
3. PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DE NOVOS PROJETOS DE INVESTIMENTO OU A SUA REPROGRAMAÇÃO;
4. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS ORÇAMENTAIS DE 2022;
5. MINUTA DE TRANSAÇÃO JUDICIAL - TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA - UNIDADE ORGÂNICA 1 - PROCESSO N.º 112/10.2BEPNF - AÇÃO ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA;
6. INVESTIMENTO DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS;
7. VENDA DE AÇÕES E DE AQUISIÇÃO DE TERRENOS DA PTT;
8. MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS PARA O ANO 2022 – ALTERAÇÃO;
9. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FELGUEIRAS;
10. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS – NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO;





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

11. PROJETO "LIGAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE CABEÇA DA PORCA (FELGUEIRAS) À A11 – DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL;
12. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE MARGARIDE (SANTA EULÁLIA), VÁRZEA, LAGARES, VARZIELA E MOURE;
13. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE MARGARIDE (SANTA EULÁLIA), VÁRZEA, LAGARES, VARZIELA E MOURE;
14. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS E A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MACIEIRA DA LIXA E CARAMOS;
15. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS E A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA COVA DA LIXA E BORBA DE GODIM;
16. PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL;
17. PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIOS DE PASSAGEIROS (TRANSPORTES EM TÁXI);
18. PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA – ZEDL;
19. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE EXPLORAÇÃO DE MODALIDADES AFINS DOS JOGOS DE FORTUNA OU AZAR NO MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS;
20. PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO, COBRANÇA E PAGAMENTO DE TAXAS E DEMAIS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS - TABELA DE TAXAS E PREÇOS E RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA;
21. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATIVIDADES DIVERSAS;
22. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS;
23. PROJETO DE REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E DE PUBLICIDADE;





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

24. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO - TABELA DE TAXAS E RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.

-----De seguida, deu-se início à discussão dos assuntos da Ordem do Dia:-----

1. APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ARTIGO 25.º, N.º 2, ALÍNEA C), DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PARA CONHECIMENTO.

-----Este, assunto foi presente somente para conhecimento da Assembleia, não havendo lugar a deliberação. -----

-----Inscreveu-se, para usar da palavra: -----

-----**O Senhor Deputado Leonel Fernando Pinto Coelho da Costa, e líder do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte declaração:** -----

-----"A minha questão, Senhor presidente de Câmara, é muito simples e objetiva, é questionar, e isto vem a respeito da atividade nomeadamente da assinatura de contratos programa com associações, neste caso, desportivas. E a minha questão é, para quando a colocação do relvado sintético no campo de treinos do Estádio Dr. Machado de Matos? Enquanto Presidente da Direção do Futebol Clube de Felgueiras que fui durante três anos levei muito a sério a promessa que fiz de que não faria política pelo clube. Agora que já não o sou, tenho de questionar este assunto. Pelo menos a mim e à minha Direção de então foram feitas várias promessas da execução dessa obra. Uma das vezes, ali na sala anexa ao lado garantiu-me que essa obra estaria feita ainda antes do fim do meu mandato que já terminou. Na altura ainda não se falava do processo do Higinio e a verdade é que nada foi feito e a obra não foi sequer sinalizada. Sucede que na Assembleia Geral do Clube, salvo o erro, da semana passada ficamos a saber que informou a atual direção que a obra não vai mesmo ser feita nos próximos anos, pelo facto de, segundo justificou, as contas municipais estarem comprometidas com o acordo do processo Higinio que nos vai propor ainda





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

hoje que aprovemos. Portanto eu pergunto ao Senhor Presidente de Câmara se este comprometimento das contas significa o quê em concreto. Nos próximos anos não vai haver investimento para as associações locais que diariamente trabalham no e para o concelho? Significa também, então, este constrangimento provocado pelo processo Higino Pinheiro & Irmão SA, que nos próximos anos iniciativas, como por exemplo, o Rally e a Volta a Portugal que todos tanto gostamos também vão deixar de haver em Felgueiras? Perante estes constrangimentos financeiros que investimentos e atividades vai a Câmara Municipal privilegiar em detrimento de outras? Senhor Presidente de Câmara hoje o Processo do Higino parece ser o motivo, e vai ser, já vimos das declarações políticas aqui da bancada do SIM ACREDITA justificação para tanta coisa, mas antes não o era. Por isso solicito que esclareça a verdadeira razão da não construção desse prometido campo do Futebol Clube de Felgueiras. E aproveito, em que situação estão os campos do Airões e do Varziela?"-----

-----**O Senhor Deputado Eduardo Ribeiro Teixeira, do Grupo Político Municipal do PSD, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:** -----

-----"Neste ponto da ordem de trabalhos, esperava aqui na informação dada pelo Senhor Presidente que estivesse escrito que prestou esclarecimentos a algumas questões que eu coloquei aqui na Assembleia Municipal, julho de dezembro e de janeiro. Efetivamente constatei que nada dessa informação consta até hoje. Também através do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que é o Presidente deste Órgão fiscalizador da Assembleia Municipal também não tive qualquer entrega de documentos. Portanto presumo que os meus pedidos como muitos outros que têm sido feitos, caíam em saco roto. Desculpem o termo, mas é a verdadeira palavra certa para descrever estes pedidos que os membros da Assembleia Municipal vão fazendo Assembleia a Assembleia. E que também lhe vou dizer Senhor Presidente da Assembleia Municipal, vai desculpar, isto são palavras suas, que estão em ata, que





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

disse textualmente: Se eventualmente a Câmara não entregar a documentação, o Senhor disse "que se não a receber não vou bater em ninguém para as fazer chegar". Haverá depois outros processos, mas estou convencido que o Senhor Presidente de Câmara e o seu Executivo vão responder. Como o Executivo é vezeiro e useiro de não prestar esclarecimentos de não dar documentos a este Órgão, que é verdadeiramente fiscalizador e eu vou recordar o que eu pedi nessas Assembleias, foi toda a documentação acerca do caso Higinio Machado Pinheiro e também sobre o pagamento aos advogados do processo *saco azul*. Portanto, quer de um dossier as dívidas ou pseudo dívidas ao Higinio Machado Pinheiro & Irmão SA. E também os pagamentos aos advogados do famigerado *saco azul* que até este momento zero respostas. Vou-lhe dizer, Senhor Presidente, e vai-me desculpar mais uma vez, que o Senhor enquanto Presidente da Assembleia Municipal tem que fazer cumprir o Executivo a entregar a documentação. Haverá outros processos. O Senhor já recorreu para alguma instância para obrigar o Executivo a entregar essa documentação? Que é da própria lei. Portanto, nós temos o dever de interrogar e temos o direito de ter informação. E ela não vai mais ser sonogada. Acabou a brincadeira. Portanto estamos à espera." -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José da Silva Campos, fez a seguinte intervenção:** -----

-----"Senhor Deputado, vou só aproveitar para lhe responder o seguinte: Evidentemente que antes da ata que hoje foi aprovada, os seus pedidos foram tidos em conta. Evidentemente que o Executivo já respondeu aqui várias vezes, nomeadamente pela voz do Senhor Presidente da Câmara que nem sempre as respostas podem ser dadas num espaço curto, mas há exemplos que na vossa bancada, ainda a semana passada, há quinze dias ou três semanas o Senhor Dr. José Mendes recebeu documentos que tinham sido solicitados. Não no imediato, mas recebeu-os. Como outras pessoas, outros Deputados têm recebido. Evidentemente que, volto a repetir, eu não vou bater, porque se tivesse que bater no Executivo ou





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

reclamar eu também tinha que reclamar para o Ministério Público, e vou-lhe dizer porquê, muito claramente acho que todos os Srs. Deputados devem ter isso em consideração. Há bocado o Dr. Leonel falou na sua intervenção inicial na questão da apresentação e da aprovação aqui da auditoria que fizemos. A auditoria foi aprovada por nós há quatro anos. Vai fazer cinco. Foi remetida para as instituições respetivas. Ao fim de meio ano, ou nem isso, consultei as diversas entidades e disseram-me que estava a ser analisada. Meus amigos, uma auditoria aprovada por unanimidade nesta Assembleia Municipal sobre um assunto tão preocupante, digamos assim, porque punha em questão as contas e interessava saber a verdade, até hoje não foi respondido. E ao contrário o Ministério Público dá rapidamente sequência a cartas anónimas que são mandadas sem assinaturas. Eu acho que isto é que nos deve preocupar também como cidadãos. Senhor Deputado, as perguntas pode ter a certeza quando eu tiver as respostas, ser-lhe-ão enviadas. Eu não vou escamotear nada, não vou, pode ter essa certeza, quanto mais não seja pelo respeito que tenho por si e como tenho por todos os Deputados. Portanto, queria dizer isto, logo que a Câmara Municipal me faça chegar as respostas a esses documentos eu os farei chegar. Relativamente ao processo do Higino, na altura aquilo que me foi respondido é que o processo estava em segredo de justiça, porque estava a ser negociado, e, portanto, não era de bom tom nem era correto fazer chegar esses documentos. Penso que hoje vamos ver esses documentos. Penso eu. Hoje vamos ver esses documentos. Pronto vocês verão esses documentos e foram enviados atempadamente para que pudessem ser vistos. Portanto era esta a questão”-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:**-----

-----“Relativamente às questões levantadas pelo Dr. Leonel Costa e relativamente ao relvado Machado de Matos dar nota ao Dr. Leonel Costa, que eu não disse a ninguém que ia deixar de fazer investimentos, mas há aqui uma questão que é preciso clarificar







ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

que tem a ver com a própria decisão da Direção do Futebol Clube de Felgueiras. Se me permitir esta inconfidência, aquilo que tinha sido solicitado pelo Senhor enquanto Presidente, na altura, era que fosse colocado eventualmente um relvado sintético no campo. Verdade? Pois muito bem. A nova Direção não quer um relvado sintético, quer um relvado natural. Parte do princípio que há questões, eu também queria muita coisa, nós gostávamos de poder dar a cada um dos clubes do concelho, mas não podemos. E havendo esta indefinição, neste caso temos que respeitar a decisão de cada uma das Direções e, não obstante, aquilo que é o investimento, também digo nós não vamos de deixar de investir no Felgueiras nem vamos deixar de investir nos outros clubes, como falou aqui da questão do Varziela e do Airães. Nós fizemos campos que estavam prometidos há muitos anos e nunca foram feitos, como é o caso de Lagares, a questão do Torrados, o Pavilhão do Torrados estava por acabar, o campo do Várzea. Eu acho que em quatro anos, já demos um grande passo na questão dos campos e sobretudo nas instalações desportivas. É claro que continuaremos a trabalhar. Mas, da mesma forma lhe digo, que o Município pode não ter dinheiro, mas há coisas que a gente pode fazer. Eu não me importo quando me põe aqui a questão se vamos abdicar de outro tipo de eventos e daquilo que a gente dá, eu digo-lhe já aquilo que lhe disse, e o Senhor sabe muito bem aquilo que lhe disse, e vou agora dizer aquilo que já lhe disse no passado. Se o Futebol Clube de Felgueiras quiser receber cento e cinquenta mil euros por ano e fazer o campo por conta dele, a Câmara paga-lhe. Se o Futebol Clube de Felgueiras quiser assumir, se houver essa possibilidade e se a Assembleia o aprovar, tomar conta das instalações e a Câmara atribuir apoios que, do ponto de vista legal, sejam asseguradas a legalidade dos mesmos, entregar cento e cinquenta mil euros por ano, a Câmara não se importa de o fazer. Porque a Câmara paga bem mais do que isso todos os anos para o Futebol Clube de Felgueiras. Seja nos apoios que dá diretamente seja naquilo que é a manutenção do relvado, a energia elétrica que se gasta e tudo aquilo que está subjacente aos contratos. Portanto, se quiserem a





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Câmara não se importa. Fica já aqui o compromisso. Desde que, como é óbvio, é uma situação que a Assembleia tem que aprovar e vermos o mecanismo legal para o fazer. Agora eu percebo que, há uma coisa, e o Senhor diz bem, nunca quis trazer para aqui enquanto Presidente as questões políticas. Também não gostava que as questões políticas fossem para o futebol e que depois fossem trazidas, porventura, para aqui. A Assembleia é soberana. Aquilo que eu tenho a dizer é exatamente aquilo que já lhe tinha dito antes. Vamos com as Direções das instituições procurar soluções que permitam ao Município continuar a fazer aquilo que tem que fazer que é criar melhores condições para que os atletas possam ter a sua atividade. Como é óbvio, e não é mentira para ninguém, não é que no ano passado não se falava no processo Higino, já se falava o ano passado, há dois e há três e há dez. Há mais de dez anos que existe um processo em Tribunal. E que mais cedo ou mais tarde sabíamos que íamos ter de pagar. Infelizmente o momento é este. O momento é este. E se as pessoas não conseguem, às vezes, eu percebo que a vontade é muita, nós temos vontade de fazer. Ficaria muito mais satisfeito, e qualquer um de nós, se pudéssemos vir aqui aprovar sistematicamente apoios aos clubes e às instituições para lhes poder dar as melhores condições. Mas é de muito dinheiro que estamos a falar. Mesmo muito! Estamos a falar de dinheiro que dava para fazer se calhar tudo que foram obras de reestruturação urbana do último mandato. Tudo o que é apoio às juntas de freguesia que foram dados no último mandato e ainda sobrava dinheiro. Agora, é aquilo que temos. Temos que honrar os nossos compromissos. E aquilo que me resta dizer é que não vamos deixar de fazer os investimentos nem vamos deixar de cumprir os nossos objetivos. Pode não ser no *timing* que as pessoas às vezes pretendem e que anseiam. Mas uma coisa é certa nenhum dirigente de qualquer instituição vai daqui com meias palavras. Tem que ouvir aquilo que temos para dizer. De momento a realidade é esta, se eu amanhã tiver a possibilidade para fazer outro campo de futebol, faremos certamente. Agora, neste momento a realidade que temos é esta. Pode não ser este ano. Pode não





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

ser para o ano. Logo que seja possível, vamos fazê-lo. Não vamos correr riscos. Nós tínhamos tanta coisa programada e sonhada para fazer durante este mandato, mais do que aquilo que fizemos durante o mandato anterior. Agora está adiado, está. É o que é. Quanto às questões do Senhor Deputado Eduardo Teixeira relativamente ao Higinio Pinheiro e aos documentos, Senhor Deputado eu nunca disse que não lhe dava documentos nenhuns. Senhor Deputado há coisas, aquilo que eu sempre disse, e pegando nas palavras do Senhor Presidente da Assembleia, nós muitas das vezes, sobretudo nos dias de hoje, por questões da proteção de dados temos que perceber qual é o limite da documentação que podemos enviar. Uma coisa é ela estar disponível para vocês consultarem, outra coisa é mandar a documentação que se torna pública. Consultar os documentos para vossa análise, outra coisa é pôr os documentos de uma forma pública que podemos estar a correr o risco, muitas das vezes estar a fazer algo que não podemos. Portanto, é apenas e só. Eu tenho aqui a documentação toda para vocês consultarem. Não tenho aqui problema nenhum para que o possam fazer com tranquilidade.”-----

2. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA DE 2021.

-----Não houve qualquer intervenção. -----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 2 da Ordem do Dia: -----

**Deliberação:** - Depois de apreciados os documentos de prestação de contas consolidada de 2021, a que se refere a deliberação supra da Câmara Municipal e reproduzidos em anexo, a Assembleia Municipal delibera, nos termos do disposto da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar os Documentos de Prestação de Contas Consolidada de 2021, conforme proposto pela Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por **41** votos a favor, **5** votos contra e **1** abstenção. --





-----Encontravam-se na sala **47** membros dos **47** que compõem a Assembleia.-----

3. PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DE NOVOS PROJETOS DE INVESTIMENTO OU A SUA REPROGRAMAÇÃO.

-----Inscreveu-se, para usar da palavra: -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:**-----

-----"Era apenas para dar nota de que nesta documentação e acho que é o que tem mais relevância neste momento, aparece uma aprovação um pedido para uma alteração dos Plurianuais que tem a ver com a Casa do Povo da Longra e do Processo Higino e também a questão da Casa do Povo da Longra. Ou seja, em que a Câmara pretende celebrar o protocolo com a Casa do Povo da Longra, podendo usufruir dela, mas para a sua recuperação, tendo em conta o valor cultural que aquele edifício tem e do ponto de vista de atividade, também podemos criar aqui parcerias que tantas vezes se fala de fazer parcerias com as instituições locais e acho que é a única forma que a Casa do Povo da Longra tem para contar com o apoio do Município nesta matéria. Apenas salientar esta situação."-----

----- **O Senhor Deputado Leonel Fernando Pinto Coelho da Costa, e líder do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte:** -----

-----"É só para esclarecer o sentido de voto do PSD nesta matéria, e o PSD vai-se abster neste ponto uma vez que nesta reprogramação dos compromissos plurianuais de projetos de investimento, conforme o Senhor Presidente de Câmara acabou de referir, está previsto, está cabimentado o valor do acordo milionário que a Câmara vai celebrar com a empresa Higino Pinheiro e Irmão, SA. Em primeiro lugar este acordo não foi ainda aprovado e fica a nota que para no futuro haja mais cuidado na elaboração da ordem de trabalhos para que não se ande com a carroça à frente dos bois, porque estamos a aprovar uma coisa agora que ainda vai depender duma aprovação daqui a um bocado. Apesar do Executivo do SIM-ACREDITA ter a maioria, a





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

segurança da maioria da sua bancada aprovará. Por outro lado, somos contra a celebração desse acordo e, portanto, optamos por nos abster dessa deliberação que acaba por contemplar esse acordo.”-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:**-----

-----“Só dar nota de que não existe aqui ainda cabimento nenhum. É o reforço da verba que estava previsto. Ainda não há cabimento nenhum nem compromisso.”-----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 3 da Ordem do Dia:-----

**Deliberação:** - A Assembleia Municipal delibera, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorizar a assunção dos compromissos plurianuais de novos projetos de investimento ou a sua reprogramação e de atividades mais relevantes, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por **36** votos a favor, **0** votos contra e **9** abstenções.

-----Encontravam-se na sala **45** membros dos **47** que compõem a Assembleia.-----

-----**O Senhor Deputado Eduardo Ribeiro Teixeira, do Grupo Político Municipal do PSD, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu a seguinte Declaração de Voto:**-----

-----“Eu abstenho-me nesta matéria seguindo a diretriz da nossa bancada liderada pelo Dr. Leonel Costa, porque sinceramente até me apetecia votar contra, pelo seguinte, respeito e com calma e vocês vão ter a oportunidade de perceber, porque o Senhor Presidente, sensivelmente há um ano atrás, fez uma referência pouco abonatórias aos Deputados Municipais do PSD, mas isso pronto é o calor da luta eleitoral e de alguma luta política, e tenho a certeza que não é isso que o Senhor Presidente sente para com os Deputados Municipais do PSD. Não é por acaso que já contratou o Senhor Ex Deputado Dr. Paulo Rebelo e o Ex Deputado Municipal Rui





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Marinho. Portanto, Senhor Presidente eu vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance sobre esse processo do Higino eu vou ajudá-lo para o Senhor Presidente ter mais dinheiro para poder gastar. Eu tenho cá uma esperança que esse processo vai ir por água abaixo.” -----

4. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS ORÇAMENTAIS DE 2022.

-----Não houve qualquer intervenção. -----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 4 da Ordem do Dia: -----

-----Esta deliberação foi tomada por **45** votos a favor, **0** votos contra e **0** abstenções.

**Deliberação:** - A Assembleia Municipal delibera, ao abrigo do ponto 8.3.1. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º e com a alínea c) n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a terceira alteração orçamental modificativa das Demonstrações Previsionais Orçamentais de 2022, acompanhada dos mapas da modificação orçamental, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal. -----

-----Encontravam-se na sala **45** membros dos **47** que compõem a Assembleia. -----

5. MINUTA DE TRANSAÇÃO JUDICIAL - TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA - UNIDADE ORGÂNICA 1 - PROCESSO N.º 112/10.2BEPNF - AÇÃO ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA.

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, fez a introdução do ponto:**-----

-----“Começava por dizer alguma coisa e depois ia complementado, se me permitisse, caso haja questões porque já percebemos que este assunto é de facto delicado. De qualquer das formas, dizer, no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Eduardo Teixeira, que começo a ficar preocupado. Estar-me a dizer que eu não gosto dos Deputados do PSD, eu gosto de toda a gente. Aqui ou ali posso não gostar da forma como algumas pessoas porventura tratam de alguns assuntos. Também tenho







ASSEMBLÉIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

que lhe dizer que o problema não é meu. Não há nenhum Executivo que se faça efetivamente as suas vontades, e que às vezes haja discórdia. Pois, Senhor Deputado sabe que eu tenho um respeito muito grande por vós todos, por todos os Deputados e independentemente daquilo que eles são em termos partidários, porque a questão partidária não se sobrepõe, nunca, àquilo que são as pessoas. Portanto, que fique esta nota para que não tenha dúvidas da minha parte. É um assunto de facto delicado. Estava-me a dizer que em janeiro não íamos ter de pagar nada, até era melhor que nos adiantasse para a gente perceber antes de votar se há aqui alguma informação adicional que possa ser tratada. Isso era importante para nós. Uma coisa eu sei, quando estamos a atuar enquanto autarcas, enquanto responsáveis pela autarquia, muitas das vezes por mais difíceis que sejam e, confesso-vos, não tenho vontade nenhuma de tomar esta decisão porque é de facto uma decisão que põe em causa aquilo que é a atuação do Município e do Executivo Municipal, que põe em causa as contas do Município nos próximos anos e que adia, como eu dizia há pouco, tanta coisa e tínhamos tanta coisa para pôr em prática, e pode é demorar mais tempo, mas certamente conseguiremos fazê-lo. Quando o Município andou a arrastar um processo ao longo destes anos, e não são poucos, são muitos, nós estamos a falar de obras que vêm, algumas delas, de noventa e um, salvo o erro, oitenta e cinco a primeira e por aí fora até cerca de 2001. Estamos a falar de dezasseis empreitadas com dois períodos mais ou menos distintos em termos de Executivos e que a mim me impressiona de algum modo. O Município, desde 2010, tem esta ação e que anda a tentar chegar a um acordo em várias instâncias. Isto já andou de um lado para o outro. Desde 2014 há efetivamente um acórdão relativamente às questões de juros, se eles eram devidos ou não eram devidos, e que ficariam sujeitos à prova de que as obras efetivamente foram feitas. Quanto à questão de as obras terem sido efetivamente feitas, eu acho que não há dúvida praticamente para ninguém. Aliás, tanto não há que os Srs. Presidentes de Câmara da altura foram lá comprovar que efetivamente as obras foram feitas. Nesse





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

seguinte o que nós temos é que dar seguimento àquilo que é uma conta astronómica. O Senhor disse milionária, mas na verdade é uma conta astronómica que, há data de hoje, com juros vencidos e eventualmente juros vincendos pode ascender, porventura, aos nove milhões e trezentos mil euros. Isto põe aqui em causa muitas das coisas que têm de ser dirimidas. Uma coisa é certa, houve uma ação contra o Município. O Município quando devia ter usado alguns argumentos não os usou e há que, agora, depois de ter sido chamado lá, e que fique claro, eu não fui ao Tribunal porque me apeteceu, eu fui ao Tribunal porque a Senhora Juíza me pediu, me notificou para, na qualidade de Presidente da Câmara, lá ir. Nessa reunião, ou dessa audição que tivemos, a Senhora Juíza alertou-me para o facto, tal como eu acho que já descrevi aqui noutra Assembleia, de que estavam aparentemente e por aquilo que são as transcrições, que poderão consultar, provados os factos de que efetivamente as obras foram feitas. Foram feitos os trabalhos com os técnicos e, esses trabalhos não são de agora já são de há muito tempo, porque eu recordo-me de uma notícia do Senhor Presidente, na altura Dr. Inácio Ribeiro em julho de 2010, que também relativamente a este processo falava já nos dois milhões, valor de cerca de três milhões de euros e que os juros já ascendiam aos dois milhões e seiscentos mil euros. Portanto já falava nisto, e que tinha encaminhado este assunto para os técnicos para análise, para verificação sobre as obras. De 2010 a 2017 não sei o que aconteceu, tirando aquilo que consta dos processos em Tribunal, e aquilo que o processo em Tribunal me diz é uma coisa muito simples: "é que o Acórdão diz que se forem provados os factos a Câmara tem que pagar. Portanto, como era fácil provar os factos, porque as obras estão feitas, era chamar os técnicos e fazer, no fundo, aquilo que tinha de ser feito, o relatório dos mesmos. E não há dúvida que a Câmara vai ter de que assumir aqui a sua responsabilidade. Eu percebo a preocupação de todos, tomara eu não ter de pagar, que era para ter mais dinheiro disponível. Mas o Município é pessoa de bem, paga o tem de pagar e não podemos andar a arrastar um problema





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

que sabendo que se o fizermos, o que estamos aqui a fazer, pode pôr o Município numa situação de ser acusado de enriquecimento ilícito. Nós estamos a usufruir de obras que estão disponíveis para os Municípes e que nunca foram pagas. Estamos a utilizar o dinheiro de outros. Estamos a enriquecer com o dinheiro de outros. Isso é grave! As pessoas às vezes, tanto querem ser legalistas e pedir a legalidade das coisas, que às vezes esquecem-se de pequenos grandes pormenores. Se calhar, em 2010, o Município o que devia ter feito quando lhe foi movida a ação era ter contestado de outra forma que não aquela como contestou. Porque há aqui responsabilidades que têm de ser assumidas nos procedimentos que foram feitos. De qualquer das formas, o Município, aquilo que é obra, certamente terá que as pagar. Os juros ficarão para outras contas de outro rosário, mas neste momento a ação é contra o Município, e quem tem que pagar as contas, independentemente de qualquer coisa, é o Município. E nessa senda, cabe-vos dizer, caros Deputados, por mais que tentemos arrastar o processo eu acho, porque o que todos gostaríamos era de não ter de pagar, sobretudo não ter que pagar juros que são mais do dobro daquilo que é o valor da obra, e que nos põe, a todos nós, numa situação difícil, assente em irresponsabilidade política de várias pessoas que deve ser apurado. De qualquer forma alguma forma, deve ficar bem vincado, que o Município não pode deixar de cumprir aquilo que é a sua obrigação. Depois da documentação vista e analisada pelos técnicos, que foi isso que decorre, até aqui, e está na ata da audiência precisamente que eu tive com a Senhora Juíza e com os responsáveis da empresa, aquilo que eu disse é que nunca, porque às vezes a gente vê coisas e ouve, que não são as que ouvimos aqui, mas que temos de alguma forma dizer, que ninguém pense que é agradável. Não é agradável para vocês, também não é agradável para mim ter que pagar isto. Mas também não há aqui negociatas como às vezes alguns tentam fazer passar essa imagem lá de fora. Nós assumirmos os nossos compromissos. Honrarmos os nossos compromissos de acordo com aquilo que estava estabelecido, e aquilo que estava estabelecido foi aquilo que a





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Senhora Juíza me disse. Eu não trouxe aqui, eu podia ter feito um acordo qualquer, porque eu não preciso de autorização da Assembleia para assinar esta transação judicial. Que fique bem claro! Que fique bem claro para todos que eu não tinha necessidade nenhuma que a Assembleia ou a Câmara aprovasse, fosse aquilo que fosse, para eu assinar esta transação judicial. Se eu chegasse lá amanhã à Senhora Juíza com esta proposta e se ela a homologasse eu não precisava da Assembleia. Agora, aquilo que eu fiz desde o início, desde o momento em que fui confrontado pela Senhora Juíza, por uma questão de transparência para com todos com os Órgãos, com as pessoas e sobretudo com os Felgueirenses, todos, foi dizer que para que houvesse eventualmente um acordo ele teria que ser validado, e nós tínhamos que fazer uma aferição exhaustiva dos trabalhos. Foi isso que fizemos, que já devia estar feita há muito tempo, pelos vistos tinha sido pedida em 2010, mas nunca chegou o parecer, e levar o documento à reunião de Câmara e, depois disso, aprovado ou não em reunião de Câmara ser submetido para deliberação no Órgão Assembleia, que é o Órgão máximo do Município. É aqui nesta Assembleia cabe a vocês decidir se querem que esta minuta seja aprovada ou não. E vamos ver as coisas como elas são. Podemos estar a dizer que pagamos muitos juros, é verdade, mas este acordo que estamos aqui analisar, é muito mais que isso. Este acordo é o garante que poupamos quase três milhões de euros nesta negociação. Saliento que este acordo é o garante de que poupamos quase três milhões de euros nesta negociação. Este acordo é o garante de que a Senhora Juíza, depois da sentença dada, entendeu que a Câmara tem que pagar os nove milhões e trezentos mil euros ou mais, e que nós podemos ter em trinta dias que liquidar o montante todo. E a Câmara não tem meios para fazer essa liquidação! Estão aqui juristas, estão aqui solicitadores, estão aqui pessoas que têm outras competências em áreas que entroncam com isto, e o que podia acontecer amanhã do Município era eventualmente, as receitas do Município serem todas penhoradas. O Património do Município ser todo penhorado. Ou então fazerem uma penhora às contas do Município,





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

e bloquear tudo. Imaginem o que era isso no universo da Câmara Municipal. Era deixar de pagar salários, era deixar de pagar as obrigações que temos, sejam elas, deixar de pagar à EDP por não haver dinheiro, e ficávamos sem luz no Concelho. Os prestadores de serviços que temos a prestar serviços que são necessários regularmente e imprescindíveis. Paravam. Portanto, o que é que nós íamos fazer. É nessa situação que nós queremos pôr o Município? Ou é eventualmente assumirmos aquilo que é a realidade e resolvermos o problema da maneira que menos nos penalize. Não é melhor assim para o Município? A melhor maneira para o Município era eventualmente não ter de pagar nada ou porventura ter de pagar tudo aquilo que eram obras sem ter que pagar qualquer cêntimo de juros. Mas na verdade não é assim! A vida não foi feita assim. Neste momento, o Município não tem outra alternativa, e eu enquanto Presidente de Câmara não tenho outra alternativa que não seja trazer-vos esta proposta que é aquela que, no meu entender, melhor acautela, como eu digo, naquilo que foi a proposta que fiz à Câmara, e que melhor acautela os interesses do Município, o interesse público e que acima de tudo nos permite ainda com muita dificuldade, confesso-vos com muita dificuldade, ir trabalhando para ir pondo em prática aquilo que são os nossos sonhos. Nós, com este processo, estamos a falar aqui nesta possibilidade de acordo de seis milhões e meio, e com mais o processo que já foi aqui falado pelo Senhor Deputado Eduardo Teixeira do "saco azul" o que nos poderá levar no limite, nós neste momento já andamos com ordens expressas para pagar sob pena de sermos penalizados, quase meio milhão de euros dos advogados, com aquilo que são os acréscimos normais da despesa que está a acontecer em todo o País. Para terem noção, eu tenho dito isto às vezes em tom de desabafo, um contrato de eletricidade que nós no último concurso tínhamos cerca de quatro milhões e meio, neste momento são cinco milhões e novecentos mil euros. É mais um milhão e meio sensivelmente. Nós, só em pequenas coisas do dia a dia, e não estamos a fazer mais, mas temos de estar a fazer minimamente, os custos hoje são mais elevados, gasóleo e





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

outras coisas. Mesmo na questão dos vencimentos, nós, não nos chegamos para aquilo que é uma despesa adicional sem mexer em nada, mais dois milhões e meio. Quando somarmos estes dois milhões e meio do caso Higinio, mais o "saco azul" podemos estar a falar de contas muito próximas dos dez milhões de euros que o Município vai ter que assumir de forma muito preocupante. Põe-nos a todos numa posição difícil, mas eu também vos digo uma coisa, independentemente de ser difícil ou não, nós temos que assumir as coisas como elas são. Temos que enfrentar os problemas como eles são e temos que, acima de tudo, respeitar aquilo que são as nossas obrigações. Pode-nos custar muito, pode, mas o Município tem que pagar porque é pessoa de bem. Eu trago esta proposta, vou assumir, assumindo com os Felgueirenses uma coisa, as dificuldades vão ser muitas, os sonhos que tínhamos proposto a fazê-los de imediato, se calhar vão-nos demorar mais algum tempo, mas não vamos deixar de correr atrás deles e acima de tudo continuar a dar, independentemente de uns dizerem, cortava aqui, cortava ali, é sempre difícil de cortar, vamos fazer. Ninguém quer cortar em lado nenhum. Nós queremos continuar a dar amor, felicidade e sobretudo realizar aquilo que são as necessidades básicas de todos nós, Municípes. Continuaremos a trabalhar afincadamente, independentemente das contas que vamos ter de pagar, porque empréstimos nós não vamos ter nenhuns, porque ninguém nos vai emprestar dinheiro para pagar estas contas, mas se conseguirmos aqui poupar já estes três milhões de euros, acho que já é um negócio menos mau. É uma transação menos má. Não é boa, é menos má. Vamos pedir que Deus nos dê vida e saúde para continuarmos a progredir e sobretudo a respeitar e honrar os compromissos deste Município, independentemente de ser este Executivo ou de ser outro qualquer, amanhã."-----

-----Inscreveu-se, para usar da palavra: -----

-----**O Senhor Deputado Eduardo Ribeiro Teixeira, do Grupo Político Municipal do PSD, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:** -----







ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

-----"Efetivamente chegou a hora da verdade. Chegou a hora de trazer aqui a esta Assembleia. Portanto, dizia eu que chegou o momento da verdade. Chegou a hora dos Felgueirense saberem o porquê de haver esta verba avultada, astronómica para pagar. Em primeiro lugar que fique aqui bem claro que isto não é uma situação que começou em 2010. Esta situação começou em 1985. Começou debaixo da presidência do Senhor Júlio Faria. Porque esta questão tem duas vertentes. Tem a vertente política e tem a vertente judicial. A judicial vou deixar para a Meritíssima Juíza, para os advogados. Sei que o Senhor Presidente percebe muito de direito, já o vi aqui a dar uma lição de direito aqui há uma ou duas Assembleias atrás a um Deputado que também é advogado. Eu não estou à altura de efetivamente discutir direito, mas estou à altura de trazer aqui alguns factos que têm que ser obrigatoriamente esclarecidos pela Câmara, pela Exm.<sup>a</sup> Juiz e também pela empresa em causa. Então dizia eu, na vertente política, isto começou em 1985 com o Senhor Júlio Faria. Foram cerca de cento e sessenta e um mil euros à época, atenção, o valor do dinheiro na altura, de cento e sessenta e um mil euros era muito mais do que é hoje em termos de obra e há para pagar só de juros dessa verba perto de quatrocentos mil euros. Depois no mandato de 89 a 95 curiosamente debaixo do mesmo partido, debaixo do Partido Socialista com o mesmo Presidente, portanto a empresa que durante quatro anos fez obras e não recebeu continuou a trabalhar para não receber. Foram mais quinhentos e doze mil euros. Com os juros e mais setecentos e cinquenta mil euros, como dizia o Eng.<sup>o</sup> Guterres, é só somar. Depois em 1993, 1995 ainda debaixo da primeira parte do mandato também com Senhor Júlio Faria, foram mais sessenta e três mil euros. Portanto, de juros mais perto dos setenta mil, um total de cento e trinta mil euros só nesta rúbrica. Portanto, há aqui uma coincidência importante e é a primeira coincidência política. Essa obra, pseudo obra, foi consignada em trinta de novembro de 1993, a duas semanas das eleições autárquicas. Lembro-me perfeitamente disso. Foi praticamente em plena campanha eleitoral que a empresa o Grupo Lena, desculpem, Higino Pinheiro Machado,





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

estava a confundir com o pseudo Eng.º Sócrates e o Grupo Lena, não tem nada a ver, peço desculpa. O Higino, que era o empreiteiro do regime andou de sexta para sábado e de sábado para domingo a pôr alcatrão pelas freguesias do concelho porque o Senhor Júlio Faria tinha que ganhar as eleições. Portanto, foi aí, que ficou por pagar, aliás ainda está aqui hoje por pagar e isto demonstra claramente a desgraça que o Partido Socialista fez nesta terra, quer em termos económicos, quer financeiros, quer na imagem e reputação do concelho. Não foi por acaso que rebentou o "saco azul". Mas passamos à segunda parte do mandato com a nova Presidente em substituição, a Senhora Dr.ª Fátima Felgueiras. Então aparece mais uma verba de cerca de sessenta mil, mais doze mil, mais setenta e seis, mais dezanove que foi no final de mandato até 1997. Portanto, sempre a somar debaixo dos atores políticos executantes, todos eles estavam aqui, Fátima Felgueiras e Júlio Faria neste processo e o empreiteiro continuou a fazer obra, não recebia, mas fazia obra. Portanto, para bom entendedor meia palavra basta. Há um ditado popular que diz que alguns gostam de comer gelados com a testa, mas seguramente que não somos nós. Mas depois passamos para o mandato de 1997 a 2001, debaixo da alçada da Presidente Fátima Felgueiras, foi um autêntico "regabofe", foi obras atrás de obras. Estas que estão aqui, ou pseudo obras não foram pagas. Estão aqui para somar. Estamos a falar aqui em cerca, com juro, um milhão e quatrocentos ou um milhão e quinhentos mil euros, só neste mandato. Depois, ainda há aqui a última tranche 2001, 2003 com a Dr.ª Fátima Felgueiras, como Presidente, que soma mais cerca de um milhão de euros. Em dois anos, coisa pouca. Até aqui a empresa não recebeu. Não faturou. O Higino não trabalhou nada. A empresa deixou de andar. Alguém acredita que uma empresa passa cinco, dez, vinte anos sem faturar, sem receber e continua a fazer obra? Meus amigos, depois em 2003 há a fuga para o Brasil, foi a imitação, o primeiro português a pôr os pés no Brasil foi Nicolau Coelho, a Presidente da época seguiu-lhe o exemplo, também fugiu para o Brasil e deixou os Felgueirenses, com as calças na mão, à toa a serem bombardeados nas televisões, nos





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

jornais e o famigerado "saco azul" envergonhou-nos a todos nós. Portanto, que fique aqui claro, Senhor Presidente, eu sei que o Senhor não é militante do Partido Socialista, mas o Senhor é apoiado pelo Partido Socialista e também já o vi ao lado do Primeiro Ministro e líder do PS a gritar PS. O Senhor tem que responsabilizar em primeiro lugar em termos políticos, o Partido Socialista, é o Partido Socialista o culpado desta dívida astronómica, mais ninguém. Mais ninguém a não ser o Partido Socialista, os Executivos Socialistas e os seus líderes, e mais nada. Entretanto, há o regresso em 2005 até 2009, não houve mais obras para pagar com a empresa. Não houve. O "saco azul" tinha rebentado. Acabou, não há mais obras. Há aqui um documento que a Senhora Presidente nos faz chegar que diz que em 2009 a Senhora Presidente Fátima Felgueiras não pagou à empresa porque não era legal pagar. Não havia legalidade para pagar. E depois dizem como o Senhor Alfredo Alves já disse aqui os Executivos do PSD que pagassem. Então, se em 2009 não era legal pagar, só por mudar a cor Camarária, o Executivo e o Partido, já podiam pagar? Claro que não iam pagar. Mais a mais, eu estive nessa reunião, a primeira proposta que a empresa faz é um acordo. Vem logo com o acordo. É melhor para todos um acordo. Um acordo de quê, onde estão as faturas. Onde estão as obras inscritas no plano de atividades, onde estão para serem orçamentadas. É que nada disto existia nos serviços. Pediu-se ao serviço documentação, e não havia. Todos nós sabemos que os serviços só validaram estas obras em novembro e dezembro do ano passado. Passado trinta e sete anos é que os serviços da Câmara Municipal oficializaram as obras, meus amigos, as obras. Portanto, isto é muito claro. Eu acho que não preciso de dizer mais nada. Sobre a parte política estamos todos entendidos, que esta é uma responsabilidade única do Partido Socialista e da ruínosa gestão de incompetência e irresponsabilidade e muito mais que fizeram em Felgueiras ao longo de mandatos sucessivos. Mas há aqui um dado importante. E um dado muito importante, e uma data muito importante, que é o dia onze, o dia onze de agosto de 1995. Metam na vossa cabeça - onze de agosto de 1995. No dia onze de



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL  
DE FELGUEIRAS

Praça da República - Margaride  
4610-116 Felgueiras

T 255 318000 F. 255 318170  
geral@cm-felgueiras.pt  
www.cm-felgueiras.pt



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

agosto de 1995 foi constituída a empresa Higino Machado Pinheiro & Irmão, Lda, em 1995 no dia onze de agosto. Está aqui a certidão que vou entregar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para ficar com ela. Eu pergunto, como é que é possível uma empresa que é constituída em 1995, andar a reclamar aqui seis ou sete obras, de milhões, de 1985, 1987, 1989, 1990, 1991 1992, 1993, até 1995. Como é que é possível? Será que esta empresa já o era antes de ser? Mas que fundamento tem isto? Eu tenho a firme certeza que a Senhora Dr.<sup>a</sup> Juíza do Tribunal Administrativo de Braga não tem conhecimento desta matéria. Mas, a Câmara Municipal devia ter conhecimento. Os serviços, particularmente os jurídicos, deviam ter conhecimento. Os técnicos da Câmara, como o Senhor Diretor Eng.<sup>o</sup> Barbieri Cardoso, à cabeça e o Senhor Eng.<sup>o</sup> Ferreira, e não vou falar do Senhor José Silva, Deus o tenha em bom lugar, deviam saber muito bem o que se passou nesta matéria. Por isso é que nós defendemos que este processo deve ser reencaminhado novamente, e a ata da intervenção que eu estou a fazer à Senhora Meritíssima Juíza do Tribunal Administrativo de Braga. Isto, para a Senhora Dr.<sup>a</sup> Juíza analisar isto. Se entender, que mande para o Ministério Público ou para a Procuradoria Geral da República ou para a Polícia Judiciária, para investigar isto desde 1985. É isso que deve ser feito, em defesa dos Felgueirenses, em defesa do erário público de Felgueiras, em defesa dos impostos que os Felgueirenses pagam ano após ano. Portanto, para já da minha parte e penso que a documentação que nos foi entregue na totalidade, eu penso que há aqui uma declaração que nos devia ter chegado, que era a decisão da Meritíssima Juíza de 2014, foi solicitada pelo Dr. Leonel Costa na reunião preparatória da Comissão Permanente, e devia ter acompanhado estes documentos. Aqui, não há segredos meus amigos. Estamos a falar de dinheiros públicos. A Câmara Municipal não é privada, é de nós todos, é Pública, este Executivo como outros no passado e no futuro só são eleitos para gerirem politicamente e administrativamente o concelho. A oposição, como nós, somos eleitos para fiscalizar o Executivo. Portanto aqui ninguém tem que levar a mal





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

de um para outro e de outro para outro e vice-versa. Portanto, isto são questões, e a questão que nós pomos é precisamente esta, por isso é que nós vamos votar contra e faremos tudo para que esta intervenção que aqui fazemos que seja passada a ata e que seja dado conhecimento de imediato, de imediato, ao Tribunal Administrativo de Braga. Também faço um apelo, Senhor Presidente, se me quiser ouvir, mude-me o advogado da Câmara Municipal, porque ele não está à altura de gerir este processo. Não lhe reconhecemos, não lhe reconheço capacidades em direito administrativo para estar à frente de um dossier tão importante nesta matéria.”-----

-----**O Senhor Deputado António Alfredo Macedo Alves, e líder do Grupo Político Municipal do SIM ACREDITA – L.PS, proferiu a seguinte:**-----

-----“Na sequência da execução de 16 empreitadas de obras públicas, realizadas no concelho entre 1985 e 2001, pela empresa Higinio Pinheiro & Irmão, SA, executadas e não pagas pelos Executivos Municipais de então com litígio entre as partes desde fevereiro de 2010, vê-se o atual Executivo Municipal confrontado com a necessidade de resolver este grande problema financeiro para o Município. Fazendo uma breve retrospectiva dos valores em causa verifica-se que a primeira ação judicial deu entrada no Tribunal em fevereiro de 2010, após o Executivo, que liderou o Município até 2009, considerar, que não haveria hipótese de enquadrar legalmente o pagamento da dívida. O valor inicial das empreitadas ascendia a cerca de 3 milhões de euros, sendo este valor, após acerto de contas, alterado para cerca de 2,6 milhões. O valor dos juros em fevereiro de 2010 cifrava-se no valor de cerca de 2,6 milhões de euros. Aquando da entrada da ação no Tribunal, em 5 de fevereiro de 2010, a taxa de juros situava-se no valor de 8%. Após a decisão transitada em julgado, em 15 de julho de 2014 pelo Tribunal Central Administrativo, seriam, efetivamente devidos os juros peticionados, até ao momento, no valor de 5 milhões de euros, ou cerca de 5 milhões de euros. Devido ao sucessivo adiamento de um acordo entre as partes o total da dívida, na atualidade, atingiu o valor de cerca de 9,3 milhões de euros na sua totalidade.





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Confrontado com esta dívida o atual Executivo Municipal, encetou diversas diligências no sentido de obter, junto da empresa, um acordo sustentado nas melhores condições do Município. Desta forma, o atual Executivo Municipal solicitou aos serviços técnicos do Município, a elaboração de um relatório técnico, que nunca tinha sido realizado até então, e aqui neste caso por nenhum dos Executivos anteriores, e os oito anos também do PSD, temos que incluir todos aqui, para verificar a execução das empreitadas, bem como a aferição e acerto de valores das obras em causa tendo-se concluído pela veracidade da realização das obras bem como dos valores solicitados pelas empresas. Após a observação de toda a prova testemunhal produzida e da vasta documentação junta comprovou-se: as obras foram efetivamente realizadas de acordo com o depoimento dos autarcas, à data, sem nunca terem sido postas em causa pelo seu sucessor a partir de 2009; as empreitadas foram fiscalizadas e medidas pelos técnicos do Município; o Executivo Municipal sempre afirmou que as quantias iriam ser pagas; as obras relacionadas com as 16 empreitadas ainda hoje se encontram ao serviço dos munícipes. Face ao risco financeiro claro para o Município em caso de condenação, com valores superiores a 9 milhões de euros e alertado para a possível exequibilidade imediata, após trânsito em julgado, que obrigaria ao pagamento imediato do valor total com consequências desastrosas para o Município, entendeu, por bem, o atual Executivo desenvolver múltiplas diligência conseguindo um acordo com a empresa, no valor total de 6,5 milhões de euros, a ser pagos em prestações mensais durante 6 anos com efeitos a janeiro de 2023. Consideramos que esta solução é a mais equilibrada e aquela que, neste momento, melhor defende e acautela os interesses do Município e o superior interesse público. Permite uma poupança de cerca de 2,8 milhões de euros e a diluição do impacto da dívida na gestão do Município, condicionando, no entanto, de forma muito significativa o desenvolvimento de projetos futuros. O risco de não se obter qualquer acordo traria ainda mais complicações financeiras para o Município. Claro que se nos perguntarem se queremos pagar a







ASSEMBLÉIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

resposta é óbvia, mas trata-se de assumir e enfrentar um problema que existe, que se tem prolongado no tempo, e a sua resolução salvaguarda a honorabilidade do Município e permite evitar mais cobrança de juros e extinguir este processo. Consideramos que esta dívida já deveria ter sido liquidada há muito tempo e, desta forma, tinha-se evitado onerar o Município com os juros de mora desde então. Entendemos que esta não é a forma mais correta de fazer política e que os problemas deverão ser resolvidos atempadamente, por quem tem responsabilidades no momento, evitando danos financeiros futuros que colocam em causa o equilíbrio financeiro e o desenvolvimento dos projetos municipais. Estamos conscientes das dificuldades financeiras que serão causadas ao Município, mas queremos aqui ressaltar a coragem política do atual Executivo ao enfrentar este problema que já se prolonga há demasiado tempo, enfrentando-o com determinação e coragem política no sentido de terminar este litígio e ultrapassar este grande constrangimento financeiro. Eu queria aqui referir que nós, e estou a falar nós os elementos do PS nesta Coligação embora nenhum destes dirigentes tenha qualquer responsabilidade neste assunto, estamos aqui a enfrentar a situação, não nos escondemos, o PS é um grande Partido, é o maior Partido Português, embora, isso, possa custar a muita gente, nós não nos escondemos e estamos aqui para encontrar uma solução, ou para ajudar a encontrar uma solução. Claro que nós não nos revemos neste tipo de situação. Nunca deveria ter acontecido. Acho que se fosse na atualidade era quase impossível acontecer, até porque as regras da contratação de empreitadas são muito diferentes do que eram à época, mas também se questiona estas situações que agora foram referidas anteriormente porque é que nunca foram levantadas em Executivos anteriores e porque é que nunca se tentou chegar a um acordo com o empreiteiro através dos advogados? E porque é que isso nunca foi ou essa solução nunca foi encontrada? Portanto passados trinta e tal anos é que estamos aqui a tentar encontrar uma solução! Eu não sei se houve erros no processo, nós não temos aqui os documentos, mas nos documentos não notei





qualquer erro, eu não sei se houve qualquer ilícito nos processos, não me parece. Acho estranho também a empresa não reclamar o dinheiro. Mas isso terá que ser questionado à empresa, mas também não sei os motivos porque isso aconteceu.”-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, fez a seguinte intervenção:**-----

-----“Gostei de ouvir as intervenções e de facto acho que as notas que o Senhor Deputado Eduardo Teixeira, até porque tenho aqui em algumas delas, aqui nos trouxe algumas diria acusações, ou pelo menos da forma como disse as coisas pode induzir em que houve aqui ilegalidades que foram cometidas. Portanto, acho que sim! Deve ser e eu farei questão de, naquilo que tiver que enviar para o Tribunal, também dar nota disso. Mas, neste caso concreto, é a Mesa da Assembleia que deve ter essa, no fundo, incumbência. Estamos a falar da Assembleia Municipal e eventualmente vir a ser extraída a certidão da própria Ata da Assembleia para que o façam. Eu não percebo nem sou jurista Senhor Deputado Eduardo Teixeira, não sou jurista, de vez em quando estudo um bocadinho para tentar aprender mais algumas coisas quando a gente não domina as matérias. Dizer-lhe que relativamente à questão que levantou dos autos e da empresa da constituição diria que, porventura, tal como acontece com muitas empresas que iniciaram há muitos anos num formato, possam porventura ser seguidos ou outros. Estou a dizer que aquilo que consta efetivamente nos documentos, não fala de Higinio Machado Pinheiro, e, portanto, isso como é óbvio terá que ser aferido. Aquilo que estou a dizer é que as obras foram contratualizadas, elas estão contratualizadas e a maior parte do dinheiro, estamos a falar de trabalhos a mais, não estão incluídos aqui. Nessa matéria, disse e bem, e falar em juristas, independentemente dos juristas, duas coisas que eu queria aqui salientar. Quanto à questão do Partido Socialista ou aquilo que foram as ações das pessoas enquanto representantes do Partido Socialista eu não tenho nada a ver. Uma coisa que nunca me vão ver a mim é misturar a questão partidária com aquilo que tem a ver com a





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

atividade do Município. Portanto, tenho que o fazer de forma apartidária. Independentemente disso eu também não vou aqui pegar e estar aqui agora a esgrimir argumentos para dizer que eventualmente o PSD também tem que ser responsabilizado por parte dos juros e o arrastar desta situação. Acho que não me ficaria bem, fazê-lo. Poder posso por uma razão muito simples, Senhor Deputado mesmo não sendo jurista há uma coisa, o advogado que tinha o caso do tempo da Dr.ª Fátima Felgueiras e que depois em 2009 passou para o Executivo liderado pelo Dr. Inácio Ribeiro do qual o Senhor fazia parte é exatamente o mesmo. É exatamente o mesmo advogado. Foi o mesmo advogado que nas declarações que constam nas atas, disse à Dr.ª Fátima Felgueiras para submeter a ação em Tribunal porque era a única forma legal de resolver o problema e que depois a seguir não vem levantar a questão. A pergunta que eu faço como cidadão comum é: Não devia o Município em vez de andar a rebater esta situação em 2010 quando foi lançado o procedimento, em vez de estar a arranjar outro tipo de argumento, não deveria ter sido pedido responsabilidades aqueles que fizeram os procedimentos de forma não correta não sendo lesado o Município pelos juros que está agora a ser lesado? Eu não sei, estou agora a levantar esta questão, como se estivesse na posição de um advogado. Não tendo sido feito isso pelo Executivo de 2010, se forem comprovadas situações como o Senhor estava aqui a levantar, eventualmente outro tipo de situações, que possam ser aferidas, o Município pode porventura ter direito de regresso efetivamente dos juros? Porque uma coisa é a Câmara ter que assumir o custo, e uma coisa é certa o dinheiro da obra, a Câmara sabe sempre que a vai ter que pagar porque ela está à disposição dos Municípios. Agora, os prejuízos que causou esta situação porque foi arrastada no tempo, porque não foram cumpridos os procedimentos, não me venham dizer em momento nenhum que as leis alteraram. Os códigos dos contratos públicos de 99 a 2008 foram os mesmos. Foi tido muito tempo para ter sido acautelada a situação dos procedimentos. E os trabalhos a mais, nos mesmos anos antes de 1999, já lá estavam





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

previstos? Portanto, tinham que ser acautelados, porque é uma questão da despesa, se fosse hoje íamos todos presos. Ainda há bocado o Senhor Deputado Dr. Leonel Costa falava, aqui e bem, que estamos a aprovar o cabimento. Hoje não fazemos procedimento nenhum sem ter o cabimento, o compromisso assinado. Portanto, são matérias que não me cabe a mim, enquanto Presidente de Câmara, ter que me pronunciar sobre elas. Qualquer Juiz terá que fazer o seu trabalho e fazer aquilo que lhe compete, que eu respeito. Aquilo que me cabe a mim neste momento, porque Senhor Deputado, se fôssemos por aí, o que me custa e impressiona naquilo que há bocadinho estava a dizer, é que na mesma notícia que eu apanhei aqui de 2010, relativamente à questão deste processo do Higino, no tempo em que o Senhor ainda era Vereador, na mesma notícia encontrei uma outra que está ligada a uma transação judicial, que é aquilo que se está a propor aqui agora, que foi feito um acordo sem perdoar juro nenhuns, ou seja, pagamos tudo e mais alguma coisa, e o Senhor votou a favor, relativamente ao aterro de Lustosa, o que é mais grave. Sabe porquê? Porque a ação não era do Município. É que nós através do Executivo de então fomos fazer um acordo dum ação que nem sequer era do Município. Era sim da Associação dos Municípios do Vale do Sousa. E da mesma forma que eu lhe disse há pouco, o que deveria ter acontecido e era a Associação de Municípios pagar a fatura e depois, sim, pedir o direito de regresso eventualmente ao Município de Felgueiras. Coisa que não aconteceu! O Município de Felgueiras fez diretamente um acordo, na altura com a Junta de Freguesia de Lustosa. Estamos a falar de um acordo também milionário. Estamos a falar de cerca de um milhão e trezentos mil euros. Neste momento, aquilo que nós temos de decidir e que eu tenho que decidir enquanto Presidente de Câmara, é aquilo que a Senhora Juíza me propôs no Tribunal. Que chegássemos a um entendimento para que não fosse posto em causa a continuidade do trabalho do Município independentemente de nós acharmos aquilo que queiramos achar. Os factos estão mais que provados. Cabe-nos agora decidir sobre um acordo que não agrada a





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

nenhum de nós certamente. Nenhum de nós gostará de o estar a votar, que ficará marcado, se calhar na história deste Município como a maior fatura paga de sempre, mas é assim, e não podemos ter dois pesos e duas medidas. Não podemos, por um lado ter aceitado no passado acordos para determinadas situações e para outras fazer de conta que elas não existem. Eu percebo, e respeito, mas o meu compromisso com o Tribunal é trazer esta matéria aqui para a sua aprovação, independentemente daquilo que eu acho, tal como o Senhor aqui referiu que deve ser. Há aqui situações que entende que não estavam claras, se há aqui uma matéria que eu tenho que deixar aqui como registo e que tem que ficar bem clara na certidão que for extraída para mandar para o Tribunal. O Senhor diz que aquilo que está aqui, são obras que apareceram agora nos últimos anos. É mentira! Estava a dizer que não estavam aqui. Má interpretação minha, pronto. Então, se foi má interpretação minha, o que eu quero é clarificar porque o que eu quero é que não hajam dúvidas. Estes documentos que aqui estão já cá existiam! Se havia dúvidas eventualmente numa obra ou noutra relativamente a acertos de valores, aquilo que se fez com aquilo que estava estabelecido no Tribunal foi que técnicos, de um lado técnicos do Município que tinham o dever de acompanhar as obras com aqueles que ainda estavam vivos aferir efetivamente se aquilo foi feito e os valores em causa e os do empreiteiro. Tendo esse documento, que é aquele que vocês têm nos vossos documentos e que vos trouxe aqui, aquilo que me cabe agora é propor, e foi isso que propus, ao Senhor Presidente da Assembleia, para trazer a este Órgão para aprovar, ou não, o documento da transação judicial. Sendo certo que deixarei referência no documento que enviarei à Senhora Juíza. Ficaria muito mais confortável o Município se pagasse apenas e só o valor referente às obras. Portanto, será essa a minha responsabilidade. Até lá, meus caros, não temos outra saída que não seja esta. Porque se acham que vamos conseguir continuar a arrastar problemas para a frente, não vamos. A nossa obrigação é decidirmos enquanto Município, se e o Município é confrontado com a situação de





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

que os factos estão provados, a única solução é tentar haver um entendimento para reduzirmos ao valor. Estamos a falar de reduzir quase três milhões de euros à fatura que temos para pagar, quase três milhões de euros, é muito dinheiro, ou então podem, porventura, não aprovar o documento. Se assim acontecer, devemos estar cá todos conscientes de a responsabilidade assumida de que, se amanhã não houver dinheiro para pagar salários, não houver dinheiro para o Município ser gerido ou ficarmos sem património que a responsabilidade é toda nossa.” -----

-----**O Senhor Deputado Eduardo Ribeiro Teixeira, do Grupo Político Municipal do PSD, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:** -----

-----“Vou ser muito objetivo para que não haja dúvidas, eu vou deixar aqui a certidão permanente da empresa Higino, que é a empresa que está a reclamar os débitos à Câmara, Higino Pinheiro & Irmão, Lda, SA. Portanto, a constituição dessa empresa foi, constituição/fundação, foi no dia onze de agosto de 1995. Senhor Presidente da Assembleia Municipal se quiser fazer chegar ao Senhor Presidente de Câmara e ao Senhor Vereador do Pelouro Financeiro, faça o favor, não há problema nenhum, também se eles consultarem na internet, também apanham essa certidão com facilidade. Sobre a questão das obras, Senhor Presidente, eu tenho aqui um mapa de 2010 que coincide com aquele que apresenta agora, salvo uma ou outra obra que passados os tais 37 anos os serviços, em dezembro, chegaram à conclusão de que afinal a Câmara já tinha pago uma obra. Já tinha pago, foi um lapso. A Câmara tinha pago uma obra que estava a ser reclamada, para que conste. Portanto, o mapa corresponde ao que está. Senhor Presidente, quero agradecer-lhe, aproveito o momento, nunca pus em causa a sua palavra, e o pedido que fiz ao Executivo, não tenho dúvida nenhuma o Senhor fez-me chegar uma cópia, muito obrigado, mas nunca tive dúvidas disso. Também não tenho dúvidas que me fazia chegar a documentação. Portanto, é o Executivo que me faz chegar a documentação. Espero agora, Senhor







ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Presidente, que relativo ao "saco azul", dê a documentação. Sabe porquê Senhor Presidente? Porque também já fui Vereador e tenho vinte e muitos anos de Assembleia Municipal, também tenho a noção do que é a responsabilidade sobre estes assuntos. Portanto, eu não vou andar com os documentos a levá-los para lado nenhum. Se o motivo for consultá-los também não há problema algum. Senhor Presidente, agora como Deputado Municipal nessa qualidade o Senhor pode confiar nos Deputados Municipais. Quer dizer, se não se confia nos Deputados Municipais vai confiar em quem? Para terminar, obviamente, que irei votar contra. Fazia uma sugestão ao Senhor Presidente, há tempo de adiar este ponto até uma próxima oportunidade e por estas questões que foram levantadas eu não compreendo, e com certeza a Senhora Juíza também vai compreender, que uma empresa que foi fundada, que foi criada em onze de agosto de 1995 possa estar a reclamar obras que realizou quando não existia. Portanto, isto é: *"branco é galinha o põe"*. Eu não tenho dúvida nenhuma que até essa data a Senhora Meritíssima Juíza vai dizer *"calma aí, aqui há gato com o rabo de fora"*. Eu só lamento que os serviços jurídicos da Câmara não façam o trabalho de casa. O Senhor Dr. Paulo Gomes é, como eu digo, percebe de outras áreas, tem tendência para outras áreas da sociedade, mas não tem para defender o direito administrativo. Procure outro advogado mais capaz Senhor Presidente."

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, fez a seguinte intervenção:**-----

-----"Senhor Presidente, apenas para dizer que não sei se eventualmente o Senhor Deputado tem alguma preocupação, eu também, com a questão dos advogados independentemente de qualquer coisa. Há duas notas apenas e só. Uma dizer que vamos tomar nota deste alerta que fez, reportando, como é óbvio, à Dr.ª Juíza, mas dando nota de uma coisa que não é de hoje, o Senhor em 2010 e 2009 enquanto Vereador e que teve responsabilidades nesta ação, porque a ação entrou no tempo em que o Senhor era Vereador, podiam ter percebido isso e, independente disso, dar-lhe





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

nota, outra vez, de que o advogado era exatamente o mesmo até ao dia em que acabando todos os processos, não sei se reformou, que entretanto recorde-me de ter sido averbado alguns documentos noutras matérias, de qualquer das formas dar-lhe nota de uma coisa, no dia que alguém dos serviços foi buscar os documentos todos a Coimbra ao Senhor Advogado, estava precisamente lá uma pessoa que tinha estado à frente dos destinos do Município antes de nós. Dizer-lhe que nessa matéria, uma coisa, nós estamos aqui, independentemente daquilo que são as decisões que a Câmara tem obrigação, que foi isso que se comprometeu, e já estamos a ultrapassar aquilo que são prazos, de apresentar a proposta à Senhora Juíza. Independentemente daquilo que seja a decisão e daquilo que possa ir apenso, a informação que a gente possa enviar, caberá depois como é óbvio ao Tribunal fazer as diligências que entender que tem que fazer. Se entender que tem de parar o processo, parará o processo, se entender que deve enviar para o Ministério Público ou para outro órgão qualquer, que o fará. Até lá aquilo que é o compromisso meu, enquanto Presidente de Câmara, é trazer o documento ao Órgão Executivo e trazê-lo à Assembleia. Dizer-lhes, por mais argumentos que a gente tente arranjar, há uma coisa que é clara, a sede de Junta de Torrados está por pagar, a estrada que vai dos Carvalhinhos para Barrosas, está por pagar, a estrada de Airães até Várzea está por pagar, tudo o que possa ser considerado abastecimento de água do concelho está por pagar, a estrada Machado de Matos na Lixa, está por pagar, ainda agora a requalificamos. Portanto, independentemente de qualquer coisa, aquilo que está feito tem que ser pago. Isso não prescreve, há coisas que não prescrevem. Não estamos a falar, eu não percebo de direito, eu tento é informar-me das coisas, mas há coisas que nunca prescrevem. A obra está feita, foi feita, a Câmara não pode, como eu lhe dizia enriquecer ilicitamente. Tem que assumir os seus compromissos. Se podia pagar menos juros isso já são outras coisas.”-----





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

**-----O Senhor Deputado Rui Miguel Ribeiro de Oliveira, do Grupo Político Municipal do PSD, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte: -----**

-----"Dada a importância deste ponto e que estamos a falar provavelmente de um dos maiores contratos, acordos, que vamos fazer e que vai onerar o Município durante os próximos anos, dado que esta empresa comprovadamente foi fundada em 1995, estamos a falar de seis obras em dezasseis, que estão inscritas nesta minuta no qual estão a ser reclamadas a uma empresa que não existia. Não há aqui nenhuma referência de cessão de créditos. Eu não sou advogado, não sou jurista, mas compreendo que não há aqui nenhuma cessão de créditos. A empresa vai onerar o Município, ou melhor vamos nós votar um acordo que pode carecer de legalidade do ponto de vista de interpretação daquilo que é a fundação da empresa? Mais, chamo a atenção de que isto pode ser muito grave para todos nós, todos nós, muito, muito grave para todos os Felgueirenses se de facto nós formos votar um compromisso que nos vai onerar em seis obras de dezasseis, que são anteriores à fundação da empresa. Eu acho que mais que política temos é que esclarecer que somos todos Felgueirenses e se, eventualmente, não há valor a ser pago, ou não há dever de pagar este valor então vamos fazer essa poupança ao Município. É esse o ponto de ordem que eu queria fazer ao Senhor Presidente da Mesa." -----

**-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José da Silva Campos, proferiu o seguinte:-----**

-----"Eu queria chamar à atenção do seguinte. Com serenidade. se me permitem. Penso que neste momento nós estamos a discutir, eventualmente, a aprovação de um acordo, que o Senhor Presidente nos trouxe aqui sem haver, a exemplo do que já foi aqui falado, necessidade de eu intervir. Eu penso que o que o Senhor Presidente está a fazer é comprometer-nos por causa da honra dos Felgueirenses. O que está em causa aqui é a honra dos Felgueirenses. Independentemente das questões que são colocadas





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

juridicamente, mas se essas questões foram postas agora, também já podiam ter sido colocadas há anos atrás, pelos tais eminentes juristas administrativos que estiveram com o processo durante tantos anos. Agora, o que é importante neste momento é que, é a minha opinião, nós não podemos adiar. Aquilo que nós podemos fazer com a documentação é aprovar o compromisso que o Senhor Presidente nos traz aqui e que foi, logicamente, a Câmara para aprovar, pedindo-lhe que seja alertador, para além dos documentos, que extraídos depois da nossa ata, e podem ser remetidos para o Ministério Público, que seja alertador para a Senhora Dr.<sup>a</sup> Juíza e dizer que vamos assinar este acordo, mas não vamos deixar de contestar. Porque senão, o que é que nós vamos estar aqui a fazer? Vamos continuar a adiar, a empurrar com a barriga o problema por meio ano, por mais dois anos, um ano e tal ou três anos, se calhar até em mandatos posteriores, as coisas podem vir a ser muito mais gravosas, e não é para o Executivo, é para Felgueiras! Volto a repetir, este compromisso que o Senhor Presidente trás aqui é sobretudo para comprometer no futuro os pagamentos que tem que ficar inscritos nos diversos orçamentos que havemos de aprovar, que as Assembleias Municipais futuras aprovando durante seis anos. Entendo que era importante que nós pensássemos nisso. O Município tem rapidamente de deixar de ser de as pessoas que deveriam ter um pouco de cuidado e de pudor. É esta a questão para a qual eu queria sensibiliza-los, porque ao fim e ao cabo o Senhor Presidente está aqui para resolver um problema grave do Município e, a testar sua resolução o mais economicamente possível.”-----

-----**O Senhor Deputado António Alfredo Macedo Alves, e líder do Grupo Político Municipal do SIM ACREDITA – L.PS, proferiu a seguinte:-----**

-----“Relativamente a esta situação, que foi agora aqui referida nós também concordamos que esta situação deve ser clarificada em relação a essa empresa. O que nos parece aqui muito estranho é como é que, depois de tantos anos e tantos advogados que passaram por este processo, ninguém ter visto isto. Estamos nós a ver





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

e ninguém ter visto isto. Acho muito estranho, e parecendo-me uma coisa tão óbvia como é que tantos juristas nunca descobriram isto. Eu não sei se é assim tão óbvio, eu também não sou jurista. O que eu acho é que esta questão deve ser clarificada, mas como já foi referido aqui, deve ir junto com o acordo esta salvaguarda desta situação para ser averiguado.”-----

-----**O Senhor Deputado Eduardo Ribeiro Teixeira, do Grupo Político Municipal do PSD, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:** -----

-----“Eu só quero dizer o seguinte. Portanto aqui não houve, ninguém contratou ninguém da investigação, ninguém andou aqui, andamos unicamente a estudar o dossier desde que recebemos a documentação na sexta-feira ou sábado. Não tínhamos lá a declaração da Juíza de 2014, o que lamentamos, e alguém se lembrou por curiosidade de ir ver a constituição da empresa. Porque se vocês consultarem o dossier aparece Carlos Higinio Machado, aparece Higinio Machado, aparece isto, aquilo, portanto aparecem ali muitos nomes, aparece a SA, que é curioso, até 95 aparece o nome e a partir de 95 aparece o Higinio e SA. E o número de contribuinte 503, começa em 503 é falso. O 503 é do ano de 1995. Porque se fosse de 85 era o 500 com certeza. Portanto a empresa é nova. Para investigação estava aqui um bom motivo para a Diretora da Revista Sábado fazer trabalho. Disse há dias no Facebook e digo aqui, está aqui um bom tema para investigar estas obras de 1985 até 2003. Isso é que era um grande trabalho que fazia para a política, que fazia para o erário público e fazia a Felgueiras.” -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, fez a seguinte intervenção:**-----

-----“Dar nota que o compromisso que eu assumi foi efetivamente trazer esta proposta aqui para que ela pudesse ser votada. Fica aqui a minha ressalva e o meu compromisso convosco de que, não obstante a documentação que levar à Senhora





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Juíza darei nota destas situações, alertando, independentemente e antes da transação, que possa ser verificada esta situação.”-----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 5 da Ordem do Dia: -----

**Deliberação:** - A Assembleia Municipal delibera, nos termos do disposto da alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por **38** votos a favor, **9** votos contra e **0** abstenções.

-----Encontravam-se na sala **47** membros dos **47** que compõem a Assembleia. -----

6. INVESTIMENTO DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS.

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, fez a introdução do ponto:**-----

-----“Dar nota, desde já, que relativamente a este ponto e eu presumo que os Senhores Deputados e Presidentes de Junta têm a documentação, de que sem esconder nada a ninguém, que estamos a falar de um investidor que eu vou optar por não dizer o nome porque consta da documentação, e por uma questão de salvaguarda tendo em conta que existem acordos de confidencialidade, a questão da confidencialidade é muito simples de resolver, estou a falar apenas e só do nome. Estamos a falar de um investidor de uma multinacional, um grupo francês, de dimensão “líder mundial” que pretende investir em Felgueiras, mais concretamente na área de Acolhimento Empresarial de Barrancas em Revinhade. Ao fim de algumas visitas que fizeram ao Município e a vários Municípios incluindo a Figueira da Foz e ao norte do País, chegamos aqui de alguma forma a um compromisso. E o compromisso é apenas e só, neste momento, de tentarmos encontrar soluções de conseguirmos de alguma forma, angariar a captação deste investimento para Felgueiras. Um investimento que prevê a criação de postos de trabalho que pode ir na sua fase maior até aos 800 postos, sendo que cerca de um terço dos postos de trabalho, será de mão







ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

de obra qualificada e, quando digo qualificada, é do ponto de vista tecnológico mais no âmbito de engenharias. Mão de obra que, por mais vontade que o nosso setor predominante no concelho tenha e queira, no fundo receber essas pessoas para os empregar não tem como, porque de facto a indústria do calçado ainda tem essa dificuldade. Esta empresa prevê um investimento bastante avultado na ordem dos 30 milhões de euros, estamos a falar de uma área de terreno que pode chegar a cerca de 100 mil metros para a empresa. Para que fique claro, também, esta proposta e os terrenos que estamos a falar são terrenos que não comprometem, porque tem havido alguma especulação e aproveitando aqui na Assembleia também para esclarecer isso, o loteamento das Barrancas, a fase que já aprovamos e que estará comprometido, estará tudo vendido. Não está nada tudo vendido, há efetivamente muitos interessados a quererem lá instalar-se. Dar-vos nota também de que esta questão concreta não tem, não compromete de alguma forma o loteamento que já aqui foi aprovado, e que vocês tiveram a oportunidade também de apreciar. Afirmar ainda que, para que efetivamente consigamos garantir este investimento, temos que ter subjacente aquilo que está no compromisso que foi assinado, como consta aí no documento que tem vários pressupostos até à questão do preço, ou seja, o preço que vos é apresentado é o preço máximo que está estabelecido, sendo certo que há uma coisa que aqui tem que ser feita, que é sobretudo a parte do Município que tem que ser aqui garantida. Uma garantia de propriedade dos terrenos que, não obstante além de estar no processo de expropriação, temos a posse e podemos trabalhar neles e outra coisa entre a posse e a propriedade se nós não tivermos propriedade nós não estamos em condições de poder vender, e não estando em condições de poder vender, a empresa acaba por não se instalar lá e a pressa é alguma porque eles querem começar o seu investimento no início do ano. Outra das questões aqui subjacentes tem a ver com a pesquisa e os estudos do solo. A empresa está em vários países do mundo entre eles a Polónia e que teve algumas dificuldades na Polónia relativamente ao solo que





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

encontraram e que depois tiveram problemas na construção. Nós autorizamos desde já que eles pudessem intervir no solo para poderem fazer as pesquisas, repondo do ponto de vista ambiental tudo aquilo que lá foi feito, garantido isso, mas que efetivamente vai fazer também depender, um bocadinho, esta questão da negociação com eles nesse sentido. Era de facto importante que a empresa se viesse a instalar cá, porque estávamos a fazer duas das coisas que todos nós temos ao longo dos anos andado a bater-nos, e acho que é unânime e será unânime. Aliás debatíamos isso na reunião de Câmara com os Senhores Vereadores que é procurar diversificar o tecido empresarial que temos tido, e garantir mão de obra, ou pelo menos postos de trabalho que possam empregar outras pessoas com habilitações melhores, e superiores e que não podem, muitos deles, e estão desempregados ou a ocupar profissões não condizentes com aquilo que é a sua formação académica. Portanto, termos aqui também essa forma e essa possibilidade de o poder fazer. Simultaneamente a isso, esta empresa, pretende também criar dentro da própria estrutura, e deste espaço, um centro de engenharia para desenvolvimento, o que nos ajuda também a que esses quadros, se empreguem. Acho que é a forma de olharmos para o futuro do concelho, assumindo que somos e continuaremos a ser líderes naquilo, que sabemos bem fazer que é o calçado. Temos de continuar a procurar alternativas para darmos alguma estabilidade e, sobretudo, segurança para o futuro, não só o nosso, porque não somos nós essencialmente que vamos usufruir diretamente ou de imediato com isso, mas também para quem cá estiver, e possa ter aqui outras condições, seja para os nossos filhos, ou nossos netos. Dizer-vos também que uma das coisas que nos agradou no projeto foi a forma, e quando se falava na questão do terreno eles terem afirmado querer fazer aqui um projeto piloto do ponto de vista de sustentabilidade, isto é, desde o início da construção até à fase conclusão final, querem obter uma das certificações mais exigentes do mundo do ponto de vista da certificação ambiental. Nesse sentido agrada-nos também que haja esses cuidados porque queremos agora que as zonas





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

industriais cresçam, mas também não queremos que qualquer coisa venha parar à zona industrial. Pretendemos que seja garantido garantindo o equilíbrio entre aquilo que é a dinâmica económica e empresarial, a sustentabilidade ambiental que é aquilo que acontecerá naquele projeto, utilizando o que lá está, reutilizando a pedra e as terras e, nesse sentido, é aquilo que continuaremos a fazer. Dizer-vos ainda que é de facto importante que possamos aprovar isto, sendo certo que temos aqui, e eu estou-vos a trazer isto porque temos esse compromisso de o fazer para que possamos estar em condições de garantir aquilo que são os compromissos que temos assumidos com a empresa. Porém até lá vamos ter de correr muito, vamos ter de batalhar muito para garantir que esta empresa se fixe cá, que é extremamente importante para nós, indo ser líder mundial na área dos automatismos e que empregam já 6900 pessoas em todo o mundo, com um volume de faturação que anda em 1,6 biliões de euros. Portanto, é o maior grupo mundial desta área.” -----

-----**O Senhor Deputado Leonel Fernando Pinto Coelho da Costa, e líder do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte declaração:** -----

-----“Esta proposta por todas as razões que o Senhor Presidente de Câmara aqui elencou que são muito positivas para Felgueiras, outra coisa não mereceria, da nossa parte, que não a aprovação. No entanto, tenho que levantar aqui algumas questões quanto à forma como isto acaba por ser feito. Desde logo nas minhas intervenções nas duas Assembleias Municipais anteriores em que tive a oportunidade de elogiar esta zona de Acolhimento Empresarial do Alto das Barrancas uma das coisas que referi e que era muito importante e disse-o nas duas Assembleias era a necessidade de previamente se aprovar um regulamento desta área de acolhimento empresarial. Que regulamentasse nomeadamente aquilo que hoje estamos a aprovar sem este regulamento. Aliás, o objetivo na altura era precisamente prevenir que negócios como este fossem feitos de forma avulsa e de forma que uns tenham umas regras, estas, e outros eventualmente tenham outras regras. Regras que iremos aprovar no





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

regulamento. Acima de tudo parece-me que estamos aqui a falar de uma questão de transparência de procedimentos. E, na altura, esta minha observação do regulamento pareceu-me bastante consensual. E afinal de contas temos agora um negócio concreto feito antes da aprovação desse regulamento, quando o mesmo, pelo que se vai sabendo, esse regulamento até estará pronto ou praticamente pronto. E curiosamente não vem a esta Assembleia Municipal para ser aprovado. Quando vêm outros nove projetos de regulamento. E este, porque é que não vem? Por isso é que tenho de perguntar ao Senhor Presidente de Câmara o que é que este negócio em concreto tem que não esteja previsto no regulamento. E também tenho que perguntar quando é que este regulamento está pronto para aprovação nesta Assembleia Municipal e se vai terminar aqui os procedimentos relativos à venda de terrenos sem regulamento.” -----

**-----O Senhor Deputado Eduardo Ribeiro Teixeira, do Grupo Político Municipal do PSD, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte: -----**

-----“Como disse e muito bem e perfeitamente de acordo, entre nós, o Dr. Leonel Costa foi claro que desde a primeira hora que apoiamos esta iniciativa de desenvolvimento do concelho particularmente com a Zona Industrial de Barrancas. Falou também muito bem que o regulamento devia andar em primeiro lugar e posteriormente ser enquadrado nesse mesmo regulamento este tipo de situações porque deviam estar enquadradas no regulamento e a única dúvida que eu tenho aqui, digamos assim, é que isto desde que esteja assegurado o enquadramento jurídico e a todos os níveis que a Câmara possa fazer um ajuste direto dentro de um terreno municipal que o possa fazer sem qualquer tipo de constrangimento, acho bem. Tenho algumas dúvidas e faço este reparo porquê, porque já tivemos aqui nesta Assembleia, no mandato anterior, um terreno que também foi aqui decidido para interesse público, que foi apresentado pela imobiliária felgueirense na altura foi aqui dito que era para a Fapomed construir a sua empresa para não fugir do concelho era uma empresa que





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

não se podia construir, estava anexada ao aterro de Sendim. Portanto era de não construção e depois ao que assistimos é que afinal a Fapomed foi comprar outro terreno para a mesma imobiliária que não aquele, noutra local e depois a imobiliária rentabilizou e muito esse terreno, que valeria quatro ou cinco euros o metro e passou a valer trinta ou quarenta, cinquenta ou cem o metro. Portanto, o erário público ficou prejudicado. E são estes reparos que eu faço para que não sejamos surpreendidos nestas matérias novamente, é o único reparo. Mas votarei a favor com certeza.”-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, fez a seguinte intervenção:**-----

-----”Só dar nota relativamente a esta última parte. Dizer que efetivamente que aquilo que foi aqui aprovado consta dos documentos. Dizer-lhe também, Senhor Deputado, Eduardo Teixeira, que já falei disso sem problema nenhum. Também, denúncias anónimas houve sobre isso e a gente esclareceu as entidades, mas pronto. Mas fica a saber. Só para lhe dizer, que estamos perfeitamente à vontade, que já esclarecemos há bastante tempo, as autoridades em relação a essa matéria. Estou perfeitamente à vontade, aquilo que tiver de dizer, digo. Dar nota também desta matéria numa questão, e indo de encontro às questões do Dr. Leonel e ao Senhor Deputado Eduardo Teixeira, o que está aqui em causa, e o Regulamento está neste momento em discussão pública, e é importante que saibam isso, o Regulamento específico para o loteamento do Alto das Barrancas, foi aprovado já o projeto em Câmara, está em discussão pública para que todos possam consultar. Existem dois, que estão em consulta pública. Alertar que é o Regulamento do próprio Loteamento e também o dos incentivos ao investimento. Portanto, não é o RECINVEST é o RAIF. O RECINVEST curiosamente foi, e bem, aprovado aqui, já, pelo Executivo que nos antecedeu. Portanto o RECINVEST já é um Regulamento que existe antes de 2017 e que permite garantir aqui a legalidade daquilo que estamos a fazer. O RECINVEST já é, eu não quero falar de cor, foi aprovado pela Assembleia de 27 de junho de 2017. Portanto, é o





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Regulamento que está aqui em causa e é com base neste regulamento que está a ser, no fundo, feita esta negociação. Portanto, estamos perfeitamente à vontade, quanto à transparência, para perceber que não há aqui nada de anormal, da nossa parte, porque não andamos aqui a inventar nenhuns regulamentos específicos. Também dizer, para clarificar, que foi aquilo que eu tentei dizer há pouco e para ficar agora melhor esclarecido aquilo que é o Loteamento em si que está aprovado não está dentro desta área, ou seja, esta área que estamos a vender é um terreno adjacente e que conseguimos, no fundo, otimizar-la relativamente ao terreno da área do Loteamento. Porque temos sempre aquela questão de permitir que existam os próprios locais que tem demonstrado interesse de garantir a questão da deslocalização de empresas que precisam de aumentar a sua capacidade e é isso que estamos a tentar sempre salvaguardar. Claro que depois o próprio regulamento, o que está em aprovação vai ditar dentro do mesmo, nós dentro de uma área que estamos a falar na fase final, das várias fases que esta zona irá ter estamos a falar quase de um milhão de metros quadrados de área. E vamos ter terrenos que são mais planos como vamos ter terrenos que vão ser mais sinuosos. Vamos ter terrenos como já viram, onde estamos a fazer intervenção que vão estar completamente aplanados com as movimentações de terra todas feitas e o custo será um, vamos ter terrenos eventualmente negociação que possamos ter, como é o caso, de serem eles próprios a assumir a questão do valor das terraplanagens. Portanto, há sempre essas diferenças e que vai estar contemplado no regulamento. Mas isto são sempre as variáveis que estão dentro desta negociação. Na fase final há uma coisa que nós temos que garantir, que somos competitivos relativamente aos outros Municípios todos, estamos a falar em investimentos que nos têm chegado por mão de uma agência do Governo, da AICEP para se fixarem em Portugal. É que não é a questão de estar a competir só, estamos a competir com alguém que está a competir a nível mundial se fica em Portugal ou se vai para outros lados. Portanto o primeiro passo da AICEP é sempre garantido que eles







ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

se fixem em Portugal. Depois dentro de Portugal há várias localizações e Municípios para estar agressivos do ponto de vista da captação de investimento. Felizmente Felgueiras está hoje no rol dos grandes concelhos para poder fixar e captar esse tipo de investimentos. Acho que é para isso que temos de olhar, independentemente das variáveis políticas que fomos sempre defendendo e vamos continuar a defender. Com trabalho conjunto, não é meu, é de todos nós que temos que o tentar agarrar, seja esta, ou outro tipo de empresas como esta, mas garantir que daqui para o futuro continuamos a ter postos de trabalho, que continuamos a ter dinâmica económica e continuamos a garantir a sustentabilidade social também para os nossos munícipes. Acho que é isso que me resta aqui salientar garantindo que está tudo enquadrado nesse tal Regulamento que foi até aprovado, para perceberem, antes da nossa entrada como, Executivo.”-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José da Silva Campos, proferiu o seguinte:**-----

-----“Só para complementar, antes de entrarmos na votação que os dois regulamentos que se falou e que aludiu o Dr. Leonel Costa foi-lhes remetidos na última sexta-feira através das comunicações das decisões da Câmara Municipal. Portanto, estão em discussão pública. Primeiro, tem de estar em discussão pública e depois é que vêm aqui mais tarde. Portanto, já podem consultá-lo nos vossos mail’s, que estão lá.”-----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 6 da Ordem do Dia: -----

**Deliberação:** - A Assembleia Municipal delibera, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a alienação das parcelas mencionadas na proposta, nos termos em que a mesma se encontra elaborada. -----

Mais delibera reconhecer e declarar o interesse público relevante do investimento, e autorizar a título excepcional a atribuição do apoio específico, nos termos da alínea d), n.º 1 do artigo 5.º do RECINVEST, nomeadamente o de adquirir por ajuste direto os





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

prédios identificados nas alíneas i) a xxiv) da presente proposta, aplicando, com as devidas adaptações, a tramitação descrita nos artigos 105.º e 106.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 07 de agosto, na sua atual redação, o resultado das avaliações dos prédios efetuadas por perito avaliador e o estudo de viabilidade económica e financeira da operação "Zona de Acolhimento Empresarial – Alto das Barrancas".-----

-----Esta deliberação foi tomada por **47** votos a favor, **0** votos contra e **0** abstenções.

-----Encontravam-se na sala **47** membros dos **47** que compõem a Assembleia.-----

**7. VENDA DE AÇÕES E DE AQUISIÇÃO DE TERRENOS DA PTT.**

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, fez a introdução do ponto:**-----

-----"PTT Parque Tecnológico do Tâmega, hoje é de facto um dia histórico para o nosso concelho e para esta Assembleia, tendo em conta que estamos aqui a resolver problemas com décadas, seja o "Higino", seja a "PTT", de que tanto aqui foi falado noutras alturas. Um processo que tem mais de vinte anos ou cerca de vinte anos. Estamos a falar dos terrenos, para aqueles que não estão familiarizados com a empresa em si, os terrenos junto ao campo de futebol onde está agora também o Mercadona, em que a Câmara tem 10% de uma sociedade e a "Mota Engil", é o grupo que tem 90%, ou seja, tem no fundo, o domínio dos terrenos. É uma empresa que tem um passivo neste momento extremamente elevado, eu diria a rondar os 13 milhões de euros, em que caberia ao Município ter que assumir, segundo o código das sociedades comerciais por aquilo que nos é reportado, fazer o reforço da cobertura do capital nesses 10% cerca de 1 milhão e 266 mil euros, à volta disso. Temos aqui uma questão legal, que tem haver com a IGF, ou seja, que nos veio, algum tempo atrás, alertar para a necessidade que esta empresa já há muitos anos que acumula prejuízo, e a obrigatoriedade de a dar como encerrado. Portanto, com este mote também da IGF, há necessidade e é nossa vontade, resolver definitivamente o elefante branco que temos em mãos. Cabe ao Município agora, tentar arranjar solução. Solução que





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

pudesse não prejudicar o Município, e que pudesse ser a mais vantajosa para nós, e que pudesse efetivamente permitir ao Município juntamente com o resto dos terrenos que lá tem, porque algumas partes são nossas, normalmente as pontas são todas do Município e o miolo é da própria PTT. Nesse sentido a única forma que temos de desenvolver aquela zona que é aquilo que está no PDM estabelecido para lá para uma zona comercial e de serviços não industrial, ou seja, é uma área de atividades económicas tipo dois onde não engloba a indústria, queremos comercio e serviços, foi isso que nós definimos no PDM e poder, no fundo, dar forma também aquilo que é o que está vertido no PDM. Para isso vamos ter que gastar dois milhões de euros para aquisição dos terrenos, estamos a falar de cerca de 22309 metros de terreno que é o que diz respeito ao PTT, e que é bem mais baixo do valor que hoje aqui se propõe do que efetivamente aquilo que se compraram uns terrenos na altura ou pelo menos parte deles que foram bem mais caros do que o preço que está aqui hoje já a adquirir. Dar nota que com isto esta proposta que aqui está, este processo, trás duas vertentes. Uma é a compra dos terrenos para nós podermos desenvolver todo o projeto. Outra, simultaneamente, é nós desfazermo-nos do passivo, e que teríamos aqui que assumir de perto de um milhão e trezentos mil euros, e vamos vender a nossa quota por um euro. A proposta que está liberta-nos, seja de encargos passados ou futuros, independentemente daquilo que seja, isto é, uma coisa é libertarmo-nos definitivamente do passivo e ficarmos com os terrenos todos que lá estão pelos dois milhões de euros. Se assim não fosse nós teríamos que pagar na mesma perto de um milhão e trezentos mil euros, continuávamos a ter a divida e continuávamos a não ter os terrenos para desenvolver. Portanto, acho que a solução de compromisso que mais favorece o Município, embora na dificuldade que estamos nestas contingências, de que falamos aqui há pouco do ponto de vista financeiro e orçamental, nos vai criar alguma dificuldade, mas das duas uma, ou encaramos, como disse há pouco, aquilo que é o *elefante branco* e o arrumamos e deixamos desenvolver aquela zona, ou então





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

continuamos a arrastar mais um processo, e continuamos a ter lá um monte de silvas, porque se estamos à espera que os nossos parceiros, porventura, façam algum tipo de investimento, desenganem-se porque isso nunca vai acontecer. O investimento está canalizado para outras áreas do país, não para aqui concretamente. Acho que nós temos condições neste momento para poder desenvolver aquele projeto e resolvermos este problema que muito me orgulharia, certamente como a todos vós, de o vermos a desenvolver ao fim destes anos todos e ter aqui uma solução. Parece uma solução de compromisso extremamente vantajosa para o Município, mesmo gastando dois milhões de euros.” -----

-----Inscreveu-se, para usar da palavra: -----

-----**O Senhor Deputado Eduardo Ribeiro Teixeira, do Grupo Político Municipal do PSD, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:** -----

-----“Perfeitamente de acordo, aqui nesta questão, apenas realçar que é *cada cavadela cada minhoca*. Aqui está mais um *elefante branco* do tempo do Partido Socialista. É mais um milhão e duzentos mil, não se riam que é verdade, portanto, é mais *cada cavadela cada minhoca*, e que vem do tempo da Dr.<sup>a</sup> Fátima Felgueiras e companhia. Portanto, para dizer, muito bem Senhor Presidente, ainda bem que não culpou o PSD também deste *elefante branco*. O Senhor Deputado Alfredo Alves ainda está a tempo de culpar o PSD por isto também. Só para dizer o seguinte, o PSD não resolveu em oito, mas o SIM ACREDITA resolveu em cinco. Tem uma vantagem de três anos. Portanto, aí dou-lhe os parabéns, foi mais célere três anos. Aliás, a mesma coisa se passou com a dívida do Higinio Pinheiro & Irmão, SA. O PSD em oito anos, porque não era legal pagar em 2009 passou para 2010, andou no Tribunal até 2014, o PSD não resolveu em quatro anos até 2017, o SIM ACREDITA resolveu ao fim de cinco, que e nós ajudamos muito. As obras de 1985 a 1995 e aqueles milhões, os pesados juros de cada obra mais antiga que lá está, vão ser banidos, eu espero bem que amanhã o





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Senhor Presidente mande um *mail* com caráter de urgência para Braga, para o Tribunal Administrativo para pôr ao corrente daquilo que foi falado aqui esta noite. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal também o deve fazer e digo-lhe Senhor Presidente, o Senhor que foi Vereador no mandato de 1985 a 99, estava lá, o Senhor não era do Pelouro das obras, também tive o cuidado de ver isso, era uma pessoa que já não está entre nós e que não vou falar, por respeito a quem não está cá, portanto eu no lugar do Senhor Presidente ter-me-ia abtido, permita-me a minha ousadia Senhor Presidente, e digo isto como amigo, eu no seu lugar e nessa questão do Higino abstinha-me. Porque não tenho dúvida nenhuma que as obras de 85 a 95 vão ser banidas do compromisso e espero bem que o SIM ACREDITA traga aqui um dia um voto de louvor aos Deputados do PSD que fizeram o trabalho de casa.”.-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José da Silva Campos, proferiu o seguinte:**-----

-----“Antes de dar a palavra ao Senhor Deputado Paulo Soares eu queria só dizer o seguinte. Eu sou neste momento talvez um autarca, não sou político. Eu costumo dizer nas minhas lides que eu, felizmente, não é nenhum problema, não tenho código de barras, nunca tive. Penso pela minha cabeça, decido pela minha cabeça e já estava à espera que viesse um remoquezinho assim. Mas eu não renego rigorosamente nem ponho em causa com quem trabalhei inclusive com Deputados do PSD como sabe. Desde 1985 tive muitos Pelouros, mas realmente não tive o Pelouro das obras. E numa altura em que só eramos dois Vereadores. O Senhor Presidente e eu, e o Dr. Manuel Faria era o Vereador a tempo não inteiro. Portanto, era só para dizer isso, mas eu não renego nem ponho em causa, foi um orgulho muito grande ter servido durante estes anos todos o concelho de Felgueiras. Não é o meu concelho de origem, mas onde faço a minha vida, é aqui que eu tenho os meus amigos e, portanto, tenho muito gosto nisso.”-----





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

**-----O Senhor Deputado Paulo Jorge Brochado Soares, do Grupo Político Municipal do SIM ACREDITA – L.PS, proferiu a seguinte:-----**

-----"Uma vez mais este Executivo Municipal vê-se perante um mega processo que foi herdado de Executivos anteriores e que nunca até à data de hoje teve resolução. Está patente uma vez mais, de forma clara e inequívoca, o sentido de irresponsabilidade e de falta de compromisso com o equilíbrio financeiro futuro de todos o que até hoje quiseram varrer o problema para um canto. O objetivo da bancada SIM ACREDITA-LIVRE.PS admite clarificar os assuntos trazidos a esta Assembleia e esclarecer todas e todos os Felgueirenses bem como lutar pela defesa dos seus interesses assegurando o interesse público. Por esta razão é nosso objetivo não alinhar em estratégias políticas que nada acrescentam e não ser para a criação de miragens no deserto que só tem um objetivo, tentar confundir os Felgueirenses e travar a onda de progresso e a transformação positiva que existe hoje em Felgueiras. O ponto em discussão é relativo à venda de ações e aquisição de terrenos da PTT. A PTT, entenda-se como o Senhor Presidente de Câmara já esclareceu, é o Parque Tecnológico do Tâmega e foi uma sociedade que era constituída em 2006, altura candidatura independente, não do PS. Com objetivos sociais, de promoção, de construção e gestão tanto empresarial como tecnológica do Pinhal da Várzea, localizado nas imediações da superfície comercial designada por Mercadona. Em 2012 o Conselho de Administração decidiu suspender a atividade daquela empresa pelo motivo de a sociedade ter apresentado resultados negativos nos anos anteriores. Desde essa altura houve uma degradação das infraestruturas e o total abandono do terreno. Representando um sério problema para a segurança dos transeuntes. Para além disso a certificação legal de contas da PTT realizadas em 2022 revelaram um capital próprio negativo de cerca de doze milhões de euros. Dada a frágil situação financeira foi revelado ainda por parte do Conselho de Administração de reforçar a cobertura de capital. A Câmara como detém 10% dessa sociedade pelo que a 31 de dezembro este reforço custaria ao Município cerca de 1



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL  
DE FELGUEIRAS

Praça da República - Margaride  
4610-116 Felgueiras

T. 255 318000 F. 255 318170  
geral@cm-felgueiras.pt  
www.cm-felgueiras.pt





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

milhão e 300 mil euros. O relatório de avaliação financeira relativa à participação detida pelo Município de Felgueiras na sociedade PTT elaborado no dia 16 de maio de 2022 concluiu que com referência à data do relatório anterior o valor da empresa era nulo. Os sucessivos resultados negativos, levou a que a Inspeção Geral de Finanças aconselhasse o Município a proceder à venda das participações sociais na mesma. A localização dos terrenos detidos por esta sociedade é um fator essencial para uma para pôr em prática a estratégia territorial assumida no recente PDM de Felgueiras destinando este espaço para atividades económicas do tipo dois e à proibição do seu uso industrial, assegurando a preservação de um ambiente profícuo e o tipo de atividades a que está destinado. O que se propõe com este acordo é a venda das ações do Município por um euro e a compra dos imóveis por dois milhões de euros com a exoneração de obrigações sobre prejuízos acumulados na PTT. Parece-nos ser este um bom negócio para o Município, por poupar cerca de 1 milhão e 300 mil euros correspondentes à entrada do reforço de capital e pelo enriquecimento e salvaguarda do superior interesse público com a compra dos terrenos que irão possibilitar o desenvolvimento desta importante área da nossa cidade. Mais ainda pelo facto da aquisição dos mesmos, ter sido feita abaixo do valor de avaliação.”-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, fez a seguinte intervenção:**-----

-----“Só mesmo para me meter ali com o Senhor Deputado Eduardo Teixeira. Dizer que afinal não foram cinco anos, foi menos que nós em 2020 estávamos a vender, foi aprovado aqui em setembro de 2020, aquela parcela que era do Município, ao Mercadona. Portanto, aquela zona já a desenvolvemos desde essa altura. Em jeito de brincadeira de me meter consigo. De facto, aquela zona já avançou há mais tempo. Dar nota, também porque acho que é importante esclarecer, que a avaliação dos terrenos e também estamos a falar agora de adquirir por dois milhões e quatrocentos





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

mil euros que é avaliação. Portanto, estamos a comprar bem abaixo daquilo que é o valor estipulado pela avaliação.”.-----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 7 da Ordem do Dia: -----

**Deliberação:** - A Assembleia Municipal delibera, nos termos da alínea i), n.º 1 e da alínea k), n.º 2, ambos do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por **47** votos a favor, **0** votos contra e **0** abstenções.

-----Encontravam-se na sala **47** membros dos **47** que compõem a Assembleia. -----

**8. MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS PARA O ANO 2022 – ALTERAÇÃO.**

-----Inscreveu-se, para usar da palavra: -----

-----**O Senhor Deputado Dr. Eduardo Teixeira Silva, do Grupo Político Municipal do PSD, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:** -----

-----“Queria começar esta minha intervenção para apelar ao Senhor Presidente da Assembleia, Prof. José Campos, para o relembrar do pedido que foi feito anteriormente nesta Assembleia, aquando se tocou neste assunto, que foi quando o Mapa de Pessoal esteve em discussão e aprovação por este Órgão fiscalizador que foi requisitado à data e quando nos fizesse chegar esse documento, que chegasse de forma legível para cumprir a função para a qual somos eleitos, que é fiscalizar. Mas, infelizmente, mais uma vez esse Mapa de Pessoal encontra-se ilegível e de péssima qualidade o que não permite uma leitura transparente o que consequentemente vai limitar e muito a minha intervenção. Pedia por favor que tivesse essa atenção. Ainda assim, de uma maneira introdutória quero relembrar que o Grupo Político do PSD tem vindo a salientar ao longo destas últimas Assembleias: O PSD está totalmente desagradado com a forma excessiva e abusiva da contratação do pessoal para o Município. Estes aumentos de pessoal têm-se refletido sobretudo na despesa de capital e na sua taxa de execução,





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

uma vez que a despesa com o pessoal já reflete perto dos 30% das despesas correntes anuais do Município, ou seja, um gasto anual previsto de cerca de 15 milhões de euros. Portanto neste ritmo convém alertar que este Executivo, mais uma vez, que a máquina financeira do Município pode começar a qualquer momento a tornar-se insuportável, gastando ao Município os recursos que deveriam ser para investir nas prioridades dos Felgueirenses. Em vez de gastar mais salários de cada vez mais funcionários, em plena era da desmaterialização, não era mais seguro investir na transição digital e na modernização da Administração Pública? É seguro dizer que já temos neste concelho um funcionário público para cada habitante. É um feito inegável deste Executivo e acho que até já pode ser publicitado nas redes sociais e na página do Município: Já somos quase 1000 funcionários públicos, *obrigado caros contribuintes Felgueirenses*. Sobre esta alteração que hoje o Executivo nos traz, venho levantar algumas questões, pois não sinto confiança nos dados que são apresentados e nas razões que fundamentam estas novas contratações. Não conseguimos apreciar ou entender as necessidades de contratações se no relatório de atividades do Município não vêm refletidos os objetivos estratégicos das unidades orgânicas. Por isso, Senhor Presidente da Câmara, Nuno Fonseca, como menciona a Lei 75/2013 no artigo 25.º da alínea c), peço que seja cedido no próximo relatório de atividade os objetivos estratégicos propostos das unidades orgânicas assim como os indicadores de desempenho de todos os serviços municipais, assim como a sua taxa de execução. Só dessa forma o Grupo Político do PSD poderá apreciar se é, ou não, necessária a contratação de novos funcionários públicos para os vários departamentos. O PSD não vai compactuar com a falta de transparência que aqui está refletida. Neste sentido vamos abster-nos na votação. Aproveito ainda, a respeito da matéria para questionar o Executivo do SIM ACREDITA do seguinte: A Lei n.º 2 de 2004, no artigo 27, é muito clara quanto aos *timings* da nomeação em regime de substituição, que limita a gestão pública em cerca de 90 dias para abrir o procedimento concursal para o posto de





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

chefia. Nestes modos, questiono o Executivo do SIM ACREDITA se ainda tem algum concurso dos vinte funcionários em comissão de serviço por abrir. Na leitura do Mapa de Pessoal, não deixei de reparar que tem 24 lugares na comissão de serviço, sendo que quatro estão em mobilidade e ainda preveem contratar mais quatro lugares para assumir esses lugares de chefia. Todos têm uma coisa em comum, que é um procedimento concursal aberto. Desta forma, quero perguntar ao Senhor Presidente e ao seu Executivo quanto tempo o júri vai demorar a reunir para fazer a apreciação dos candidatos? Há quantos anos dura cada um destes procedimentos? Deixo ainda duas últimas perguntas a este Executivo: Visto que o Mapa de Pessoal prevê 261 novas contratações que julgo ser pela carência de funcionários públicos que este Executivo está constantemente a elencar. Quanto está, neste momento, a gastar em avenças de prestação de serviços e quanto é que isso vai custar ao Município anualmente? Quanto prevê gastar no final de contratar esses novos 261 funcionários?".-----

-----**O Senhor Deputado António Alfredo Macedo Alves, e líder do Grupo Político Municipal do SIM ACREDITA – L.PS, proferiu a seguinte:-----**

-----"Relativamente ao Mapa de Pessoal, o Mapa de Pessoal já foi aqui aprovado numa reunião, penso que em dezembro, não vamos falar agora apenas de alterações no Mapa de Pessoal. Relativamente à questão do pessoal a questão que se coloca aqui é se o Município deve ou não prestar um serviço de qualidade à população. E se deve prestar um serviço de qualidade, se devemos despedir pessoal, ou não contratar ninguém mesmo que ele seja necessário porque, partindo do princípio de que se contrata, é porque ele é necessário. Quanto à transição digital claro que penso que toda a gente será a favor, não percebemos muito bem é como é que conseguimos poupar com a transição digital nos serviços operativos, por exemplo na limpeza de estradas e outros serviços. Não sei se há computadores que possam fazer isso, mas poderá haver. Portanto a questão que se põe aqui é a de que os concursos são públicos e as pessoas podem consultar, o Mapa de Pessoal é elaborado e foi aprovado





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

e então agora não sei qual é a solução do PSD. Será então despedir mais pessoal ou ter menos pessoal não prestando um serviço de qualidade, para poupar dinheiro? Outra questão, tem a ver com a questão do aumento de pessoal, já aqui foi referida houve a transferência de competências da Educação para o Município e nesta transferência de competências transitaram muitos funcionários públicos, obviamente que isso fez aumentar o número de funcionários públicos. Eu não sei se a solução será despedir os funcionários públicos das escolas e ficar com menos no Município, poderá também ser uma solução, não sei se será viável. Mas essa é uma das razões para ter havido um aumento do pessoal, que já foi referido aqui em Assembleias anteriores. Portanto, das duas uma, ou queremos prestar um serviço de qualidade e temos que ter pessoas capacitadas para isso ou não contratamos e despedimos pessoas e não temos um serviço de qualidade.”-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, fez a seguinte intervenção:**-----

-----“Muito bem Senhor Presidente. Cumprimentar o Senhor Deputado Eduardo Silva, até porque é a primeira vez que me recordo de o ver na Assembleia e percebo, se calhar que haja algum nervosismo e que tenha cometido o lapso, porque seria impossível haver um funcionário público por habitante, eu percebo que foi um lapso, nitidamente, mas está a ver a gente às vezes atrapalha-se com os números e depois dizemos coisas que não devemos. Dizer-lhe também que os funcionários diminuíram do último ano para este ano. Portanto e não são 1000 funcionários, são 695. Há duas coisas que foram sempre faladas aqui nesta Assembleia, vou voltar a salientar até que a gente clarifique bem; uma coisa é o Mapa de Pessoal, outra coisa é o Quadro de Pessoal. O Mapa de Pessoal tem que ter, quando a gente faz o orçamento, tem que ter lá previstos os lugares todos imaginários que a gente precisa de abrir. Outra coisa é efetivamente é o número de funcionários efetivos, que é o Quadro de Pessoal e às vezes há disparidade para lhe dar nota deste caso concreto. No Mapa de Pessoal em





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

2021 tínhamos 1023, mas efetivos, ou seja, no Quadro de Pessoal nós só temos 695 funcionários por tempo indeterminado. Dar nota de várias coisas que também já fomos aqui referindo, às vezes o custo, fala-se muitas vezes no custo, há coisas que nós não nos podemos esquecer, o custo vai aumentar, a não ser que a gente perca metade dos funcionários, a gente nunca se pode esquecer do ordenado mínimo que existia há meia dúzia de anos atrás e do ordenado que existe hoje. Portanto, naturalmente o custo aumenta. Não nos podemos esquecer das progressões nas carreiras que acontecem naturalmente também na função pública. Não nos podemos esquecer de muita gente, muita gente, que trabalhava neste Município de forma precária, a recibos verdes e que foram regularizados os seus vínculos laborais. Empresas como a EMAFEL que incorporou funcionários no Município e, portanto, mesmo a questão da descentralização das escolas, deixando de ser da responsabilidade do Ministério, os Assistentes Operacionais passam a ser da responsabilidade do Município. É claro que com isto também há um pacote financeiro que vem para compensar, ou seja, para aumentar as receitas por parte do Estado para compensar isso. Portanto, dizer-vos que estamos perfeitamente à vontade para falar sobre o Quadro do Pessoal, sobre o Mapa de Pessoal e sobre aquilo que é a gestão do pessoal no Município. Uma coisa é certa hoje, a mim, enquanto Presidente de Câmara, já me deixa muito triste quando eu vejo os Senhores Presidentes de Junta, e estão aqui muitos, que me pedem para arranjar cantoneiros para limpar bermas e nós já não temos. Quando queremos alguém para trabalhar nos serviços operativos quando há fugas de água e nós não temos, ou temos muito poucos. E como esses muitos outros lugares. É quase como a questão daquilo que é necessário. Mesmo no urbanismo, estamos sempre a precisar. As pessoas às vezes não têm noção da dimensão do que nós temos em termos de trabalho. Às vezes dizem-me assim, mas Lousada é que é, com todo o respeito que tenho pelos técnicos, pela Câmara, por aqueles todos que trabalham na Câmara de Lousada, mas se calhar a Câmara de Lousada e eu presumo que nesta história tem 600, 700 processos de







ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

licenciamento na parte do urbanismo e nós, a meio do ano, já vamos com mais de 1000. Portanto, é para perceber que são dinâmicas completamente diferentes. Às vezes quer-se comparar aquilo que não é comparável. O que estamos aqui a falar neste caso concreto, estamos a falar efetivamente de gente, ou seja, nós já não estamos a aumentar, nós estamos a mudar apenas, já estavam lugares previstos no mapa, o que estamos a mudar é a tipologia, imaginem que alguém estava na área da educação e nós precisamos de libertar esse lugar na educação para pôr alguém, por exemplo, no urbanismo ou numa área qualquer. O que estamos a fazer é mexer dentro do quadro, do mapa, que já estava aprovado, não estamos a aumentar nada. Uma coisa é certa, há vínculos precários que nós se pudermos continuar a resolver vamos resolver. Nós continuamos a ter problemas nas piscinas municipais, com pessoas que estão com vínculos precários e que precisam de ser resolvidos. Haja legislação que nos permita fazer isso, é claro que tudo isso aumenta. Agora, é muito incerto, eu percebo que todos nós temos que poupar e eu também comungo dessa ideia, temos que poupar ao máximo, mas a pior coisa que podemos ter, é instabilidade no orçamento. Imagine, Senhor Deputado, o que será uma família que sabe que ano após ano não tem o seu emprego estabilizado ou pelo menos condições exatamente iguais ao que acontece no mercado de trabalho lá fora, a receber muito menos e que não nos permite, no fundo, fazer face àquilo que são os projetos da sua vida, porque não tem a sua estabilidade. O que nós estamos aqui a falar é de gerir o Município e procurar recursos de acordo com aquilo que são as necessidades do Município. Não queremos gente para estar parada, não queremos. Eu percebo que às vezes os funcionários públicos de forma generalizada, são criticados às vezes as pessoas não são simpáticas com a forma como nos tratam, mas nós temos muita gente que trabalha muito e estão aqui os Senhores Presidentes de Junta que podem comprovar isso. Aqueles Senhores que continuam dia a dia a limpar ruas, a fazer os seus esforços, que às vezes deviam ter direito a ser compensados mais do que aquilo que a lei permite, porque nós daqui





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

por uns anos vamos efetivamente precisar de gente desta e não a vamos ter para trabalhar sequer, essa é que vai ser a dificuldade. A transição digital ajudará em muitas coisas, teremos que nos mecanizar, teremos que procurar equipamentos que nos permitam ir ajudando, mas que não se resolve tudo, não, infelizmente.”-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José da Silva Campos, proferiu o seguinte:**-----

-----“Antes de dar a palavra a quem a solicitou, ainda sobre este ponto, eu ia pedir aos Senhores Deputados autorização ao plenário, para podermos continuar para além da meia noite uma vez que o nosso regimento diz que a partir da meia noite vocês têm que autorizar. Quem é contra que a reunião prossiga a partir da meia noite? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Muito obrigado. Vamos continuar então.”-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, concluiu a sua intervenção:** -----

-----“O Senhor Eduardo Silva tinha-me perguntado relativamente à questão, eu tomei de forma generalizada as perguntas que me fez, mas vou tentar responder a tudo para não ficar sem resposta. Quanto aquilo que são as unidades orgânicas no Município, o Senhor acabou por se contradizer, porque ao mesmo tempo fez-me duas perguntas e respondeu-se a si mesmo. Perguntou-me se já estavam abertos os concursos para as unidades orgânicas e depois ao mesmo tempo veio dizer que já viu que estavam abertas e que não tinham sido fechadas. Portanto, foram abertos de acordo com a lei dentro do prazo que estava estabelecido, quando às nomeações mesmo que elas não sejam a concurso tem que se abrir o concurso para as nomeações e o concurso está aberto. Portanto, quando estiver decidido, está decidido. Tal com sempre aconteceu nesta casa. Até lá estamos a acautelar aquilo que são os lugares e vamos preenchendo conforme as necessidades. Se tivermos que os aligeirar, aligeiramos. Quanto à questão das unidades orgânicas e da funcionalidade o ROSM, é público. O Regulamento que, no fundo, estrutura todas as unidades orgânicas é público, veio aqui para ser aprovado





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

a esta Assembleia e que permite ver a funcionalidade de cada uma das áreas. Mas poderei fazê-lo chegar também sem qualquer tipo de problema. E também dizer-lhe uma coisa, nesta casa todos os lugares estão multifuncionais porque há sempre uma coisa que diz, se por momentos uma determinada unidade orgânica estiver necessitada de gente para poder face aquilo que são as necessidades do serviço, de imediato qualquer trabalhador, grosso modo, pode ser deslocalizado para outro tipo de funções que não aquelas que lhes estavam atribuídas. É assim que deve ser a flexibilidade com qualquer entidade, seja pública, desde que não ultrapasse aquilo que é os limites da razoabilidade e do estar a pedir o que não deve ser pedido às pessoas, como é óbvio.”

**-----O Senhor Deputado Dr. Eduardo Teixeira Silva, do Grupo Político Municipal do PSD, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte: -----**

-----“Senhor Presidente da Câmara, quando efetivamente digo se será ou não mais preciso funcionários públicos, é o que eu lhe disse, é que não consigo perceber se é preciso ou não. Porque no relatório de atividades, por muito que eu precise de saber o que é que os técnicos andam a fazer, eu também preciso de saber dos indicadores de qualidade e preciso conhecer as taxas de execução. A título de exemplo; o sistema operacional; eu vou pintar trimestralmente 50 passadeiras e pintaram 30, porque é que se pintaram 30 e faltam 20, e isso são indicadores de qualidade chama-se taxa de execução que tem que vir refletido, se faz o favor, no relatório de atividades. Só assim é que eu consigo apreciar se é preciso ou não mais funcionários públicos. E é isso que me preocupa. Porque isso chama-se fundamentar a contratação pública. Eu estou muito preocupado em perceber há quantos anos estão abertos estes 20 lugares da comissão de serviço, sabendo que são duplicações de lugar em que ficam os lugares retidos e que estão a custar mais gente no Mapa de Pessoal. Essa é a minha preocupação. Esse foi o teor da minha intervenção. Sobre outra questão que eu fiquei por perceber nestes quatro lugares que são aplicados à questão da mobilidade quais é





que são os departamentos que faltam preencher, que eu não consegui ler no Mapa de Pessoal.”-----

-----**A Senhora Deputada Catarina Isabel Assis de Sousa, do Grupo Político Municipal do SIM ACREDITA – L.PS, proferiu a seguinte:**-----

-----“Efetivamente estes argumentos que ouvimos são sempre os mesmos. O disco toca sempre na mesma forma. É preciso é ler os documentos e estarmos informados do que vimos aqui dizer. O que eu li aqui, se calhar não foi o mesmo que o Senhor Deputado leu. Eu não li aqui em momento nenhum e vou citar o que está aqui: pretende-se a afetação destes postos de trabalhos de determinadas unidades orgânicas previstas do atual Mapa de Pessoal a outras unidades orgânicas, também elas previstas no atual Mapa de Pessoal. Agora peço que preste atenção, porque penso que não leu de forma cuidada os documentos, tal alteração não implica o aumento ou a eliminação de postos de trabalho e não tem implicações ao nível dos recursos financeiros disponibilizados. Portanto, toda aquela teoria que apresentou aqui de haver mais custos, caiu por terra. Acho que temos que ler com calma os documentos, analisá-los, eu percebo que tem que marcar alguma posição, mas quem o faz, penso que o deve fazer cingindo-se só ao que veio à Assembleia e ao que é real. Discutir o assunto real.”-----

-----**O Senhor Deputado Eduardo Ribeiro Teixeira, do Grupo Político Municipal do PSD, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:**-----

-----“Só duas questões muito breves. Eu vou referir aqui uma. O Senhor Presidente da Câmara referiu que os Senhores Presidentes de Junta lhe pedem pessoal. Até pensei que o Senhor Presidente ia dizer que os Presidentes de Junta, continuam-lhe a pedir emprego. Porque 30% dos Presidentes de Junta já trabalham no universo da Câmara. Pensei que efetivamente fosse isso. Outra questão que pode responder, porque isto é verdade, não tem nada a ver, não tenho nada contra, é só um reparo, a outra questão





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

que eu queria pôr à Senhora Vereadora com o pelouro da Educação, não sei se já fez a análise, ou até mesmo o Senhor Vice-Presidente, financeira na questão das transferências de competências do Governo Central para as autarquias, se já fizeram as contas no setor da Educação. Isto é, se as verbas que foram transferidas para essas mesmas competências, se o dinheiro chega, se não chega, porque tenho lido nos jornais constantemente alguns Presidentes de Câmara e alguns Vereadores com o pelouro da Educação, a queixarem-se que as verbas que não chegam, que são insuficientes para a despesa que o Governo Central passou aos Municípios. É só esta questão para ser esclarecida." -----

**-----O Senhor Deputado e Presidente de Junta da Freguesia de Pombeiro, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte: -----**

-----"Venho aqui, sim, só para esclarecer o seguinte, o Senhor Deputado Eduardo Teixeira e toda a gente, eu já era funcionário da Câmara. Portanto, não vamos ver um tudo por um todo, isto é assim, independentemente de tudo, a minha honra está em causa e não gosto que se fale desta maneira em detrimento de qualquer pessoa. Muito menos na minha pessoa porque eu não falo mal de ninguém."-----

**-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, concluiu a sua intervenção: -----**

-----"Tentando responder e esclarecer o Senhor Deputado Eduardo Silva. Fico mesmo grato por me ter colocado essas questões que são para mim extremamente importantes. Eu concordo consigo quanto à avaliação de desempenho ou fator de monitorização daquilo que é o desempenho dos trabalhadores são extremamente importantes, e isso são de facto ferramentas tecnológicas e foi isso que nós fizemos no último mandato e fizemos agora com um investimento de mais de um milhão de euros de um sistema que estava completamente desatualizado e completamente ultrapassado neste Município. A avaliação de desempenho neste Município estava toda por fazer quando aqui chegamos. E terceiro, dar-lhe nota também, se não sabe fica a





saber, que o Município já dispõe, hoje, em vários serviços um sistema de gestão de qualidade certificada. Portanto, temos que o continuar a melhorar, estendê-lo aos serviços todos, mas que já o temos. Fica a saber, porque é importante que esclareçamos isto. Que nós temos a mesma preocupação. Dar nota também àquilo que o Senhor Deputado Eduardo Teixeira falou e relativamente aos Senhores Presidentes de Junta, dizer-lhe que é para mim um prazer trabalhar com todos os Presidentes de Junta, e eu acho que há uma coisa que nós não podemos dizer quando andamos a fazer campanha no território quando nos apetece, que é antes de sermos Executivo vamos andar a bater às portas para dizer que os Senhores Presidentes de Junta que são os melhores e que são os que estão mais próximos da população e conseguem, no fundo, identificar mais depressa os problemas, e depois quando vimos para aqui não podemos ter outro tipo de atitude que não seja aquela de trazer essa proximidade para aquilo que é a gestão Municipal para podermos estar também próximos dos munícipes. Dizendo-lhe também, para que todos fiquem esclarecidos, que para quem quer que seja, Presidente de Junta ou qualquer funcionário ou trabalhador desta casa, seguem-se os procedimentos legais para a sua contratação. Como é óbvio ninguém está impedido, não havendo impedimentos continuam a trabalhar certamente.”-----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 8 da Ordem do Dia: -----

**Deliberação:** - A Assembleia Municipal delibera, em cumprimento das disposições previstas no artigo 33.º n.º 1 alínea c), artigo 25.º n.º 1 alínea o), ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, artigo 3.º, n.º 2 alínea a), do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, aprovar a alteração ao mapa de pessoal, conforme proposta da Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por **40** votos a favor, **0** votos contra e **7** abstenções.

-----Encontravam-se na sala **47** membros dos **47** que compõem a Assembleia.-----







9. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FELGUEIRAS.

-----Não houve qualquer intervenção. -----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 9 da Ordem do Dia: -----

**Deliberação:** - A Assembleia Municipal delibera, com fundamento no artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, nomear o Conselho Municipal de Educação, nos termos da proposta apresentada pela Câmara Municipal. --

-----Esta deliberação foi tomada por **47** votos a favor, **0** votos contra e **0** abstenções.

-----Encontravam-se na sala **47** membros dos **47** que compõem a Assembleia.-----

10. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS – NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO.

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, fez a introdução do ponto:**-----

-----“É uma formalidade em que compete à Assembleia designar o auditor. O procedimento está feito. Está assegurado. E há uma redução de custo também. É de salientar relativamente a isso.”. -----

-----Não houve qualquer intervenção. -----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 10 da Ordem do Dia:-----

**Deliberação:** - A Assembleia Municipal delibera, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, nomear como auditor externo, a Sociedade “Artur Moreira & Ricardo Pereira – SROC, Lda.”, conforme proposta da Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por **47** votos a favor, **0** votos contra e **0** abstenções.

-----Encontravam-se na sala **47** membros dos **47** que compõem a Assembleia.-----

11. PROJETO “LIGAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE CABEÇA DA PORCA (FELGUEIRAS) À A11 – DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL.





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, fez a introdução do ponto:**-----

-----"Muito bem, Senhor Presidente, acho que apesar de ser apenas ainda um formalismo, mas é sinal de que é um projeto tão ansiado há muitos anos e está em marcha, e continuará a andar. Apesar de sabermos isso, muitas das vezes vamos tratando de alguns documentos que são necessários para a formalização e estou certo que muito em breve poderemos ter o concurso da obra de empreitada já em andamento. Já foi lançado o concurso para a fiscalização, ele é publico, está no Diário da República um procedimento de cerca de 700 mil euros. Portanto, brevemente virá, penso eu, aquilo que é o concurso para a própria empreitada. Neste momento, por uma questão legal, é obrigatório solicitar à Assembleia esta declaração de reconhecimento do interesse municipal desta via tão ansiada, da variante até Cabeça de Porca, e que isto enquadra um bocadinho com a questão da reserva ecológica, portanto para que as Infraestruturas de Portugal possam prosseguir com a questão dos procedimentos é necessário que a Assembleia aprove esta declaração de reconhecimento de interesse municipal. O que muito nos agrada e que saliento mais uma vez, de que o processo está a andar. Reconhecidamente é uma obra que estará em breve certamente no terreno. Vamos esperar que isso aconteça o mais rápido possível para bem de todos os Felgueirenses. Isto foi tempestivamente introduzido na reunião de Câmara e fazer aqui também um reconhecimento aos Senhores Vereadores pela sua anuência relativamente a esta matéria."-----

-----Inscreveu-se, para usar da palavra: -----

-----**O Senhor Deputado Eduardo Ribeiro Teixeira, do Grupo Político Municipal do PSD, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:**-----

-----"Obviamente que votaremos a favor deste ponto, não poderia ser de outra forma, estamos plenamente de acordo. Só que, efetivamente temos que pedir que não seja o





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Ministro Pedro Santos a decidir porque corremos o risco de, logo a seguir, o Primeiro Ministro revogar e desautorizá-lo, e como ele passou por cá a fazer esta promessa esperamos que tudo corra bem porque é o objetivo que todos nós Felgueirenses temos. Dizer aqui apenas que esta questão, também eu já sei que vão tirar louros, que ao fim de tantos anos conseguiram a ligação de Cabeça de Porca a Moure. Só quero lembrar que os Executivos do PSD conseguiram a ligação da rotunda da Trofa à rotunda de Portas da Cidade. Os Socialistas não gostam de ouvir as verdades, ficam muito incomodados. Porque nesses oito anos, conseguimos ligar, fomos nós, os do PSD, o Concelho ligar a rotunda da Trofa à rotunda das Portas da Cidade. Já vai em cinco anos, ainda não se conseguiu, em oito não conseguimos ligar Moure a Cabeça de Porca. Isto está no bom caminho. Acredito, mas sabemos do historial daquele Ex-Ministro das Infraestruturas que assinou um acordo qualquer ali numa tenda para os lados de Sendim, que já está no Parlamento Europeu e falhou em toda a linha com as promessas, como já tinham falhado os Governos Centrais em toda a linha com Felgueiras desde 1998, curiosamente também a maioria deles do Partido Socialista, foi aqui naquela sala ao lado que o Ministro também das Infraestruturas Socialista assinou o acordo das variantes até levou a medalha de ouro da cidade entregue em mão pela Presidente Socialista Fátima Felgueiras. Portanto em 1998, vejam bem a história disto, e também lamentar o seguinte: É que dentro deste apoio à ligação às zonas industriais, já o disse aqui e vou renovar, Paredes de Coura que é um concelho muito inferior a Felgueiras, com muito menos potencial que Felgueiras já tem a sua variante da A28, se a memória não me atraiçoa, ou da A7, acho que é A28, mas é que tem a sua ligação, Paredes de Coura já tem a sua ligação pronta e nós Felgueiras ainda não temos. E também aqui com algum, digamos, pesar é que isto a variante conforme conhecemos com duas faixas de rodagem para cada lado com divisão ao meio parece que está fora de hipótese. Isto não vai ser uma variante, vai ser estrada de ligação. Parece que só tem uma faixa de rodagem, pelo menos é aquilo que apontam pelos





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

conhecimentos que me vão chegando, mas o Senhor Presidente saberá isso melhor com certeza. Espero bem que seja mentira. Duas faixas de rodagem para cada lado, até porque esta variante, esta estrada será a mais perigosa de todas elas porque tem grande inclinação entre Cabeça de Porca e Moure e que efetivamente possa ter duas faixas de rodagem e divisória ao meio. Que tenha a segurança máxima para todos nós. Para terminar, o seguinte: Também já chamei a atenção da rotunda de Várzea junto à Igreja de Várzea, quando esta via estiver concluída aquilo vai ser um pandemónio, o trânsito não vai fluir nas horas de ponta e as filas irão atingir centenas de metros. Eu acho que, permita-me a sugestão, a Câmara Municipal em sede de diligências para que a rotunda em Várzea possa ser igual à rotunda da Cooperativa para que o trânsito possa fluir melhor. Portanto é um reparo que eu deixo.” -----

-----**A Senhora Deputada Catarina Isabel Assis de Sousa, do Grupo Político Municipal do SIM ACREDITA – L.PS, proferiu a seguinte:**-----

-----“Ao longo desta noite já ouvi falar do Partido Socialista imensas vezes. Eu não sei se temos culpa ou não, mas se o tivemos e nas suas palavras temos, não nos revemos certamente. Mas há uma coisa que ninguém tira ao Partido Socialista, que é de fazer parte da Coligação que resolveu todos estes problemas e essa benesse será sempre nossa. Espero que daqui para a frente nas suas intervenções também faça esses reparos e que diga que os atuais militantes do Partido Socialista também fizeram parte da aprovação de temáticas com mais de 20 e 30 anos, em que algumas delas eu nem sequer era nascida. Queria só deixar esse pedido para vermos também não só um copo meio vazio, mas deixarmos um copo cheio.” -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, fez a seguinte intervenção:**-----

-----“Apenas um minuto. Agradecer os reparos do Senhor Deputado Eduardo Teixeira relativamente à rotunda de Várzea, que para mim faz todo o sentido. Mas há que metermos na cabeça uma coisa, nós não queiramos o céu e a terra e tudo ao mesmo





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

tempo. Se calhar pode ter sido esse algum dos problemas no passado que não nos levou a lado nenhum, se calhar levou a que não se fizesse nada. Quando às vezes tudo queremos, nada acontece. É melhor que as coisas vão acontecendo. Uma coisa é certa, a variante estava metida numa gaveta dependente daquilo que era a vontade política de poder assumir uma parte da comparticipação da obra. Falamos nisso, discutimos isto em Assembleias se deveríamos ter assumido ou não. A verdade é uma só, se não tivéssemos dado esse passo ela hoje, ela não foi prometida pelo Senhor Ministro Pedro Nuno Santos, quem esteve cá na altura a anunciar foi o Ministro Pedro Marques. Se não tivesse sido esse momento ela hoje não constava no PRR, na famosa bazuca. Não estou enganado Senhor Deputado, faça o trabalho de casa e vai ver que variantes similares a estas não são lá muitas, está uma de Viseu, cruzei-me precisamente no mesmo dia que fui às Infraestruturas de Portugal com o saudoso Presidente de Câmara, falecido, Almeida Henriques, nas Infraestruturas de Portugal. Portanto, dizer-lhe que esta obra vai ser uma realidade custe o que custar, doa a quem doer, independentemente dos louros. Uma coisa é certa, a obra vai ficar à disposição dos Felgueirenses, e daqueles que não são Felgueirenses que a vão utilizar. Se a vamos poder melhorar ao longo dos anos, se podemos fazer, eu recorro-me e dou um exemplo muito simples, não seria muito difícil por exemplo, já que às vezes gostamos muito de comparar o nosso concelho com concelhos vizinhos, quantos anos andou para se resolver a saída da autoestrada em Guimarães, aquele nó que tanto complicava, quantos anos? Então quando se ia de férias que se entrava e ia para a Póvoa, com os camiões ao fim da tarde, quantas vezes aquela autoestrada entupia porque não tinha de facto via e só agora, há pouco tempo, é que foi efetuada. Cada coisa a seu tempo. Neste momento temos que garantir uma coisa, que a variante seja feita. Porque há uma coisa que é certa, se a variante não for feita, embora fosse uma necessidade já, eu assumo isso, que até seria importante desde já ali uma passagem desnivelada que devia ter sido pensada se calhar numa fase inicial da obra, que devia





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

ter sido pensada, mas não foi, aí temos que aceitar que são opções que em determinadas alturas podemos achar que são as melhores e depois porventura possam não ser. Uma coisa é certa, avançando a variante nós podemos no futuro e estaremos cá todos certamente, seja como autarcas, seja como Deputados, seja como cidadãos comuns, lutaremos todos para que isso aconteça, como é óbvio, porque é uma obra relevante e importante para o Município. Muito obrigado pelos seus reparos Senhor Deputado. Sobre aquela questão das vias, aquilo que está previsto, embora neste documento o que fala é sempre da via, ou seja, no seu todo ela terá, sempre que haja necessidade de subidas e isso, mas haverá sempre um segunda via. Ela tem três vias em todo a extensão, portanto será compensada de um lado ou do outro em função do desnivelamento da estrada.”-----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 11 da Ordem do Dia:-----

**Deliberação:** - A Assembleia Municipal delibera aprovar o Reconhecimento de Interesse Municipal do projeto de “Ligação da Zona Industrial de Cabeça de Porca (Felgueiras) à A11”, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por **46** votos a favor, **0** votos contra e **0** abstenções.

-----Encontravam-se na sala **46** membros dos **47** que compõem a Assembleia.-----

12. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE MARGARIDE (SANTA EULÁLIA), VÁRZEA, LAGARES, VARZIELA E MOURE.

-----Não houve qualquer intervenção. -----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 12 da Ordem do Dia:-----

**Deliberação:** - A Assembleia Municipal, delibera, nos termos previstos na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração do







ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Felgueiras e a União de Freguesias de Margaride (Santa Eulália), Várzea, Lagares, Varziela e Moure, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por **45** votos a favor, **0** votos contra e **0** abstenções.

-----Encontravam-se na sala **45** membros dos **47** que compõem a Assembleia.-----

13. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE MARGARIDE (SANTA EULÁLIA), VÁRZEA, LAGARES, VARZIELA E MOURE.

-----Não houve qualquer intervenção. -----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 13 da Ordem do Dia:-----

**Deliberação:** - A Assembleia Municipal, delibera, nos termos previstos na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Felgueiras e a União de Freguesias de Margaride (Santa Eulália), Várzea, Lagares, Varziela e Moure, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por **46** votos a favor, **0** votos contra e **0** abstenções.

-----Encontravam-se na sala **46** membros dos **47** que compõem a Assembleia.-----

14. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS E A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MACIEIRA DA LIXA E CARAMOS.

-----Não houve qualquer intervenção. -----

**Deliberação:** - A Assembleia Municipal, delibera, nos termos previstos na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Felgueiras e a União de Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 14 da Ordem do Dia:-----

-----Esta deliberação foi tomada por **46** votos a favor, **0** votos contra e **0** abstenções.

-----Encontravam-se na sala **46** membros dos **47** que compõem a Assembleia.-----

15. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS E A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA COVA DA LIXA E BORBA DE GODIM.

-----Não houve qualquer intervenção. -----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 15 da Ordem do Dia:-----

**Deliberação:** - A Assembleia Municipal, delibera, nos termos previstos na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Felgueiras e a União das Freguesias de Vila Cova da Lixa e Borba de Godim, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por **46** votos a favor, **0** votos contra e **0** abstenções.

-----Encontravam-se na sala **46** membros dos **47** que compõem a Assembleia.-----

16. PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL.

-----Não houve qualquer intervenção. -----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 16 da Ordem do Dia:-----

**Deliberação:** - A Assembleia Municipal, delibera, com base na alínea g) do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a Alteração do Regulamento do Arquivo Municipal, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por **46** votos a favor, **0** votos contra e **0** abstenções.

-----Encontravam-se na sala **46** membros dos **47** que compõem a Assembleia.-----





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

17. PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIOS DE PASSAGEIROS (TRANSPORTES EM TÁXI).

-----Não houve qualquer intervenção. -----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 17 da Ordem do Dia:-----

**Deliberação:** - A Assembleia Municipal, delibera, com base na alínea g) do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a Alteração do Regulamento de Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros (Transporte em Táxi), conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por **46** votos a favor, **0** votos contra e **0** abstenções.

-----Encontravam-se na sala **46** membros dos **47** que compõem a Assembleia.-----

18. PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA – ZEDL.

-----Não houve qualquer intervenção. -----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 18 da Ordem do Dia:-----

**Deliberação:** - A Assembleia Municipal, delibera, com base na alínea g) do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a Alteração do Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada – ZEDL, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por **47** votos a favor, **0** votos contra e **0** abstenções.

-----Encontravam-se na sala **47** membros dos **47** que compõem a Assembleia.-----

19. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE EXPLORAÇÃO DE MODALIDADES AFINS DOS JOGOS DE FORTUNA OU AZAR NO MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS.

-----Não houve qualquer intervenção. -----





-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 19 da Ordem do Dia:-----

**Deliberação:** - A Assembleia Municipal, delibera, com base na alínea g) do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o Regulamento Municipal de Exploração de Modalidades Afins dos Jogos de Fortuna e Azar no Município de Felgueiras, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por **46** votos a favor, **0** votos contra e **0** abstenções.

-----Encontravam-se na sala **46** membros dos **47** que compõem a Assembleia.-----

20. PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO, COBRANÇA E PAGAMENTO DE TAXAS E DEMAIS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS - TABELA DE TAXAS E PREÇOS E RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.

-----Inscreveu-se, para usar da palavra: -----

-----**O Senhor Deputado José Carvalho Mendes, do Grupo Político Municipal do PSD, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:** -----

-----"Vou ter uma tarefa muito complicada neste momento a esta hora ter que falar de um tema que tem a ver com a questão das taxas. Vou tentar aligeirar de forma a tornar isto o mais rápido possível, mas não posso deixar de o fazer, mesmo que tenha sido chamado a atenção por parte do Senhor Presidente que este documento esteve em consulta pública. Este, tal como os anteriores. E o que se verificou é que não houve qualquer participação, qualquer contributo. O que é que significa isto; é que mais uma vez o procedimento foi cumprido, mas na prática não teve o impacto ou efeito que deveria ter que dar a oportunidade de as pessoas falar e poder melhorar o projeto. Em todo o caso, eu vou dar aqui a minha opinião sobre este projeto estando sujeito naturalmente às críticas, como já fui no passado e moralismos de pessoas que devem ler estes documentos todos que já deveria ter apresentado essas alterações ou sugestões anteriormente. Relativamente a isso eu vou fazê-lo porque considero que





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

devo fazê-lo. Em todo o caso, queria aqui apresentar uma sugestão no sentido de melhorar eventualmente esse tipo de situações já o disse ao Presidente da bancada para apresentar na reunião de Comissão Permanente, falar com o Senhor Presidente no sentido de encontrar um mecanismo que, tal como acontece para os convites para eventos para os Deputados Municipais, que seja criado um mecanismo de alerta aos membros da Assembleia Municipal quando houvesse, é tudo público eu sei, que há gente que vê isso todos os dias, eu pessoalmente não tenho e assumo, eu sei que como Deputado temos a obrigação de estar sempre atentos àquilo que sai da Câmara, mas pessoalmente não tenho tempo e o que eu sugiro é isso e a sugestão se quiser aceitar e se não quiserem está tudo bem na mesma. Seria criar um mecanismo entre a Câmara e o Presidente da Assembleia Municipal no sentido de enviar uns alertas sempre que fossem discutidos assuntos importantes, isso se pretende naturalmente que possa vir um maior contributo. Bom, relativamente a esta questão desta tabela eu queria dizer o seguinte: A tabela de taxas é um conjunto de taxas que são aprovadas e que tem que ser devidamente fundamentadas. Há uma lei que obriga a fundamentar cada uma das taxas para justificar a sua cobrança. O objetivo dessa lei é naturalmente tentar evitar que as Câmaras, os Municípios, cobrem taxas por tudo e por nada. Isso não teve muitos efeitos, porque na prática as Câmaras acabam por criar sempre mecanismos para poder justificar uma taxa e daí termos, no caso de Felgueiras, uma tabela com mais de uma centena de taxas. Em relação às taxas, naturalmente do Município, não me vou referir a todas elas, mas umas justificam-se. Aliás, porque a Câmara também precisa de receitas, mas outras na minha opinião justificam-se menos. Portanto, e era nessa parte que eu queria alertar que na minha opinião há aqui algumas taxas na tabela que levantam algumas dúvidas quanto à fundamentação da sua aplicação e ao valor que é cobrado. Eu vou dar apenas alguns exemplos para terminar este ponto. É o caso do preço das fotocópias de autenticação de documentos custo de impressão de cada folha, o custo do cartão jovem, quando pretendemos





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

apoiar os jovens, a taxa aplicada por ter um horário de estabelecimento, quando esse estabelecimento já paga IMI e outros tributos, o pagamento de uma taxa para permitir a realização de espetáculos desportivos e de divertimento, o pagamento de diversas taxas aquando pedido uma licença de construção, quando o prédio será sujeito a IMI, os preços das feiras e mercados municipais, face à dificuldade económicas que muitos comerciantes atravessam, os custos de cedência do Auditório da Biblioteca Municipal, apesar de existirem a possibilidade de isentar o seu uso e finalmente em relação a mais de uma centena de taxas aplicadas ao desporto, quando um dos objetivos da Câmara deveria ser fomentar a prática desportiva. Esse argumento que certamente vão dizer que essas taxas já existiam há muito tempo e que apenas fizeram aqui algumas atualizações, esse argumento é válido, no entanto continuo a considerar que alguma dessas taxas são exageradas e implicam custos injustificados aos Municípes.” -

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, fez a seguinte intervenção:**-----

-----“Só para dar nota e também corroborar, como o Dr. José Mendes fez a intervenção, se nós não viéssemos rebater aquilo que efetivamente, mas neste caso não vai ser rebatida, vai ser concordar consigo. As taxas já existiam anteriormente, é verdade. Quando me fala das taxas por exemplo do urbanismo e isso, dar-lhe nota que a sorte foi nós termos baixado o IMI que nos permite aqui aligeirar a conta do deve e do haver e prometido. De qualquer das formas, dar nota também que quem fez este regulamento foi um ilustre jurista, também contratado por um Executivo que não era o nosso. Portanto, também ficar tranquilo relativamente a isso para perceber que foi um jurista, não é só cumprindo a lei, os nossos cumprem a lei, não é por ser outro noutro tempo que não cumpre a lei, cumpre a lei, mas para ficar mais tranquilo de às vezes não achar que a gente disparou aqui as taxas, não, pelo contrário. Nós procuramos até arranjar o equilíbrio necessário àquilo que são as situações que nos coloca aqui em concreto. Dizer-lhe, não queremos, de facto onerar nenhum munícipe e se pudermos







ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

aligeirar aquilo que são as suas contas no dia a dia, o faremos. Mas, como é óbvio, nenhum Município resiste sem receita. Não se pode tirar tudo ao Município. Vêm aqui pedir impressão de documentos, o Município tem que pagar as fotocópias, tem o trabalho das pessoas e, portanto, o Município, como é óbvio, tem que ser ressarcido desses valores. Nesse sentido, procuramos sempre esse equilíbrio. Por isso, dizer-lhe que concordo consigo. De facto, as taxas já existiam, nós tentamos não mexer muito naquilo que já existia.”-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José da Silva Campos, proferiu o seguinte:**-----

-----“Queria dizer ao Senhor Deputado José Mendes que todos estes documentos que quando saem da Câmara são no dia seguinte ou passados dois dias comunicados a todos os Senhores Deputados. Mesmo assuntos que não venham à reunião de Câmara são remetidos para todos os Senhores Deputados. Eu sei que às vezes custa a gente não ler, mas essa questão do alerta depois já serão os serviços de informação ou comunicação que podem colocar esses alertas.”-----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 20 da Ordem do Dia:-----

**Deliberação:** - A Assembleia Municipal, delibera, com base na alínea g) do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a Alteração do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Demais Receitas do Município de Felgueiras, e respetiva Tabela de Taxas, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por **46** votos a favor, **0** votos contra e **1** abstenção. -

-----Encontravam-se na sala **46** membros dos **47** que compõem a Assembleia.-----

**21. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATIVIDADES DIVERSAS.**

-----Não houve qualquer intervenção. -----





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

*[Handwritten signature]*

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 21 da Ordem do Dia:-----

**Deliberação:** - A Assembleia Municipal, delibera, com base na alínea g) do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o Regulamento Municipal de Atividades Diversas, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por **47** votos a favor, **0** votos contra e **0** abstenções.-

-----Encontravam-se na sala **47** membros dos **47** que compõem a Assembleia.-----

22. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS.

-----Não houve qualquer intervenção. -----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 22 da Ordem do Dia:-----

**Deliberação:** - A Assembleia Municipal, delibera, com base na alínea g) do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Felgueiras, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por **47** votos a favor, **0** votos contra e **0** abstenções.-

-----Encontravam-se na sala **47** membros dos **47** que compõem a Assembleia.-----

23. PROJETO DE REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E DE PUBLICIDADE.

-----Inscreveu-se, para usar da palavra: -----

-----**O Senhor Deputado José Carvalho Mendes, do Grupo Político Municipal do PSD, no uso da palavra que lhe foi concedida, proferiu o seguinte:** -----

-----"Aquilo que referi em relação ao ponto anterior, que participei, aplica-se na mesma aqui. É claro que todos esses assuntos deveriam ter sido discutidos quando





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

estava em consulta pública. Mas é triste verificar que de facto, enfim, que isso não funciona. Em todo o caso, não posso deixar de referir que este ponto é objeto de votação na Assembleia. O que é que significa, pode ser aprovado ou não. E o que é que significa, temos o direito de nos pronunciar sobre o documento, independentemente desta questão do projeto. É claro que isso não vai ter efeitos na alteração do texto, mas pode levar aos Senhores Deputados aprovar ou não aprovar. Relativamente a esse regulamento só tenho um aspeto a referir que é o seguinte: Não há dúvida nenhuma que tem que haver regras quanto à utilização do espaço público, portanto disso não há dúvida, principalmente quando se colocam questões de segurança, questões de ordenamento do território e questões que tem a ver com a vida dos munícipes. Agora, mais difícil de aceitar é que quando se criam normas que de uma certa forma possam limitar a atuação dos munícipes e que normalmente tem em vista não é uma questão de ordenamento, mas se calhar mais uma questão, mais uma vez financeira, porque as autarquias necessitam de receitas. O aspeto que eu quero aqui salientar tem a ver com o aspeto que está no projeto que tem a ver com a tributação da publicidade. Portanto, esta questão da tributação da publicidade já é uma coisa muito antiga que eu acompanho nas Assembleias Municipais há mais de 20 anos e de facto não poderia de deixar intervir relativamente a esta matéria. Isto porquê? Porque nós já sabemos que de acordo com a IGT que eu não vou aqui referir, para se poder cobrar uma taxa é necessário que haja um pedido do contribuinte de um serviço à Câmara, que é o caso das fotocópias, e outros, ou então quando há ocupação de espaço público ou então quando é necessário, uma licença e novamente a justificação são para poder cobrar uma taxa é que quando o munícipe quer um serviço cria um dispêndio à Câmara e esse dispêndio obviamente tem que ser cobrado. É isso que acontece com as licenças de publicidade. As pessoas quando pretendem colocar uma publicidade num determinado local naturalmente que tem de ser avaliado se a publicidade cria problemas, aliás vários tipos de problemas em vários aspetos que





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

tem de ser analisados. E daí a justificação do pagamento da licença da publicidade. Há, no entanto, alguns aspetos que me preocupam que têm a ver muitas das vezes com aquelas situações das publicidades que não ocupam espaço público, mas que estão em espaço privados e que mesmo assim possam ser abrangidos pelas taxas de publicidade porque estão em ligação com o espaço público. Aliás, era isso que eu queria perguntar ao Senhor Presidente, e gostaria que tomasse nota do artigo que é o artigo 4.º n.º 1 alínea l) que define um conjunto de conceitos e que refere o conceito de espaço privado de uso público. Portanto, o que é um espaço privado de uso público, é aquele que se encontra franqueado ou público sem restrições de acesso em relação funcional com o espaço público que é adjacente. Portanto, eu gostaria de perceber qual é a interpretação que fazem do que é um espaço privado de uso público e qual é o impacto que isso tem ao nível em que situações é que os munícipes vão ter que pagar uma taxa de publicidade apesar de a publicidade estar num espaço privado. Esse aspeto é importante porque este é um dos aspetos que tem levantado mais celeuma na questão da taxa de publicidade. Depois queria aqui chamar a atenção relativamente à taxa de publicidade que no passado já houve muitos problemas por causa disso. Porquê? Porque no passado as autarquias obrigavam naturalmente os munícipes a pagar uma taxa de publicidade, e depois o munícipe tinha que pagar uma taxa todos os anos relativamente aquela publicidade. E essa situação foi considerada ilegal. Porquê? Porque o pagamento da taxa anual deixava de cumprir um dos requisitos da taxa, ou seja, a Câmara não tinha qualquer intervenção nem qualquer encargo com a renovação. Portanto, considerado ilegal e todas as Câmaras tiveram de deixar de cobrar a taxa de publicidade devido a esse aspeto. Mas, naturalmente que as Câmaras muito rapidamente encontraram uma solução. Ora bem eu não posso cobrar uma taxa anual porque não tem qualquer dispêndio com a renovação, o que é que eu vou fazer, vou obrigar o contribuinte a ter que pedir nova licença, ou seja aquela caducou, vai ter que pedir uma nova e ao pedir uma nova está-nos a dar trabalho outra vez em termos





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

de análise e já podemos justificar a nova taxa. Ora bem, é sobre esta taxa que está prevista no regulamento no seu artigo 44.º que refere claramente que a validade de renovação das licenças, diz o número 1 que as licenças, tem um prazo de validade que consta na licença que não pode ser superior a dois anos e o número 2 diz que tem que operar a renovação da licença tendo que entregar um conjunto de documentos e ficam dispensados alguns documentos caso não haja alteração das condições. Portanto, onde quero chegar com isso, este é um artifício para cobrar novamente uma taxa aos munícipes. E naturalmente que faz algum sentido ter que pagar alguma coisa, o que eu não concordo é que tenha que pagar os mesmos valores pela primeira licença do que pela renovação. Portanto, na minha opinião a renovação da licença deveria ter um custo mais aligeirado na medida em que o dispêndio da Câmara já não é o mesmo visto que muitas vezes a renovação é exatamente o mesmo processo, ou seja, não mudou nada, apenas queremos continuar a ter a publicidade no mesmo local, na mesma estrutura durante mais um ou dois anos, a Câmara não tem tantos dispêndios na análise do processo, penso que deixaria de ter de pagar eventualmente o custo de apreciação 15 euros, mais 35 euros pela emissão de uma nova licença e mais o pagamento de vários valores que tem a ver com a questão da área e dos meios que são utilizados. Portanto, é quanto a essa questão que eu quero aqui manifestar a minha discordância, eu sei que a publicidade, a taxa de publicidade é muito apetecível aos municípios. Quero chamar atenção, que as empresas que colocam a publicidade é com o objetivo de aumentar os seus rendimentos e com isso aumentar o nível de emprego e qualidade de vida dos munícipes e quero aqui chamar atenção que sobre os lucros as empresas já se pagam impostos. Portanto, eu penso que a Câmara em relação a esta questão da taxa de publicidade tem que ter de facto cuidados relativamente a questões locais e questões de regulamentação, mas estar menos preocupado com a questão do nível de receita relativamente a essas taxas. Só para terminar esta questão, foi aqui referido na Assembleia relativamente a uma questão,





de quando o Senhor Eduardo colocou a questão de não ser dado informação aos pedidos que são feitos, de facto foi-me remetida a resposta a um pedido que eu fiz, mas quero aqui referir que aquilo que me foi transmitido não foi aquilo que eu pedi. Em todo o caso, não vale a pena estar a perder mais tempo com isso. Aquilo que eu solicitei foi informação de quais os benefícios, os custos que a autarquia teve com os benefícios dos comerciantes por ter perdoado taxas de água, etc... e o que me foi enviado foi aquilo que a autarquia gastou com o Covid, não foi isso que eu pedi. O que eu queria era saber qual foi o impacto daqueles apoios que foram divulgados, e que houve aqui uma Deputada que também referiu que estava *claro como água*, mas qual foi o impacto que isso teve em benefício. Essa informação não foi fornecida, também já foi aqui dito que é fácil obter aqui informação, é esquecer o que eu disse já numa Assembleia é que quando forem criados sistema de apoio aos munícipes seria importante que fosse criado um sistema de controle desses apoios.”-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Fonseca, no uso da palavra que lhe foi concedida, fez a seguinte intervenção:**-----

-----“Apenas dizer que relativamente às taxas, o que nós tivemos foi uma pequena atualização e que há aqui diferenças efetivamente, por exemplo entre taxas que vão ser aplicadas para publicidade a meio ano ou um ano. Quanto à questão das empresas, o Senhor Deputado José Mendes, se a Coca-Cola ou o McDonald’s eventualmente, que até nem tem sede em Felgueiras, quiserem vir cá fazer publicidade vão ter que pagar, quer queiram quer não. Portanto, há coisas que a gente por mais vontade que às vezes tenha e preocupa-me também às vezes noutros termos de regulamentos até porque discutíamos isso em reunião de Câmara, que nós próprios que estamos aqui e falamos muitas vezes de questões partidárias e dos partidos, nós somos dos primeiros a prejudicar aquilo que muitas das vezes é a poluição visual com a questão de publicidade relativamente aos partidos, independentemente de qual é o partido ou não. Portanto, temos que ter essa coisa e se calhar até entre nós, entre os







partidos municipais, que cheguei a falar nisso com os Vereadores que nos sentamos para assinarmos um acordo entre nós para, no fundo, garantir que isso não aconteça no futuro. Há muitas empresas que prestam serviços a outros e que ganham dinheiro com isso, e não pode. Há empresas que fazem única e exclusivamente a venda deste tipo de serviços, de alugueres de publicidade e isso tem que ser taxado, tem que ser pago.”.-----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 23 da Ordem do Dia:-----

**Deliberação:** - A Assembleia Municipal, delibera, com base na alínea g) do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Publicidade, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por **46** votos a favor, **0** votos contra e **1** abstenção.-

-----Encontravam-se na sala **47** membros dos **47** que compõem a Assembleia.-----

24. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO - TABELA DE TAXAS E RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.

-----Não houve qualquer intervenção.-----

**Deliberação:** - A Assembleia Municipal, delibera, com base na alínea g) do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação e a respetiva tabela de taxas, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o ponto n.º 24 da Ordem do Dia:-----

-----Esta deliberação foi tomada por **47** votos a favor, **0** votos contra e **0** abstenções.-

-----Encontravam-se na sala **47** membros dos **47** que compõem a Assembleia.-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia, Prof. José Campos, dirigiu-se a todos os Deputados fazendo a seguinte intervenção:**-----





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

-----"Meus Senhores, estamos quase no fim da nossa reunião, eu pedia aos Senhores Deputados que pudéssemos votar, até para que algumas destas deliberações tenham já efeitos a partir das 24, 48 horas a seguir à nossa reunião, que aprovássemos as decisões, como é costume, em minuta. Chamava atenção que os pontos que pretendíamos que fossem votados nos termos do artigo do n.º 4 do artigo 42.º do nosso regulamento, ou regimento, são os pontos: 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24. Portanto, se estivessem de acordo e se ninguém se opusesse, fazíamos uma votação conjunta e obviamente que as minutas traduzirão aquilo que foi a votação individual de cada um dos assuntos que nós estivemos a analisar e a discutir. Portanto vamos então votar."-----

-----Seguidamente, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, procedeu-se à votação conjunta do texto das deliberações em minuta, respeitantes aos pontos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24: - **Aprovadas por 47 votos a favor.**-----

-----Encontravam-se na sala **47** membros dos **47** que compõem a Assembleia Municipal.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal proferiu o seguinte: "*Eu vou fazer uma provocação, a Senhora Presidente de Junta da Vila da Longra, amanhã tem festa na sua terra porque amanhã é dia de eleição da Vila, quer dizer alguma coisa Senhora Presidente? Eu vou repetir porque a Senhora Presidente está muito longe, amanhã a Vila da Longra faz anos da sua elevação a Vila e ela está a convidar todos aqueles, os Senhores Deputados, que possam estar no içar da bandeira às 9.45 horas.*"-----

-----De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente de Câmara que proferiu o seguinte: "*Agradecer-vos a presença de todos e sobretudo também para pedir-vos, porque aqui o Senhor Vereador, parece que não, mas faz anos, aqui o Senhor Vereador Ricardo Freitas também dar-lhe os parabéns, espero que ele nos convide a todos agora para podermos finalmente, de forma cordial*





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

*deixar aqui os parabéns ao Senhor Vereador e agradecer-vos a todos pela forma também respeitosa como a Assembleia decorreu. Cumprimentar todos aqueles que ainda não tinha cumprimentado, que nos ouvem e resistem através da Rádio Felgueiras e, portanto, desejar-vos a todos uma boa semana. E também, já agora Senhor Presidente de forma como decorreram ordeiramente as festas de S. Pedro, as festas do concelho, não havendo registos de violência que a nós nos deixa de alguma forma tranquilos e satisfeitos também.*"-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal proferiu o seguinte: "*Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, público aqui ainda presente e resistente, aos ouvintes da Rádio Felgueiras que nos estiveram a ouvir, pedir desculpa de alguma turbulência eventualmente notada, mas quero sobretudo agradecer a forma cordata, disponível com que estiveram nesta Assembleia e pedir desculpa eventualmente de alguma chamadinha de atenção, mas isso é próprio de um Professor que se vocês fossem meus alunos se calhar eu berrava mais um bocadinho. Bom fim de semana para todos e boas férias para aqueles que vão de férias daqui por uns dias.*"-----

-----Finalmente, nada mais havendo a tratar, pela uma hora do dia um de julho, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão.-----

-----As votações foram efetuadas, através do sistema eletrónico e constam em anexo à presente Ata (Doc. n.º 3), bem como a listagem dos comandos atribuídos a cada um dos membros (Doc. n.º 4), da qual fazem parte integrante. -----

-----Para constar e devidos efeitos, lavrou-se a presente ata, com cento e dezoito laudas, que, Margarida Paula Leite Faria Teixeira de Sousa, 1.ª Secretária, e Simone Manuela Dias de Magalhães, 2.ª Secretária, subscreveram, e vai também ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia. -----





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

O Presidente,

Jose da Silva Campos

A Primeira Secretária,

Fernanda Suan

A Segunda Secretária,

Simone Nardes



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL  
DE FELGUEIRAS

Praça da República - Margaride  
4610-116 Felgueiras

T. 255 318000 F. 255 318170  
geral@cm-felgueiras.pt  
www.cm-felgueiras.pt



ASSSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Handwritten marks and signatures in the top right corner.

**RELAÇÃO DE PRESENCAS**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**30 DE JUNHO DE 2022**

**Agostinho do Vale Ferreira**

*Agostinho do Vale Ferreira*

**Américo Jorge Vaz Monteiro**

*Américo Jorge Vaz Monteiro*

**António Alfredo Macedo Alves**

*António Alfredo Macedo Alves*

**António Joaquim Ribeiro da Silva**

*António Joaquim Ribeiro da Silva*

**António Jorge Ferreira da Silva**

*António Jorge Ferreira da Silva*

**Bartolomeu Virgílio Borges Pereira**

*Bartolomeu Virgílio Borges Pereira*

**Carla Cristina Neto Lobão**

*Carla Cristina Neto Lobão*

**Catarina Isabel Assis de Sousa**

*Catarina Isabel Assis de Sousa*

**Diana Margarida Teixeira Ribeiro**

*Diana Margarida Teixeira Ribeiro*

**Eduardo Ribeiro Teixeira, em substituição de Maria de Fátima Fernandes de Castro**  
[artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro]

*Eduardo Ribeiro Teixeira*

**Elisa Odete Serdoura Rodrigues**

*Elisa Rodrigues*

Fernando Miguel da Costa Aires Faria



Gina Maria Sousa Costa



Hélder Filipe Magalhães e Silva



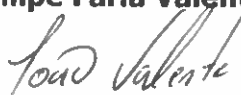
Hernâni Jorge Teixeira Diogo



Hugo Emanuel Pinto Sampaio



João Filipe Faria Valente



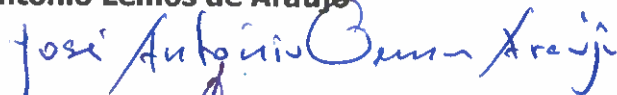
Joaquim Jorge Leite Marinho



José António de Sousa Guimarães



José António Lemos de Araújo



José Carlos Pinto da Silva



José Carlos Santos Lopes



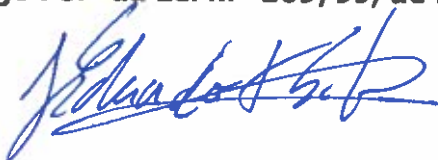
José Carvalho Mendes



José da Silva Campos



José Eduardo Teixeira e Silva, em substituição de João Fernando Lopes de Sousa  
[artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro]





José Manuel da Costa Martins

José Manuel da Costa Martins

José Manuel Fernandes Pinto

José Manuel Fernandes Pinto

Júlia Maria Gomes Silvério Peixoto

Júlia Maria Gomes Silvério Peixoto

Júlio da Silva Pereira

Júlio da Silva Pereira

Leonel Fernando Pinto Coelho da Costa

Leonel Fernando Pinto Coelho da Costa

Lúcia Alexandra Sampaio Valente de Melo Ribeiro

Lúcia Alexandra Sampaio Valente de Melo Ribeiro

Luís Paulo Leite Pinto

Luís Paulo Leite Pinto

Marco César Teixeira da Silva

Marco César Teixeira da Silva

Margarida Paula Leite Faria Teixeira de Sousa

Margarida Paula Leite Faria Teixeira de Sousa

Mário Ribeiro da Costa

Mário Ribeiro da Costa

Mário Rui Pinheiro Gaspar

Mário Rui Pinheiro Gaspar

Marta Manuela Teixeira Simões

Marta Manuela Teixeira Simões

Nuno Miguel Teixeira Lopes

Nuno Miguel Teixeira Lopes

Paulo Eduardo Macedo Pereira

Paulo Eduardo Macedo Pereira

Paulo Jorge Brochado Soares

Paulo Jorge Brochado Soares

Rui Miguel Ribeiro de Oliveira

Rui Oliveira

Sandra Alice da Silva Loureiro

Sandra Alice da Silva Loureiro

Sandra de Fátima Mendes Teixeira

Sandra Teixeira

Sandro Davide Sousa Afonso

Sandro Afonso

Sílvia Perpétua Lopes da Cunha

Sílvia Perpétua Lopes da Cunha

Simone Manuela Dias de Magalhães

Simone Magalhães

Vítor José Mendes Silva

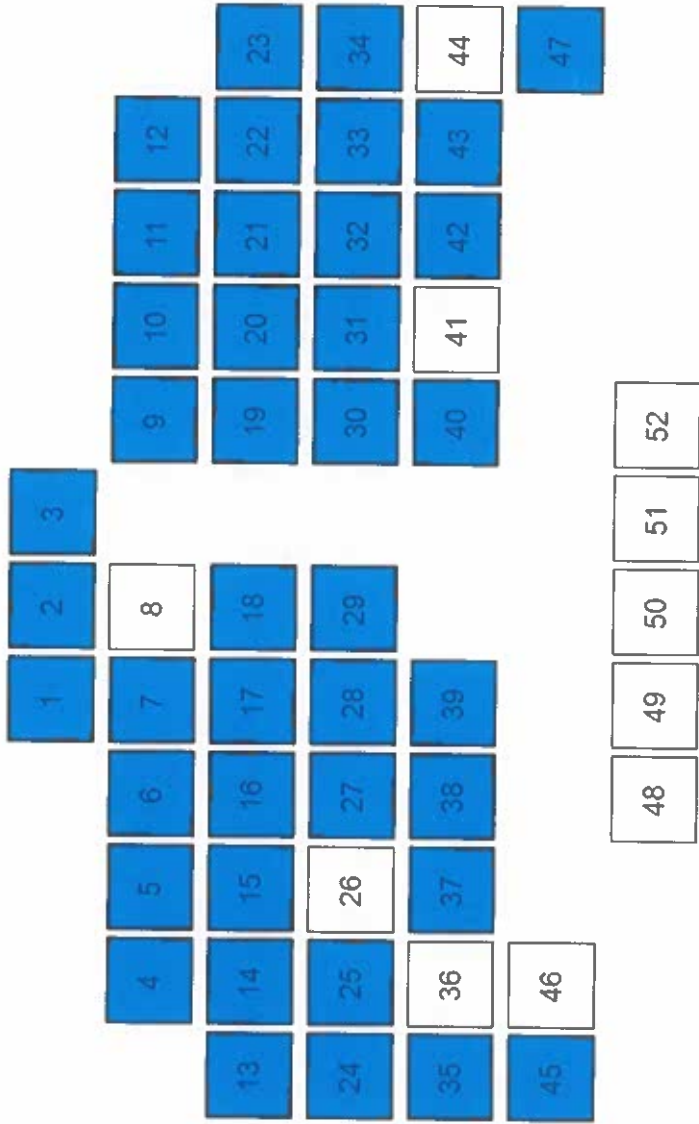
Vítor Mendes Silva

d  
d  
d





Câmara Municipal



41

FAVOR

0

CONTRA

0

ABSTENÇÃO



Novo

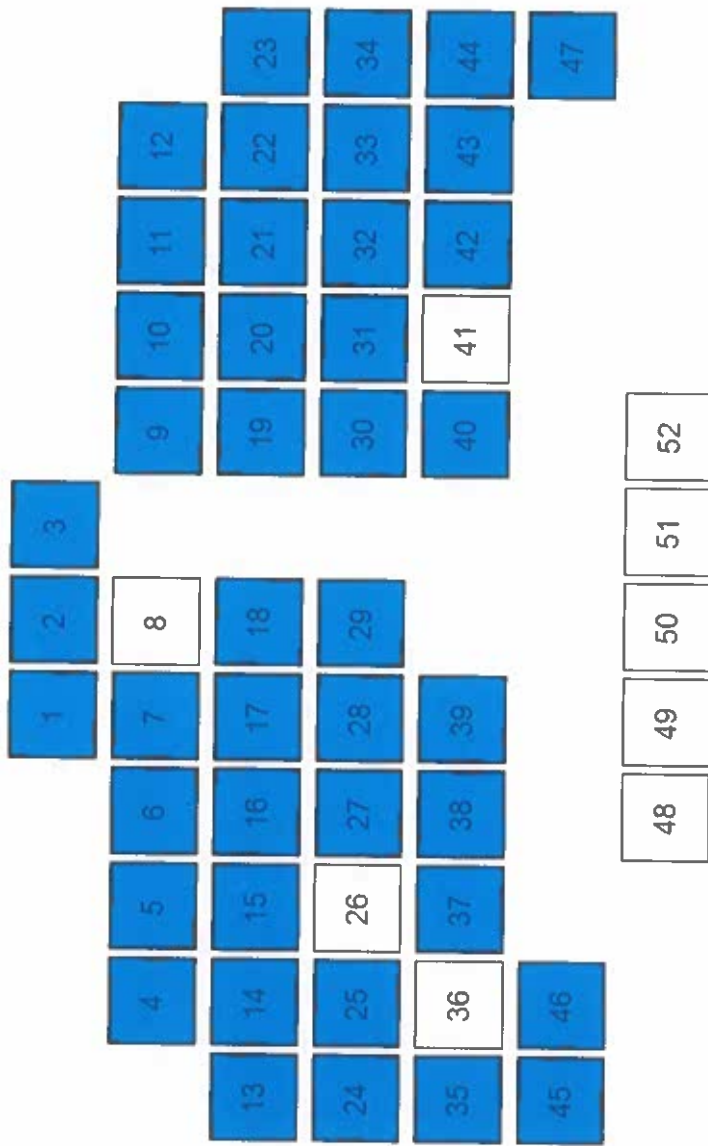
Votação

Cancelar

Porto da ordem de trabalhos

196 Voto de Pesar: Atleta Cláudia Calçada

ref.



43 FAVOR  
 0 CONTRA  
 0 ABSTENÇÃO

Novo Votação Cancelar

> <

*Handwritten signature*

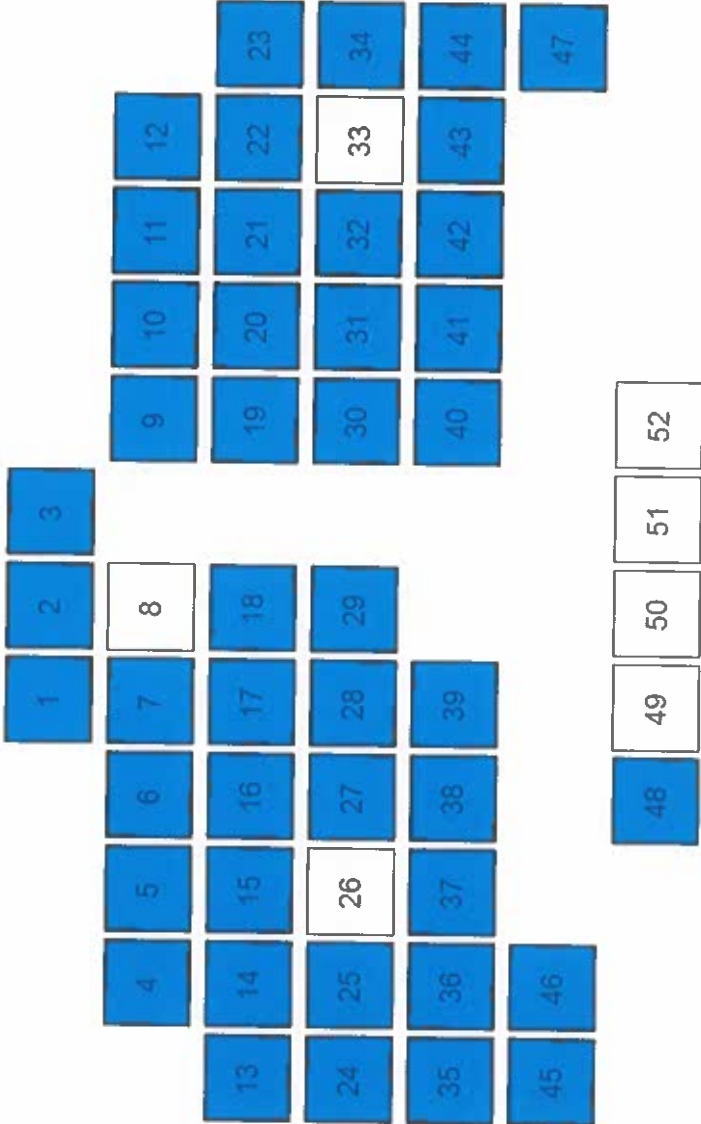




**45**  
FAVOR

**0**  
CONTRA

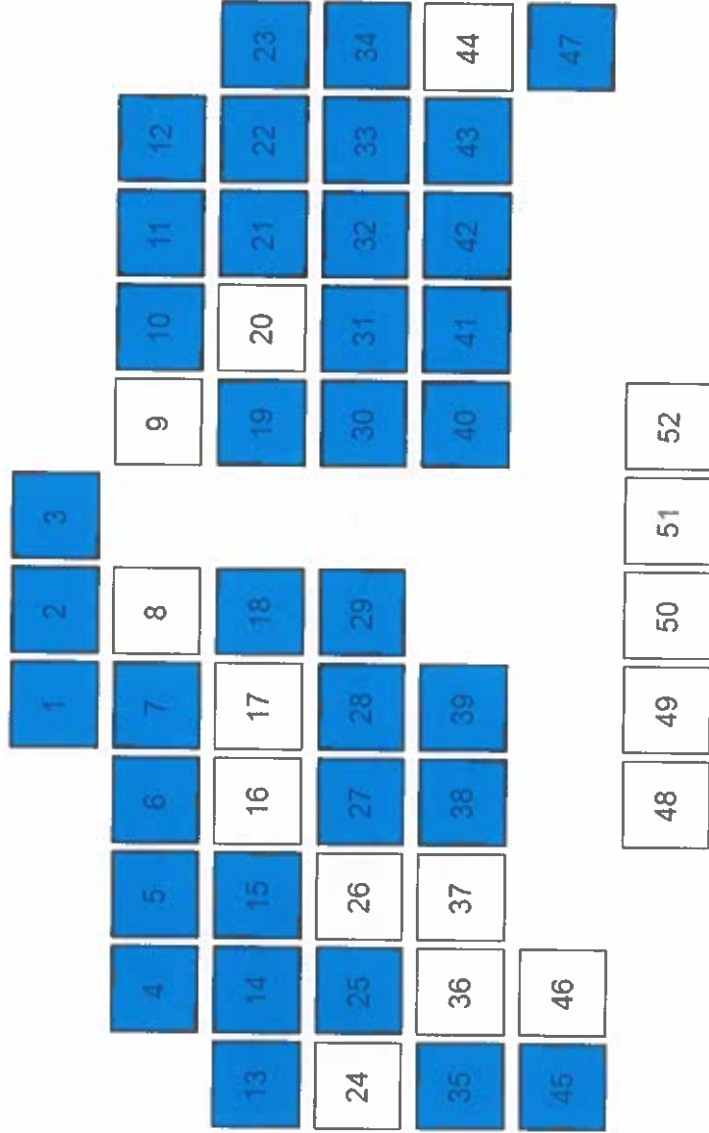
**0**  
ABSTENÇÃO



Novo    Votação    Cancelar

*[Handwritten signature]*



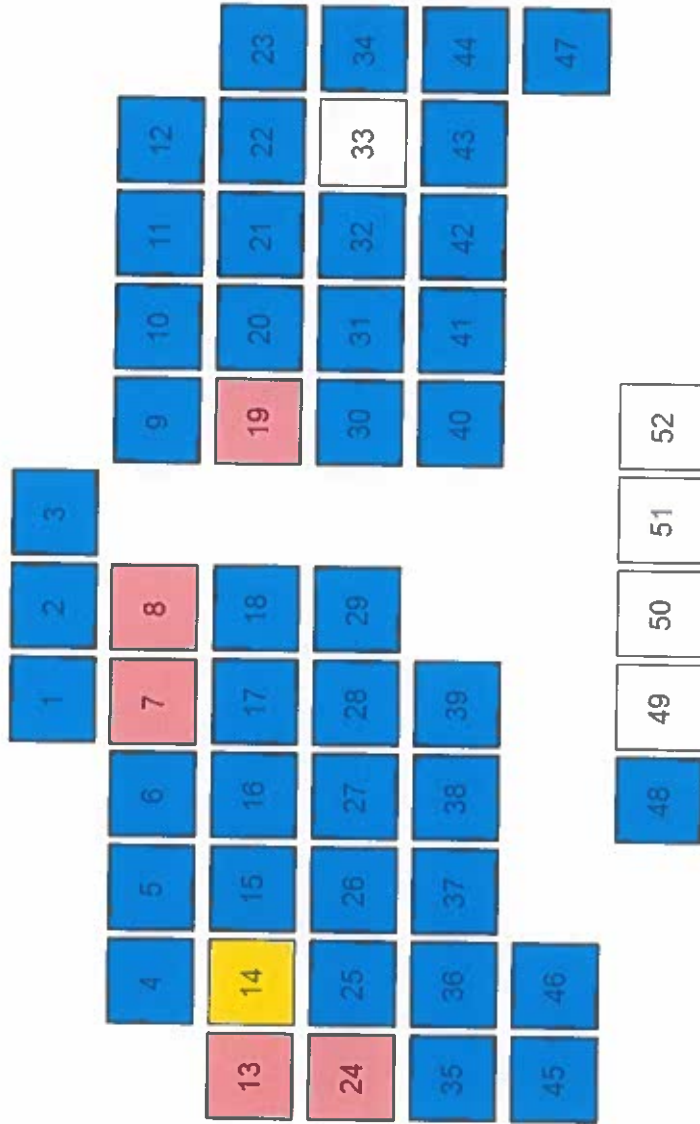


**36**  
FAVOR

**0**  
CONTRA

**0**  
ABSTENÇÃO

>
<



41  
FAVOR

5  
CONTRA

1  
ABSTENÇÃO



Novo    Votar pelo    Cancelar    > <





1	2	3																							
	4	5	6	7	8				9	10	11	12													
13	14	15	16	17	18			19	20	21	22	23													
24	25	26	27	28	29			30	31	32	33	34													
35	36	37	38	39				40	41	42	43	44													
45	46							48	49	50	51	52													

**45**  
FAVOR

**0**  
CONTRA

**0**  
ABSTENÇÃO



Ponto de ordem de trabalhos  
**201** Ponto nº 4: Alteração orçamental modificativa às demonstrações previsor  
ref.

Novo    Votação    Cancelar





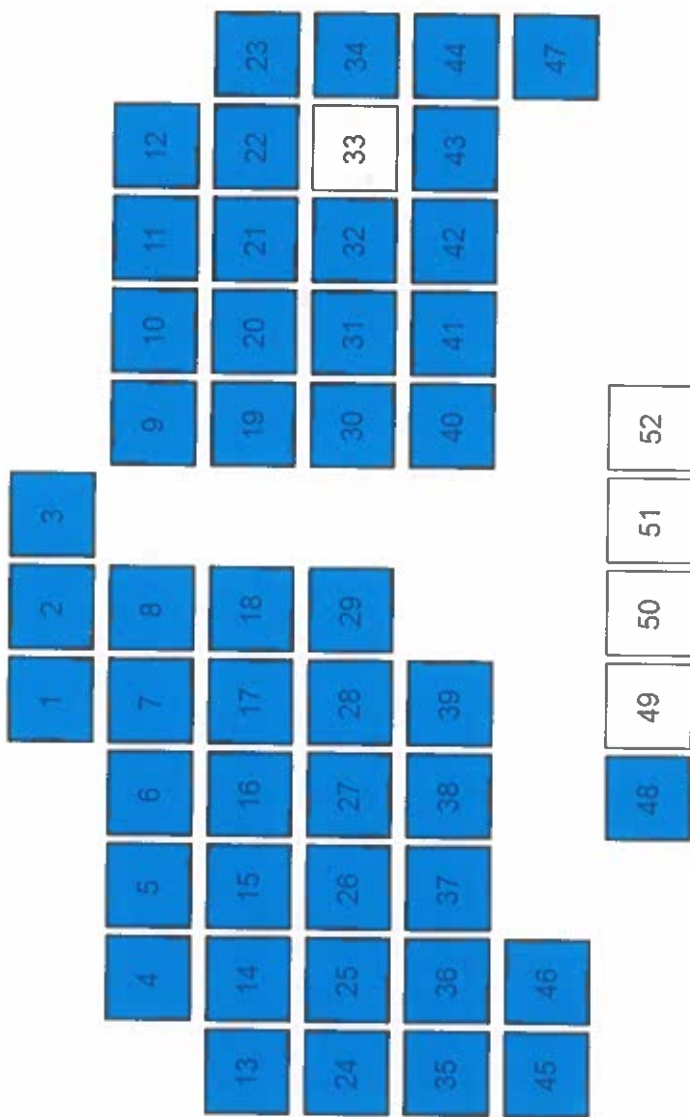
1	2	3					9	10	11	12	23								
4	5	6	7	8	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	33	34	44	47
13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32
24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43
35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52		

**38**  
FAVOR

**9**  
CONTRA

**0**  
ABSTENÇÃO

Novo  
 Voltar  
 Cancelar

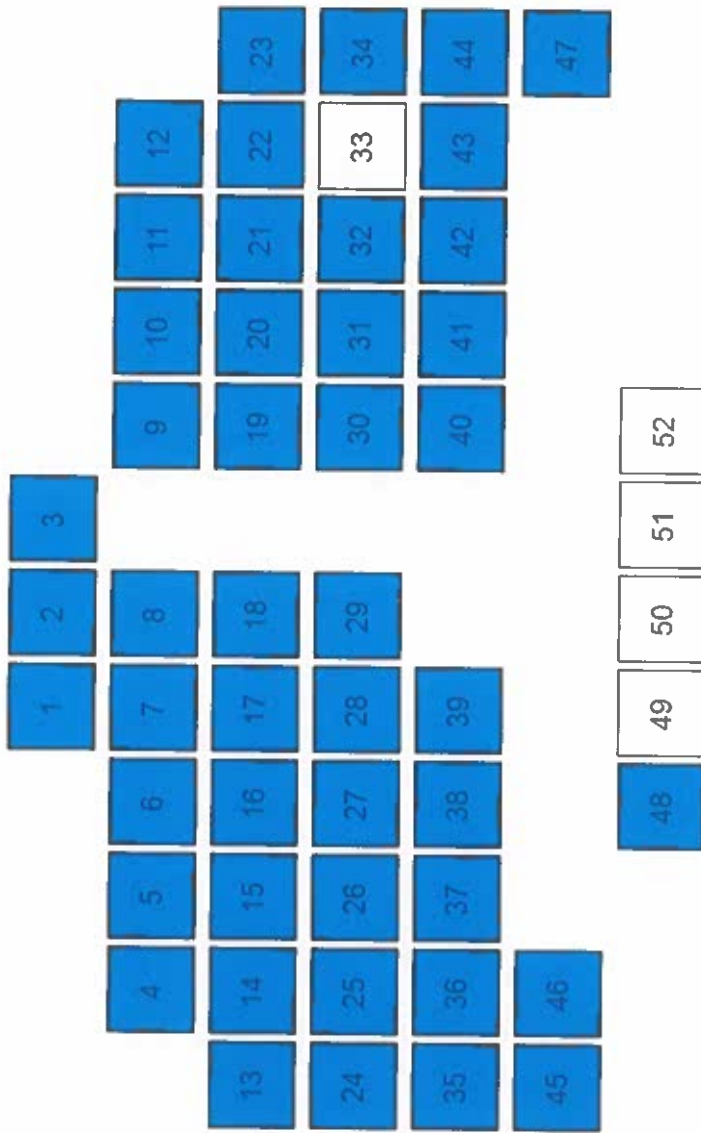


47  
FAVOR

0  
CONTRA

0  
ABSTENÇÃO





**47**  
FAVOR

**0**  
CONTRA

**0**  
ABSTENÇÃO



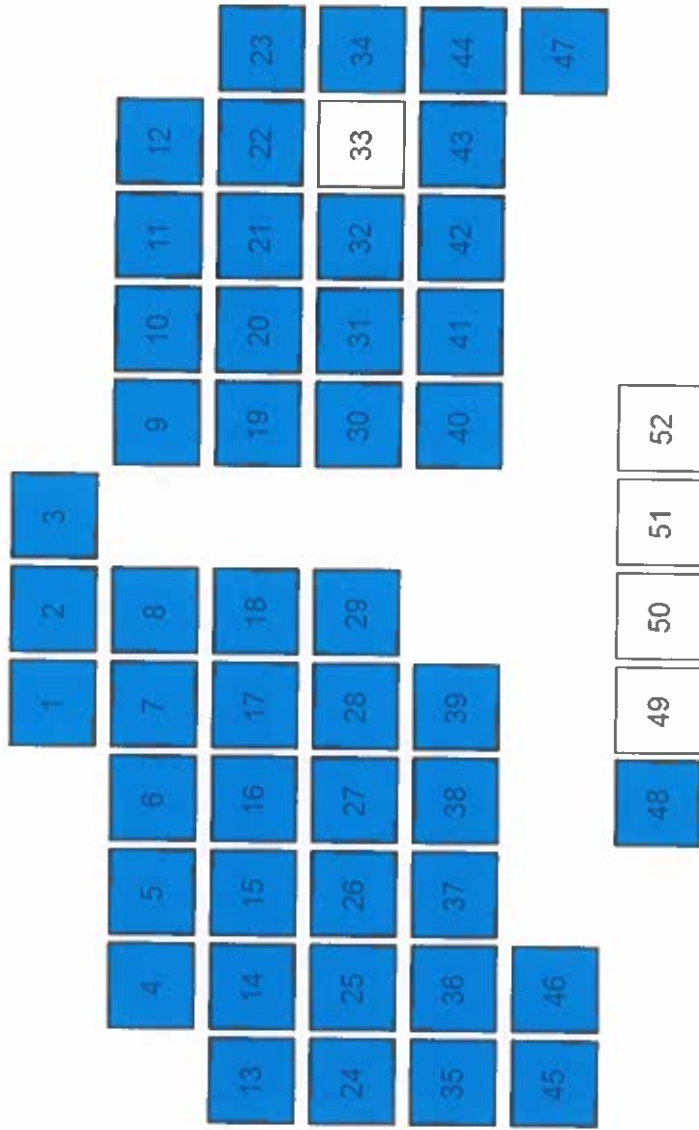
Novo

Votação

Cancelar

>  
<





47  
FAVOR

0  
CONTRA

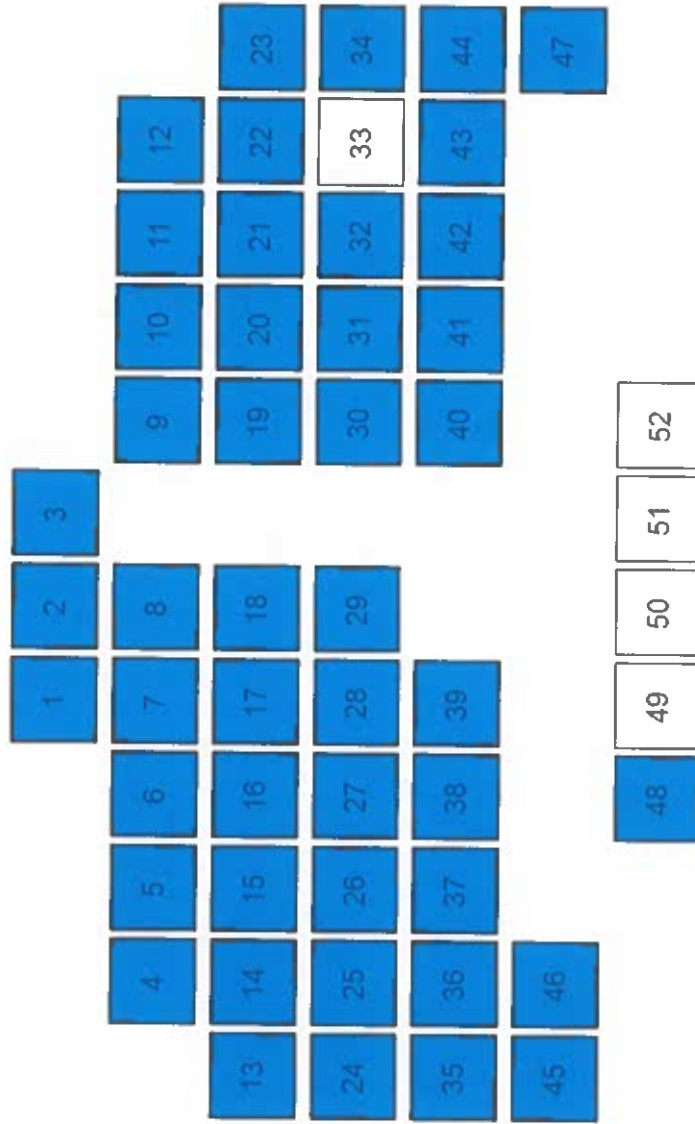
0  
ABSTENÇÃO

Novo

Votação

Cancelar

>  
<



47

FAVOR

0

CONTRA

0

ABSTENÇÃO

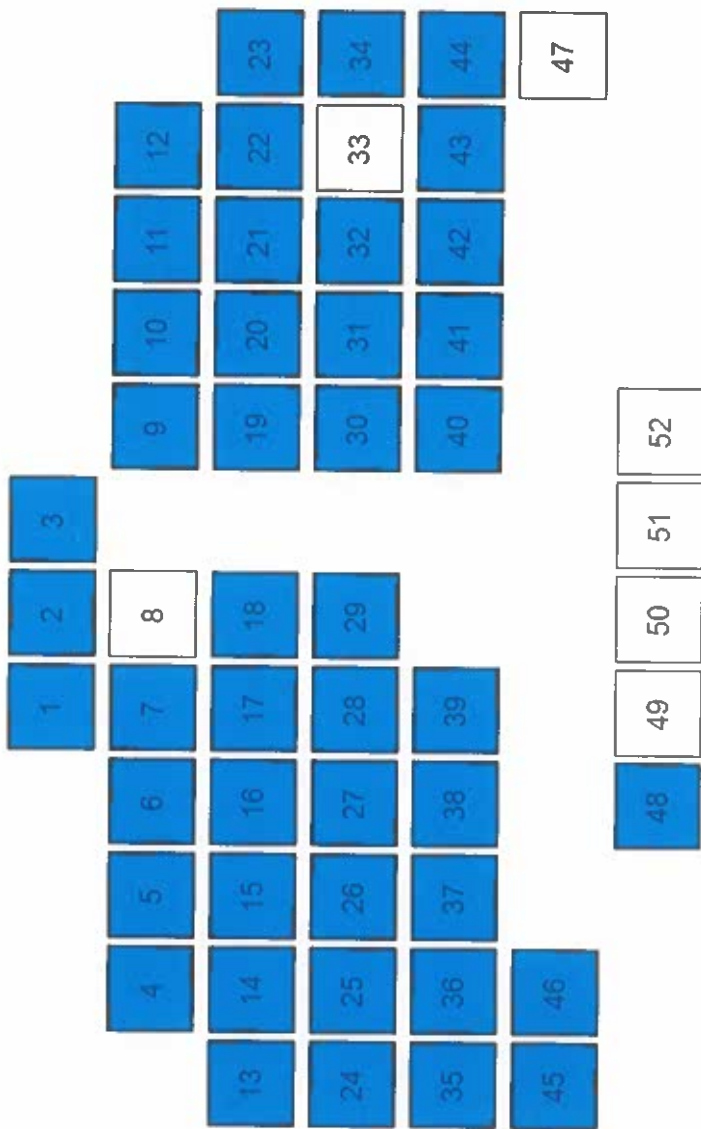


Novo    Votação    Cancelar    > <

*(Handwritten signature)*







**45**  
FAVOR

**0**  
CONTRA

**0**  
ABSTENÇÃO



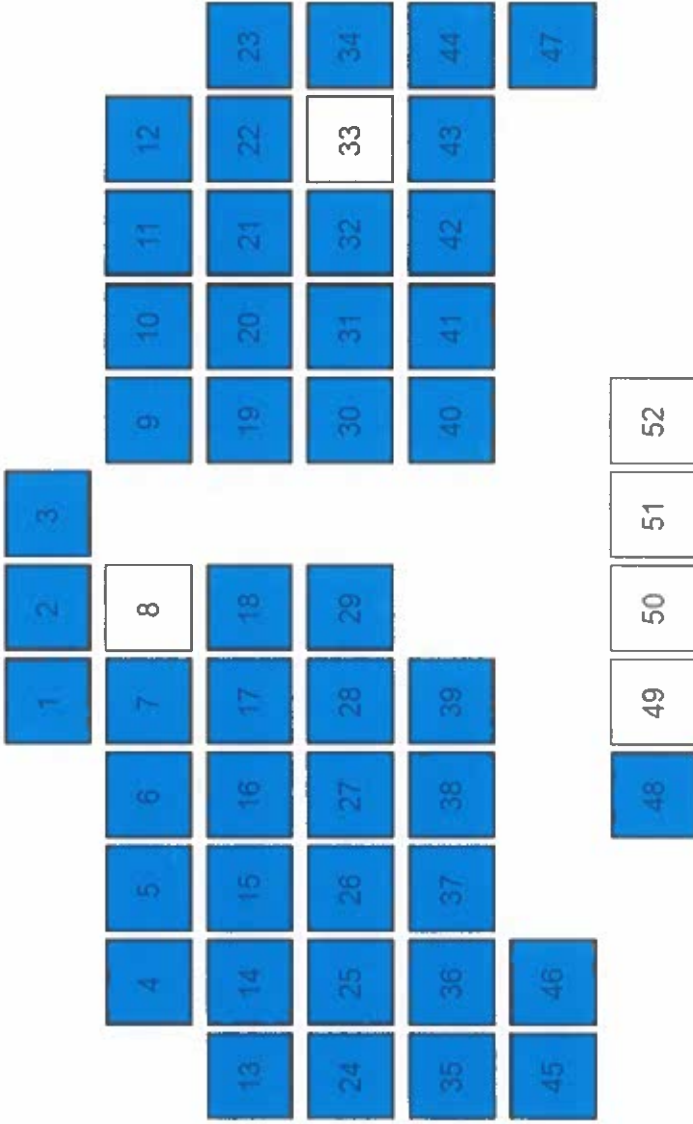
Novo Votação Cancelar





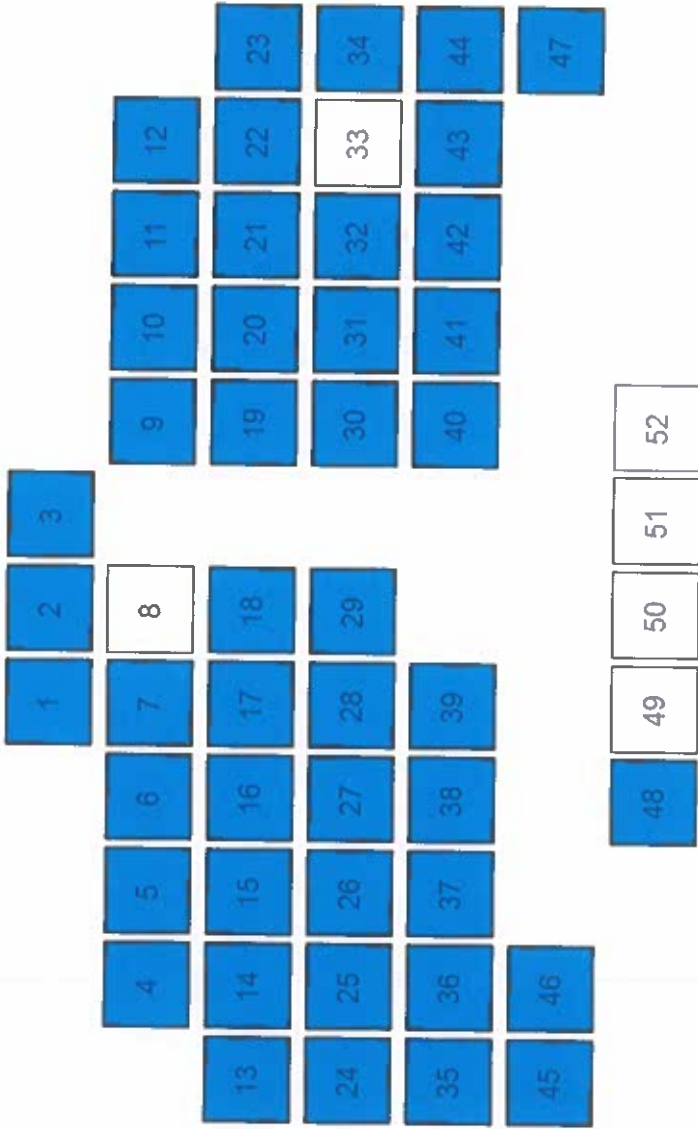


Câmara Municipal



Ponto de ordem de trabalhos

211 Ponto 14: Contrato Interadministrativo Município e União Macieira e Cara



**46**  
FAVOR

**0**  
CONTRA

**0**  
ABSTENÇÃO

Novo

Utilizável

Cancelar

>

<

Ponto de ordem de trabalhos

212 Ponto 15: Contrato Interadministrativo Município e União de Vila Cova da

*J. P. P.*



1	2	3											
4	5	6	7	8	9	10	11	12					
13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23			
24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34			
35	36	37	38	39				40	41	42	43	44	
45	46				47				48	49	50	51	52

**46**  
FAVOR

**0**  
CONTRA

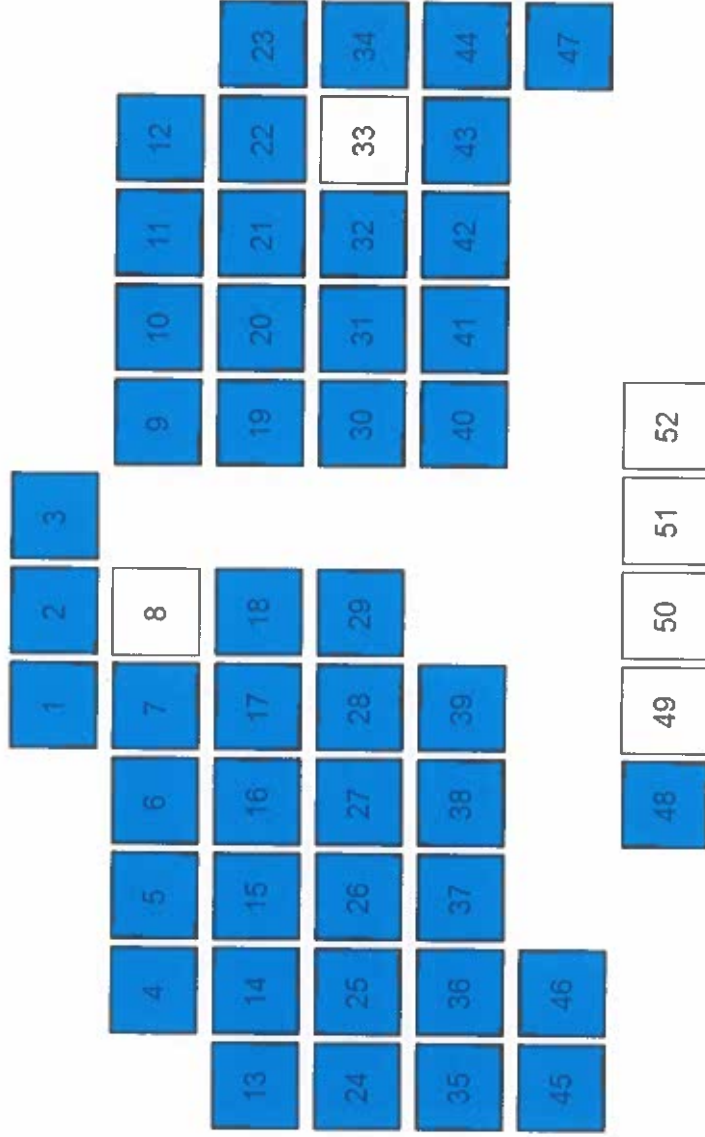
**0**  
ABSTENÇÃO



Novo Votação Cancelar > <

*[Handwritten signature]*





46 FAVOR  
0 CONTRA  
0 ABSTENÇÃO

Novo Verificar Cancelar



1	2	3												
	4	5	6	7	8				9	10	11	12		
13	14	15	16	17	18			19	20	21	22	23		
24	25	26	27	28	29			30	31	32	33	34		
35	36	37	38	39				40	41	42	43	44		
45	46													47
								48	49	50	51	52		

47  
FAVOR

0  
CONTRA

0  
ABSTENÇÃO



Novo

Limpar

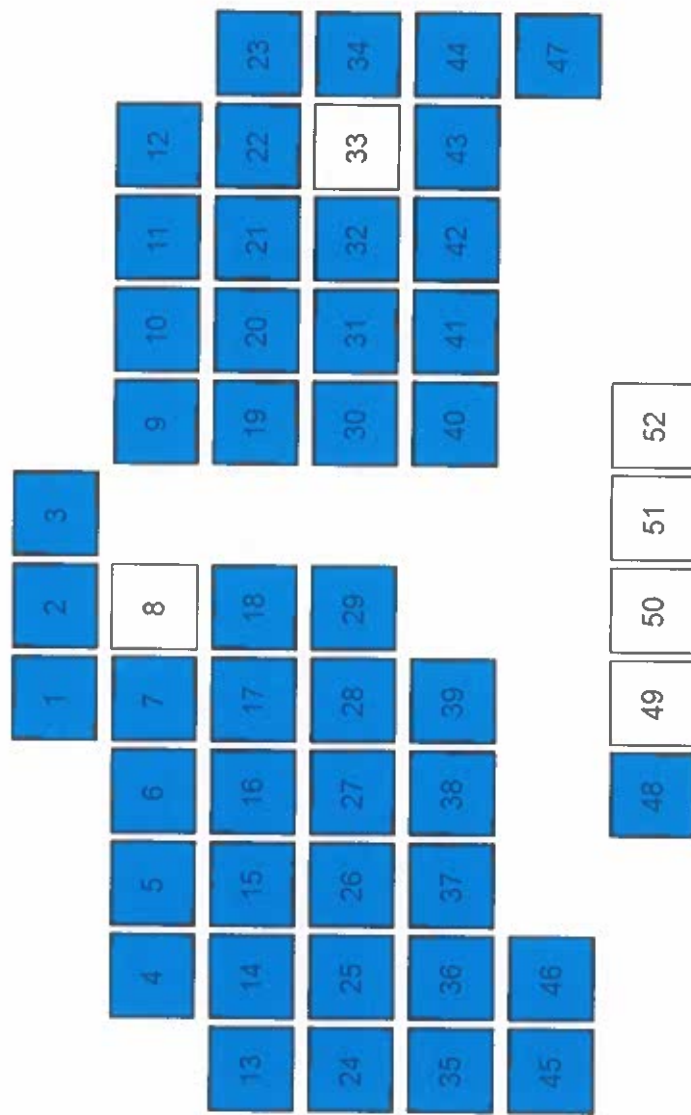
Cancelar

>  
<





Câmara Municipal



46 FAVOR  
 0 CONTRA  
 0 ABSTENÇÃO

Ponto da ordem de trabalhos

216 Ponto 19: Projeto de Regulamento exploração de jogos de fortuna ou azar.

Novo

Votação

Cancelar





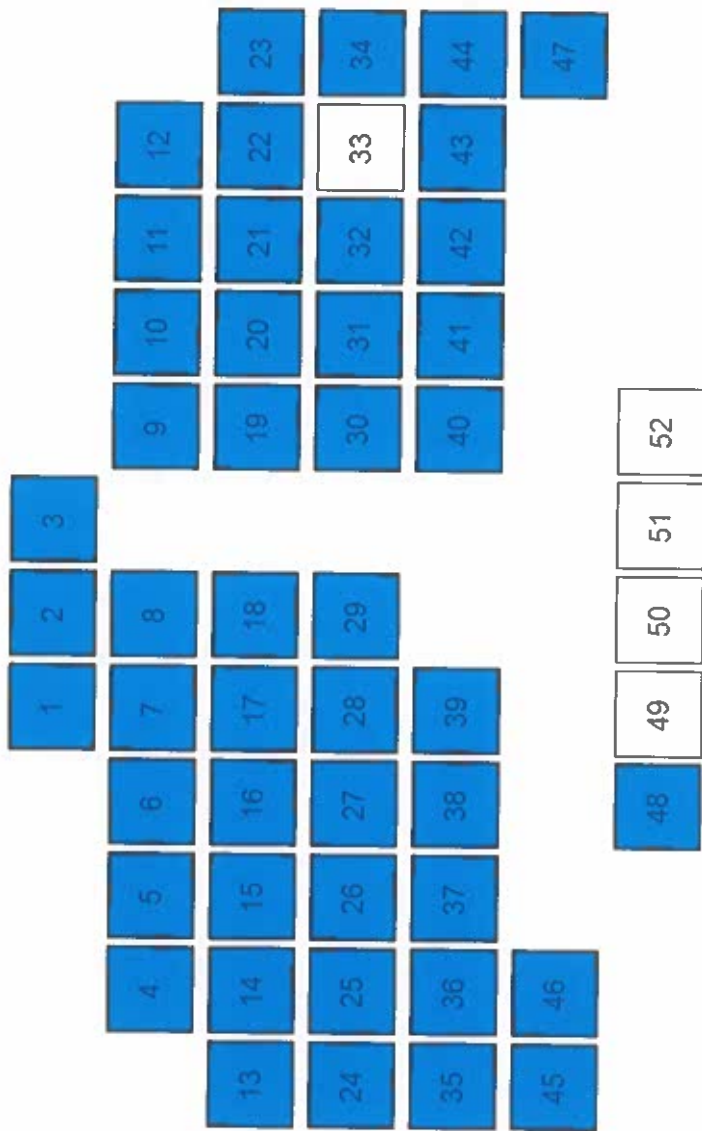
1	2	3															
4	5	6	7	8	9	10	11	12									
13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23							
24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34							
35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47					
			48	49	50	51	52										

47  
FAVOR

0  
CONTRA

0  
ABSTENÇÃO





**47**  
FAVOR

**0**  
CONTRA

**0**  
ABSTENÇÃO

*(Handwritten signature)*





Câmara Municipal

1	2	3											
4	5	6	7	8	9	10	11	12					
13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23			
24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34			
35	36	37	38	39									
45	46												
48	49	50	51	52									

**46**  
FAVOR

**0**  
CONTRA

**1**  
ABSTENÇÃO

█

█

> <



1	2	3																							
4	5	6	7	8	9	10	11	12																	
13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23															
24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34															
35	36	37	38	39																					
45	46																								
47																									
48	49	50	51	52																					

**47**  
FAVOR

**0**  
CONTRA

**0**  
ABSTENÇÃO

■

Novo

Votando

Canceled

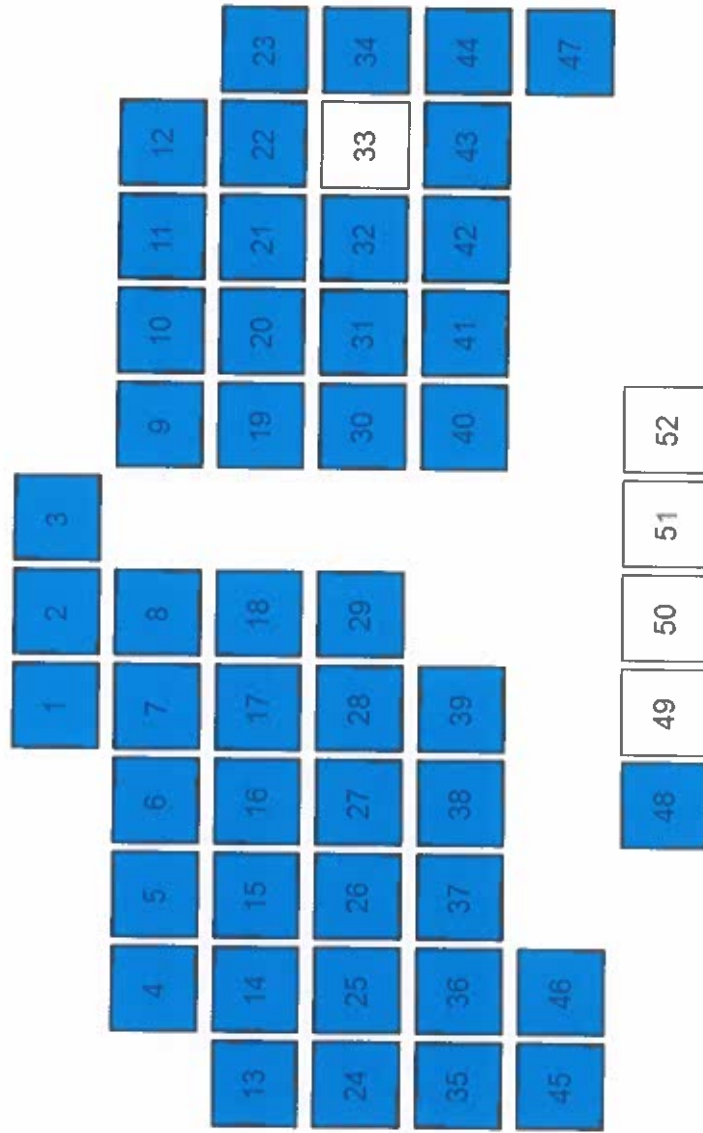
>

<





Câmara Municipal



47 FAVOR

0 CONTRA

0 ABSTENÇÃO

Ponto da ordem de trabalhos

222 Aprovação conjunta do texto das deliberações em minutas pontos 2 a 24

Novo

Votação

Cancelar

➤

◀



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEZÍRIA DO OESTE

Deputados Municipais	Comando eletrónico
ORDEM ALFABÉTICA	
Agostinho do Vale Ferreira	12
Américo Jorge Vaz Monteiro	38
António Alfredo Macedo Alves	06
António Joaquim Ribeiro da Silva	26
António Jorge Ferreira da Silva	15
Bartolomeu Virgílio Borges Pereira	36
Carla Cristina Neto Lobão	27
Catarina Isabel Assis de Sousa	10
Diana Margarida Teixeira Ribeiro	25
Eduardo Ribeiro Teixeira, em substituição de Maria de Fátima Fernandes de Castro	20
Elisa Odete Serdoura Rodrigues	13
Fernando Miguel da Costa Aires Faria	44
Gina Maria Sousa Costa	35
Hélder Filipe Magalhães e Silva	04
Hernâni Jorge Teixeira Diogo	18
Hugo Emanuel Pinto Sampaio	30
João Filipe Faria Valente	37
Joaquim Jorge Leite Marinho	34
José António de Sousa Guimarães	46
José António Lemos de Araújo	42
José Carlos Pinto da Silva	40
José Carlos Santos Lopes	23
José Carvalho Mendes	14
José da Silva Campos	01
José Eduardo Teixeira e Silva, em substituição de João Fernando Lopes de Sousa	24
José Manuel da Costa Martins	11
José Manuel Fernandes Pinto	31
Júlia Maria Gomes Silvério Peixoto	28
Júlio da Silva Pereira	32
Leonel Fernando Pinto Coelho da Costa	07
Lúcia Alexandra Sampaio Valente de Melo Ribeiro	43
Luís Paulo Leite Pinto	09
Marco César Teixeira da Silva	41
Margarida Paula Leite Faria Teixeira de Sousa	02
Mário Ribeiro da Costa	45
Mário Rui Pinheiro Gaspar	05
Marta Manuela Teixeira Simões	17
Nuno Miguel Teixeira Lopes	29

<b>Paulo Eduardo Macedo Pereira</b>	<b>39</b>
<b>Paulo Jorge Brochado Soares</b>	<b>16</b>
<b>Rui Miguel Ribeiro de Oliveira</b>	<b>08</b>
<b>Sandra Alice da Silva Loureiro</b>	<b>47</b>
<b>Sandra de Fátima Mendes Teixeira</b>	<b>22</b>
<b>Sandro Davide Sousa Afonso</b>	<b>21</b>
<b>Sílvia Perpétua Lopes da Cunha</b>	<b>33 / 48</b>
<b>Simone Manuela Dias de Magalhães</b>	<b>03</b>
<b>Vítor José Mendes Silva</b>	<b>19</b>

Jun/22





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FREGUÊS

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

<b>Deputados Municipais</b>	<b>Comando eletrónico</b>
<b>ORDEM NUMÉRICA</b>	
José da Silva Campos	<b>01</b>
Margarida Paula Leite Faria Teixeira de Sousa	<b>02</b>
Simone Manuela Dias de Magalhães	<b>03</b>
Hélder Filipe Magalhães e Silva	<b>04</b>
Mário Rui Pinheiro Gaspar	<b>05</b>
António Alfredo Macedo Alves	<b>06</b>
Leonel Fernando Pinto Coelho da Costa	<b>07</b>
Rui Miguel Ribeiro de Oliveira	<b>08</b>
Luis Paulo Leite Pinto	<b>09</b>
Catarina Isabel Assis de Sousa	<b>10</b>
José Manuel da Costa Martins	<b>11</b>
Agostinho do Vale Ferreira	<b>12</b>
Elisa Odete Serdoura Rodrigues	<b>13</b>
José Carvalho Mendes	<b>14</b>
António Jorge Ferreira da Silva	<b>15</b>
Paulo Jorge Brochado Soares	<b>16</b>
Marta Manuela Teixeira Simões	<b>17</b>
Hernâni Jorge Teixeira Diogo	<b>18</b>
Vítor José Mendes Silva	<b>19</b>
Eduardo Ribeiro Teixeira, em substituição de Maria de Fátima Fernandes de Castro	<b>20</b>
Sandro Davide Sousa Afonso	<b>21</b>
Sandra de Fátima Mendes Teixeira	<b>22</b>
José Carlos Santos Lopes	<b>23</b>
José Eduardo Teixeira e Silva, em substituição de João Fernando Lopes de Sousa	<b>24</b>
Diana Margarida Teixeira Ribeiro	<b>25</b>
António Joaquim Ribeiro da Silva	<b>26</b>
Carla Cristina Neto Lobão	<b>27</b>
Júlia Maria Gomes Silvério Peixoto	<b>28</b>
Nuno Miguel Teixeira Lopes	<b>29</b>
Hugo Emanuel Pinto Sampaio	<b>30</b>
José Manuel Fernandes Pinto	<b>31</b>
Júlio da Silva Pereira	<b>32</b>
Sílvia Perpétua Lopes da Cunha	<b>33 / 48</b>
Joaquim Jorge Leite Marinho	<b>34</b>
Gina Maria Sousa Costa	<b>35</b>
Bartolomeu Virgílio Borges Pereira	<b>36</b>
João Filipe Faria Valente	<b>37</b>
Américo Jorge Vaz Monteiro	<b>38</b>

<b>Paulo Eduardo Macedo Pereira</b>	<b>39</b>
<b>José Carlos Pinto da Silva</b>	<b>40</b>
<b>Marco César Teixeira da Silva</b>	<b>41</b>
<b>José António Lemos de Araújo</b>	<b>42</b>
<b>Lúcia Alexandra Sampaio Valente de Melo Ribeiro</b>	<b>43</b>
<b>Fernando Miguel da Costa Aires Faria</b>	<b>44</b>
<b>Mário Ribeiro da Costa</b>	<b>45</b>
<b>José António de Sousa Guimarães</b>	<b>46</b>
<b>Sandra Alice da Silva Loureiro</b>	<b>47</b>

jun/22

